



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM: a representação das favelas
cariocas no início do século XX a partir das charges**

Mayra Cristine Pessoa Antas

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM: a representação das favelas
cariocas no início do século XX a partir das charges**

MAYRA CRISTINE PESSÔA ANTAS

Sob a Orientação do Professor

Edson Miagusko

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

Junho de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pela autora

Antas, Mayra Cristine Pessôa, 1991-
A627c A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM: a representação das favelas cariocas no início do século XX a partir das charges / Mayra Cristine Pessôa Antas. - 2018.

115 f.

Orientador: Edson Miagusko.

Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Sociologia Urbana. 2. Favela. 3. Charge. 4. O Malho. 5. Primeira República. I. Miagusko, Edson 1972-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MAYRA CRISTINE PESSÔA ANTAS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/06/2018

Prof. Dr. Edson Miagusko.- UFRRJ
(Orientador)

Prof.^a Dra. Sabrina Parracho Sant'Anna – UFRRJ

Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves - PUC-Rio

Para Márcia Cristina Pessôa e para Marcello Henrique Nogueira, por todas as vezes que abriram mão dos próprios sonhos para que eu tivesse como viver os meus.

AGRADECIMENTOS

Ao pensar em formular os agradecimentos pensei sobre todo o processo do mestrado. Cheguei à conclusão que a viagem seria um pouco mais longa e que provavelmente não conseguiria lembrar de todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para essa realização devido a longa e curta trajetória.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por tudo. Ainda que muitas vezes pareça ser meio contraditório no meio acadêmico, acredito que sem Ele nada seria possível. E mais uma vez agradecer por Ele ser minha bússola em meio a tempestade e o perfume da balsameira que me inspira a prosseguir.

Gostaria de agradecer minha família por todo apoio, solidariedade e paciência. À minha mãe, Márcia Pessôa, que sempre se esforçou muito para que tivesse como estudar, por participar e acompanhar cada etapa do meu trabalho com as suas contribuições e questionamentos, por tornar os dias mais bonitos e o ambiente mais agradável, e por todas as broncas nos dias que pensei em desistir. Ao Marcello Nogueira, meu padasto, que sempre me tratou como uma filha legítima e esteve ao meu lado nos dias bons e ruins. Aos meus irmãos Richard, Vivianne e Thaís, por toda amizade, risadas, conversas e por sempre torcerem por mim. Aos meus avós maternos, Luzia e Braz, por todo amor que me deram ao longo de toda a vida. Ao meu pai, Ramiro Antas e à minha madrastra Cristiane Cardoso, por todas as vezes que me acolheram com carinho e diminuíram o longo caminho até Seropédica. À minha prima Elizabeth Nunes, por ter participado de toda minha vida e não ter ficado de fora no processo de pesquisa de campo. Obrigada por todas as boas risadas que demos juntas ao ler os anúncios d'O Malho.

Ao meu orientador prof. dr. Edson Miagusko, por toda a generosidade nas orientações, por estar sempre disposto a contribuir, por todos os questionamentos que sempre fizeram o trabalho crescer e ir para um outro nível, por toda a paciência com as minhas limitações na hora de colocar no papel as minhas ideias e por colaborar com a revisão de todos os detalhes.

À professora dr.^a Inez Stampa e ao Vicente Rodrigues, por sempre me ajudarem e estarem ao meu lado, pelas excelentes conversas, por toda a amizade e por todo o carinho.

Aos meus professores do PPGCS, que foram sensacionais em cada aula que ministraram, em especial às prof.^{as} dr.^{as} Naara Luna, Sabrina Parracho Sant'Anna, Carly Machado, Flavia Braga Vieira e Nalayne Mendonça Pinto, por irem além do compartilhar o saber, mas por darem verdadeiros tesouros nos apontamentos, questionamentos e incentivo para continuar.

Ao prof. dr. Rafael Soares, que me ensinou tanto e esteve sempre disposto a me ajudar. Obrigada por cada indicação bibliográfica, por cada dúvida tirada e por cada conhecimento compartilhado.

Ao prof. dr. Marcos Caldas e à prof.^a dr.^a Raquel Alvito, por toda a gentileza e auxílio no processo de organização dos documentos para o ingresso no processo de seleção. Sacrificaram momentos de folga para resolver problemas burocráticos. Sou muito grata.

Amigos são pessoas especiais que temos o prazer de ter em nossas vidas. Por isso, gostaria de agradecer a Ariane Carla, ao Leonardo Silva, a Tereza Coutinho, a Caroline Barroso, a Thaís Xavier, a Maria Brulina Baiense e a Betania B. P. A., por todos os momentos que dividimos até hoje. E também as minhas amigas que ganhei no mestrado, Maria Gorett Castro e Rymila Barbosa, sem vocês seria muito difícil. Por fim, ao meu amigo Fábio Magalhães (em memória), que partiu antes de saber que havia sido aprovada, mas que tenho certeza que torcia por mim.

Existem histórias que não foram registradas pela História, mas que a charge conseguiu registrar. Com personagens fictícios e em um mundo de fantasia, que aparentam ser algo totalmente fora do real, esse documento consegue dar conta de uma realidade e do conteúdo de suas possíveis verdades. “Mas ela é, sobretudo, um documento atípico, porque produz verdade através de personagens que carecem de veracidade, e porque registra a história a partir do que a história, objetivamente, não registra” (Teixeira, 2005:12)

RESUMO

No início do século XX a cidade do Rio de Janeiro passa por várias transformações urbanísticas que propõe mudar o espaço e as pessoas que nele estavam. A cidade chegava a um momento contraditório, ao mesmo tempo em que oferecia grandes oportunidades de emprego, não tinha um lugar para alojar toda essa população existente e a que chegava. A favela, que até então era um espaço em um lento processo de crescimento, rapidamente se tornou um espaço de moradia para esses trabalhadores. Ao ponto que não apenas o Morro da Providência e o Morro de Santo Antônio comportaram o número de pessoas que chegaram. Por isso, logo outros morros da cidade também passaram a ser ocupados. Em meio a estas questões, surge na mídia jornalística o início da formação de alguns discursos sobre esses morros e sobre quem seriam esses habitantes. Esse trabalho tem o desafio de investigar quais eram as principais temáticas e representações abordadas sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro e dos seus moradores através do uso do discurso humorístico das charges na revista ilustrada O Malho no período de 1902 – 1930.

Palavras-chave: Favela, O Malho, Charge, Primeira República.

ABSTRACT

At the beginning of the twentieth century the city of Rio de Janeiro goes through various urban transformations that propose to change the space and the people that were in it. The city reached a contradictory moment, at the same time that it offered great opportunities of employment, it did not have a place to allocate all this existing population and that arrived. The favela, which until then was a space in a slow process of growth, quickly became a living space for these workers. To the point that not only Morro da Providência and Morro de Santo Antônio had the number of people who arrived. Therefore, soon other hills of the city also happened to be occupied. In the midst of these questions, the journalistic media began the formation of some speeches about these hills and about who these inhabitants would be. This work has the challenge of investigating the main topics and representations about the favelas of the city of Rio de Janeiro and its inhabitants through the use of the humorous discourse of cartoons in the illustrated magazine O Malho in the period 1902 - 1930.

Keywords: Favela, O Malho, Charge, First Republic.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - LEVANTAMENTO INICIAL

GRÁFICO 2 - LEVANTAMENTO FINAL

GRÁFICO 3- AUTORES

GRÁFICO 4- TEMÁTICAS MAIS PRESENTES NAS CHARGES

GRÁFICO 5 - AUTORES QUE TRABALHARAM A TEMÁTICA “HABITAÇÃO”

GRÁFICO 6 - ANOS QUE APARECEM A TEMÁTICA “HABITAÇÃO”

GRÁFICO 7 - AUTORES QUE TRABALHARAM A TEMÁTICA “PRECARIEDADE”

GRÁFICO 8- ANOS EM QUE APARECE A TEMÁTICA “PRECARIEDADE”

GRÁFICO 9 - AUTORES QUE TRABALHARAM A TEMÁTICA “REFORMAS URBANAS”

GRÁFICO 10 - ANOS EM QUE APARECE A TEMÁTICA “REFORMAS URBANAS”

GRÁFICO 11 - AUTORES QUE TRABALHARAM A TEMÁTICA “POLÍCIA E SEGURANÇA”

GRÁFICO 12 - ANOS EM QUE APARECEM A TEMÁTICA “POLÍCIA E SEGURANÇA”

GRÁFICO 13 - AUTORES QUE TRABALHARAM A TEMÁTICA “EPIDEMIA E SAÚDE”

GRÁFICO 14 - ANOS EM QUE APARECEM A TEMÁTICA “EPIDEMIA E SAÚDE”

GRÁFICO 15 - AUTORES QUE TRABALHARAM A TEMÁTICA “FALTA DE ÁGUA”

GRÁFICO 16 - ANOS QUE APARECEM A TEMÁTICA “FALTA DE ÁGUA”

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Amostra da tabela após a finalização

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Morro da Favella	61
Figura 2- Circumstancia agravante	83
Figura 3 – No Morro da Favella	83
Figura 4 - Discussão do Problema	84
Figura 5 - Descendo o Castello	84
Figura 6 - Tal qual!	85
Figura 7 - Scenas cariocas: na base dos morros	85
Figura 8 - Medico e doente	86
Figura 9 - No morro da providencia	86
Figura 10 - Um aviso do Zé	87
Figura 11 - No morro da favella	88
Figura 12 - Que taes, os da favella?	88
Figura 13 - Uma limpeza indispensavel	89
Figura 14 - No Cattete	89
Figura 15 - Engenharia humana	90
Figura 16 - Cantata na cidade nova	90
Figura 17 - As conferencias do centro republicano radical	91
Figura 18 - No morro da favella	91
Figura 19 - A febre das conferencias	92
Figura 20 - Em pleno progresso	93
Figura 21 - Salada de raridades indicenas...	94
Figura 22 - Os frades de pedra	95
Figura 23 - revertere ad locum tuum	95
Figura 24 - Mais uma...	96
Figura 25 - Mania das grandezas	97
Figura 26 - Instantaneo a lapis	97
Figura 27 - Explorando <<lanaturaleza>>	98
Figura 28 - O crime de Paula Mattos	98
Figura 29 - Na favella	99
Figura 30 - O Rio por fóra e por dentro	99
Figura 31 - Posto policial 8º districto	100
Figura 32 - Os sabios e os ignorantes: encontro de opiniões	100
Figura 33 - Justiça para os miseraveis	101
Figura 34 - Projecto - 2634 para o centenario	101
Figura 35 - Peoramentos da cidade	102
Figura 36 - A lama da cidade	102
Figura 37 - Modas	103
Figura 38 - depois do enxurro	103
Figura39 - Onde o "the right place"?	104
Figura 40 - Tudo perdido	104
Figura 41 - A nobreza da favella	105
Figura 42 - O futurismo na "zona braba"	105
Figura 43 - Favella!	106
Figura 44 - O augmento dos subsidios	107
Figura 45 - Contra os "Bungalatas"	107
Figura 46 - Tem costas largas...	108
Figura 47 - As setes maravilhas do Rio de Janeiro	109
Figura 48 - Os morros santos	110
Figura 49 - Nunca mais!	110

Figura 50 - A Favella insultada	111
Figura 51 - A desinfecção do Rio	111
Figura 52 - Monumento ao senador desconhecido	112
Figura 53 - Circo de variedades	113
Figura 54 - Aperfeiçoamento	114
Figura 55 - O prestígio do samba	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – EM PLENO PROGRESSO	9
1.1 Literatura e imprensa	13
1.2 O Humor	17
CAPÍTULO II - O RIO POR FORA E POR DENTRO	25
2.1 A construção da favela	27
2.2 As temáticas presentes no processo de construção da favela	32
CAPÍTULO III - QUE TAL, OS DA FAVELA?	52
3.1 Cenas cariocas	57
3.1.1 O Futurismo na Zona Braba	61
3.1.2 Na ponta do traço	64
CONCLUSÃO	68
BIBLIOGRAFIA	70
ANEXOS	72
A - Tabela resumida da pesquisa	72
B - Ilustrações	83

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa começou com uma curiosidade no momento que outra pesquisa estava em andamento¹. A primeira charge que me deparei foi a de Oswaldo Cruz a pentear o Morro da Providência, no livro *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*, de Lícia do Prado Valladares. Depois encontrei outras charges das revistas ilustradas *O Malho*, *Careta* e *Para Todos*. Conforme percorria a literatura sobre favelas cariocas no início da Primeira República, as charges permaneciam presentes como iconografia ilustrativa. Mas o questionamento continuava sobre tudo aquilo que poderiam representar e sobre quais críticas poderiam estar presentes para além de uma ou outra que às vezes encontrava. Como todo pesquisador em início de carreira, queria inicialmente abraçar o mundo com as mãos e pesquisar sobre essas três revistas mencionadas anteriormente, que eram as mais utilizadas. Contudo, através de uma dolorosa reflexão após uma orientação, compreendi a importância de recortar meu projeto. Como muitas partes da produção científica, o ato de recortar um objeto é profundamente doloroso. Porque sempre acreditamos que tudo é importante naquele momento. E não deixa de ser. Mas a produção científica é feita por etapas, e algumas etapas devem ser guardadas para outro momento.

Outro momento que faz parte da realidade de um pesquisador é aquele em que se entende que o recorte é necessário, mas demanda outra questão difícil: por onde começar? Como uma bússola importante, a bibliografia apontava que entre as revistas ilustradas da Primeira República *O Malho* era a de maior relevância. Outro critério utilizado para realizar o recorte foi o período de criação da revista, já que quanto mais tarde sua fundação, menos oportunidades teria de me aproximar das principais questões presentes no período. As revistas ilustradas *O Malho*, *Careta* e *Para Todos* foram fundadas respectivamente em 1902, 1908 e 1918 e perduraram por toda a Primeira República. E mais uma vez *O Malho* aparecia como a que tinha o maior número de edições. As três revistas estavam presentes na Hemeroteca, então a que fosse escolhida estaria disponível. Por isso, *O Malho* foi a revista escolhida.

O recorte temporal e espacial também foi feito neste mesmo período. Dentro da bibliografia apareciam charges tanto da Primeira República quanto da Era Vargas. Ambas com críticas extremamente interessantes e que chamavam a minha atenção. E mais uma vez me vi no dilema de qual caminho percorrer. É no mesmo livro de Lícia Valladares, que iniciou toda a curiosidade, estava presente a informação de que a consolidação do termo favela como compreendido hoje ocorreu partir da década de 1920. Então como esses locais eram pensados antes? Como apareciam? O que levou à formulação desse estereótipo? Essas e outras perguntas apareceram e, para muitas não encontrei uma resposta. A historiografia ainda tem muitas lacunas nessa área e ainda há muito trabalho a ser feito. Na Era Vargas também há muitos questionamentos. Só que foi um período em que a imprensa perdeu muito de sua liberdade por conta da censura e as redações como da revista *O Malho* foram fechadas por criticarem o governo. Por isso, a Primeira República foi o recorte temporal escolhido.

Mas quais seriam as principais temáticas registradas? Quais os principais direcionamentos escolhido pelo editorial entre todas as possíveis representações? A revista ilustrada demonstra ser uma fonte serial que permite uma aproximação da realidade dos que a produziam e dos representados. As ênfases em suas críticas fornecem indicações preciosas sobre os problemas dessa sociedade para além da produção artística. E permite analisar as principais temáticas que envolvem as favelas cariocas durante a Primeira República entre o público que a revista conseguia alcançar. Esse trabalho tem o desafio de investigar quais eram as principais temáticas e representações abordadas sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro

¹ A minha pesquisa para a monografia também foi sobre favelas da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2002. Contudo, nela foi analisado discursos sobre favelas produzidos por moradores de favelas. No decorrer da pesquisa, procurei saber um pouco mais sobre o que havia sido produzido sobre favelas em períodos anteriores.

cada informação poderia ganhar tanto a dimensão qualitativa quanto a dimensão quantitativa. Pois assim como em uma edição relataria a(s) temática(s) da(s) charge(s), essa mesma edição poderia ser utilizada, juntamente com outras edições, para compor um gráfico. Mas é importante ressaltar que alguns elementos foram acrescentados no decorrer da pesquisa, segundo as demandas que apareceram. Um exemplo desse acréscimo foi a coluna autores, na qual foi inserido o nome do autor daqueles traços – porém não foi possível identificar todos os autores.

Recortes concluídos, metodologia planejada, primeiros apoios teóricos lidos, hora de iniciar efetivamente o campo. É nesse momento que aprendemos o valor dos gráficos e da tabela da produção de cada trabalho. Porque a pesquisa em si às vezes é um ato solitário e cansativo em que se passa dias a trabalhar sem nada encontrar. Mas também é um importante ensinamento, já que o silêncio ou a raridade de se encontrar uma fonte também são momentos de fala do documento. E também é naquele dia em que já se está chateado por estar muito tempo sem encontrar nada e que se começa a questionar se as decisões tomadas foram as certas, que se encontra um material muito interessante. Aí aquela angústia desaparece um pouco e a alegria preenche aquele momento, assim como de um homem que garimpa só e acha uma pepita de ouro.

Se a pesquisa é solitária, o ato de produzir o texto é polifônico. Inicialmente, ao se começar a pensar em um projeto, recorremos à bibliografia. Os primeiros diálogos e ideias são ampliados. Aquilo que ainda era pequeno dentro do pesquisador começa a crescer e ganhar suas primeiras formas. Até que em seus primeiros passos passa-se a ter um orientador. E essa pessoa começa a te trazer novas e excelentes ideias, que por muitas vezes se sai da orientação com aquela expressão de “como nunca pensei nisso antes?” E quando se tem o privilégio de ter alguém que realmente orienta, por mais que isso desencadeie confrontos internos, o crescimento da produção ganha passos mais firmes e constantes. A beleza da orientação está no ato generoso de ajudar o outro e o conduzir, conhecendo e respeitando seus limites, mas sempre o incentivando a chegar num nível melhor. A troca que também é estabelecida com outros professores e colegas ao longo da jornada da produção científica também é essencial. E nela que muitas vezes é encontrado o detalhezinho que faz toda a diferença. É na indicação de um texto ou na troca de experiência que enxergamos possibilidades e novas referências. Também é o local em que nos sentimos mais confortados, porque descobrimos que muitas das aflições e momentos difíceis não são exclusividade nossa.

Não sei como foi para todos meus colegas mestrados, mas para mim o Programa de Pós-Graduação escolhido fez muita diferença para essa longa e breve trajetória que é o mestrado. Por ter a História como formação de base, estar inserida em um PPG de Ciências Sociais às vezes é um tanto conflitante. Porque, em alguns momentos, são perspectivas distintas de um mesmo objeto. Contudo, é importante ressaltar que essa escolha foi proposital. Dentro da História a temática sobre favelas é algo muito recente em relação a maioria das temáticas muito bem consolidadas. A História do Tempo Presente tem aumentado o espaço, mas ainda dá seus passos iniciais. Ao contrário das Ciências Sociais, que já se debruçou sobre essa temática há certo tempo. No PPGCS encontrei a oportunidade de saber mais da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política. E fez muito bem, pois ampliou meu olhar, deu-me novos questionamentos, novas bibliografias, e um crescimento como pessoa e como uma cientista que transita entre as Ciências Humanas e as Ciências Sociais.

Com a definição de que a pesquisa seria realizada na revista ilustrada *O Malho*, no período da Primeira República, o trabalho entrou na fase de pensar como seria feita a sistematização das informações. Foi realizada a opção de cadastrar as informações através de planilhas Excel e não de fichas feitas de folhas de papel. Como o trabalho foi com fontes seriais, administrar muitos papéis e extrair alguma informação das anotações quando necessária demandaria um desgaste muito grande. Com os arquivos informatizados, a localização de qualquer informação seria quase instantânea, ocuparia pouco espaço e seria mais ecológico (já

que papéis não seriam utilizados de forma desnecessária). Como foi dito anteriormente, buscou-se atender duas demandas na hora da elaboração das colunas: as informações exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na hora de inserir uma referência, e a essência de cada charge. Somente após a formulação da planilha que a pesquisa de campo foi iniciada. Desse modo, a planilha, que também se tornou um diário de campo, tem o registro de todas as informações relevantes que apareceram desde o primeiro dia da pesquisa.

Como definido, a pesquisa foi realizada no site da Biblioteca Nacional e os resultados de cada edição foram inseridos na planilha do Excel. Em sua formulação final a tabela ficou composta pelas seguintes colunas: revista, ano (1), edição, data, nº de arquivos encontrados, ano (2), local, data de acesso, arquivo(s) encontrado(s) [notação], temática, observação e autor. As 7 primeiras (com exceção do número de arquivos encontrados) correspondiam a exigência da ABNT e as 5 últimas e o número de arquivos encontrados são a essência da pesquisa.

Como ainda existe o objetivo de, em uma oportunidade futura, trabalhar com outras revistas num possível desdobramento dessa pesquisa, a primeira informação na tabela é o nome da revista ilustrada. A cada ano em que as edições são publicadas a revista também vai alcançando mais um ano de vida, por isso, na outra, para localizá-la é importante saber o ano da edição. Por esse motivo existem duas colunas sobre ano, uma que segue o calendário gregoriano e outra o ano de edição da própria revista. Uma revista semanal possui muitas edições por ano, não saber em qual edição está inserida uma informação e tentar localizá-la é uma missão exaustiva. Para poupar trabalhos futuros, tornou-se o cuidado de inserir a edição na planilha. Toda vez que uma informação retirada da imprensa é colocada no trabalho, é necessário indicar a data. O local em que a redação estava inserida também é uma exigência das normas técnicas. A data de acesso, além de ser norma técnica, também é um importante termômetro para o pesquisador saber em qual velocidade a pesquisa se desenvolve.

O número de arquivos encontrados em uma edição facilita na hora de realizar o trabalho quantitativo. Porque o próprio sistema consegue realizar todos os cálculos necessários. A coluna sobre o arquivo encontrado só é utilizada para descrever e nomear os arquivos que foram encontrados, por isso se torna quase uma notação (o nome arquivista da documentação). Para compor a notação dos documentos, inseri as seguintes informações: o nome da revista ilustrada, o ano da edição, o local da redação, a data segundo o calendário gregoriano, o nome que o autor deu para a charge; e a página segundo a digitalização da Hemeroteca. Foi utilizado a numeração segundo a Hemeroteca porque nem sempre foi possível ver o número da página e em alguns casos algumas páginas da edição estavam danificadas. A temática está localizada em uma segunda fase da pesquisa que busca criar possíveis categorias para cada documento. A observação é uma coluna necessária para expressar um complemento de informações sobre a edição analisada e/ou sobre o documento extraído daquela edição. A última coluna, chamada de autor aponta quem é o autor da charge².

² Não foi possível identificar em algumas charges quem efetivamente era o seu autor. Nesses casos, foram mantidos os pseudoanônimos ou um código para identificar que não foi possível identificar a assinatura do autor.

Tabela 1 - Amostra da tabela após a finalização

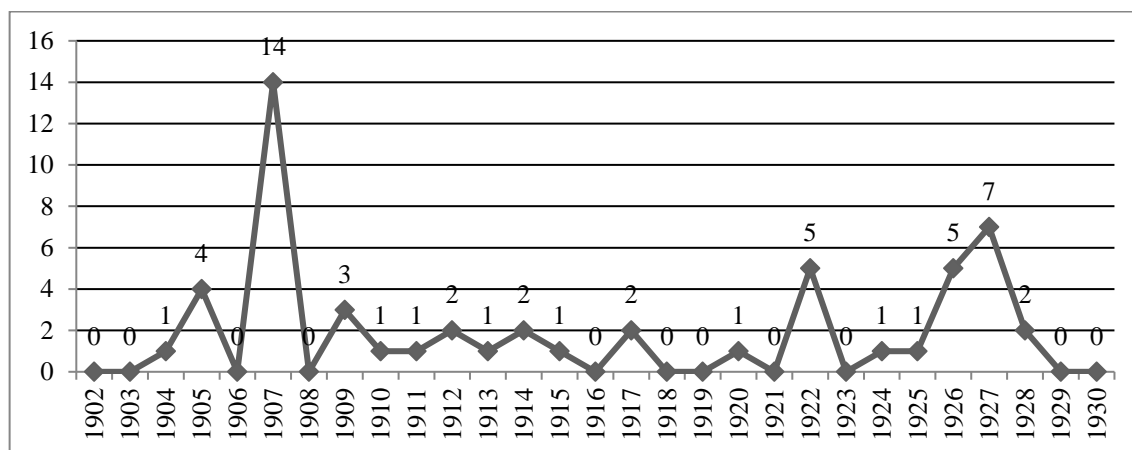
Revista	Ano	Edição	Data	Nº de arquivos encontrados	Ano	Local	Data de acesso	Arquivo(s) encontrado(s) [notação]	Temática	Observação	Autor
O Malho	1902	Edição 0001	20/09/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0002	27/09/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0003	04/10/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0004	11/10/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0005	18/10/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0006	25/10/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0007	01/11/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0008	08/11/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0009	15/11/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0010	22/11/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0011	29/11/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0012	06/12/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0013	13/12/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição A0014	20/12/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição B0014	20/12/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1902	Edição 0015	27/12/1902	0	1	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1903	Edição 0016	03/01/1903	0	8	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1903	Edição 0017	10/01/1903	0	8	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1903	Edição 0018	17/01/1903	0	8	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1903	Edição 0019	24/01/1903	0	8	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1903	Edição 0020	31/01/1903	0	8	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1903	Edição 0021	07/02/1903	0	8	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	
O Malho	1903	Edição 0022	14/02/1903	0	8	Rio de Janeiro	9/11/10	?	?	?	

Acima pode ser visualizada a formulação final da tabela. Que após a conclusão da pesquisa ter sido realizada, gerou uma segunda tabela que possibilitou uma síntese que contém apenas as informações resumidas das edições com alguma charge encontrada. Essa segunda tabela encontra-se no Anexo I desse trabalho de forma completa. Deste modo, coloco disponível as minhas principais anotações fichadas sobre cada uma dessas edições.

Das 1454 edições da revista ilustrada *O Malho*, não foi possível ter acesso a 39³ delas, já que as mesmas, por algum motivo não informado no sistema, não estavam disponíveis na Biblioteca Nacional. O que reduziu a amostra para 1415 edições. Dentro dessa amostra, foram encontradas 48 edições com charges que correspondiam ao objeto da pesquisa. Ou seja, efetivamente, dentro do universo pesquisado, só foi utilizado 3% das edições analisadas. Dentro dessas 48 edições, foram encontradas 54 charges que correspondiam às questões urbanas relacionadas aos morros da cidade do Rio de Janeiro. A distribuição das fontes encontradas, divididas por anos, pode ser observada no gráfico abaixo:

³As edições que não estavam disponíveis foram as seguintes: 304 a 307, 356 a 367, 451, 542, 938, 940, 955, 1035, 1190 a 1202, 1303 a 1306.

Gráfico 2 - Levantamento final

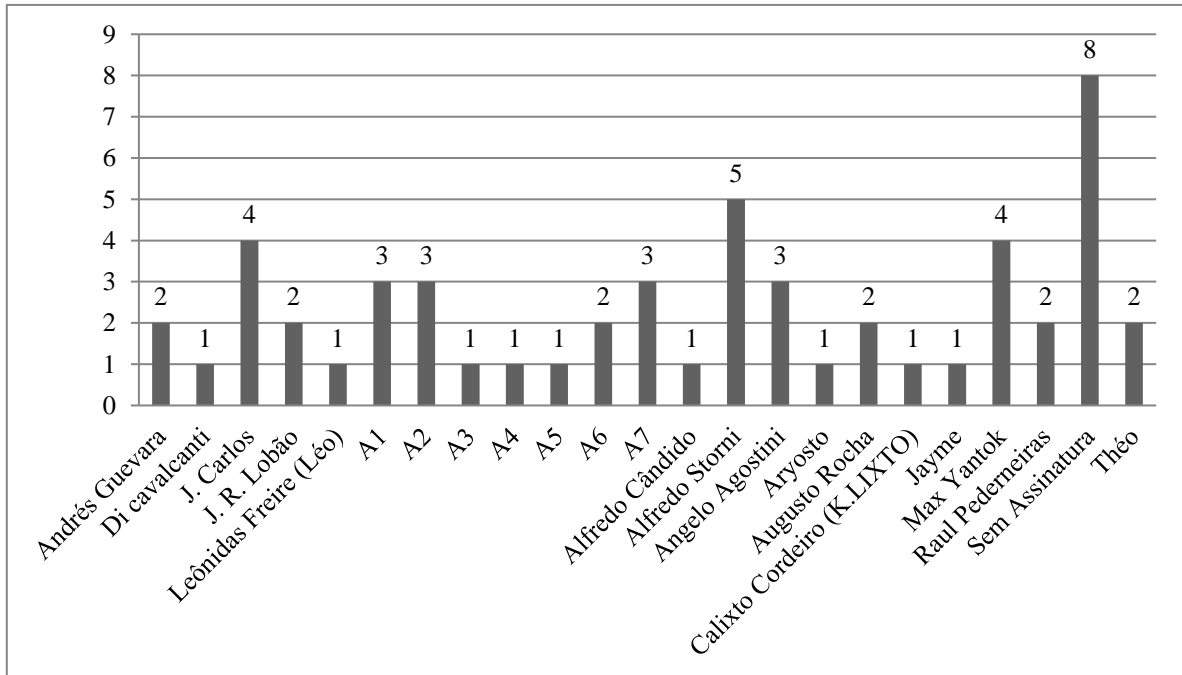


O gráfico corresponde a análise de 1415 edições da revista ilustrada O Malho, no período de set.1902 a jul. 1930. Nesse intervalo foram encontradas 54 charges.

Porém, nem sempre foi possível identificar a autoria – já que a assinatura era uma rubrica e a bibliografia não disponibilizava a informação. As 15 charges sem assinatura pertencem a sete⁴ autores distintos. Como não foi possível nomear esses autores, seus nomes foram substituídos por: A1; A2; A3; A4; A5; A6; e A7. Foi realizada essa opção para facilitar a organização da pesquisa e a compreensão de sistematização do trabalho. Além desses, também foram localizadas três charges sem nenhum tipo de assinatura, por isso foram classificadas como “Sem Assinatura”. Após esse processo, foi possível formular uma divisão por autores de cada charge, como pode ser visto abaixo:

⁴ Não se sabe ao certo quem são esses sete autores, já que as assinaturas não foram identificadas. Podem ser artistas diferentes, como podem ser pseudônimos de artistas cujas assinaturas já foram identificadas.

Gráfico 3- Autores



O gráfico corresponde a análise de 54 charges da revista ilustrada O Malho, no período de set.1902 a jul. 1930.

Mesmo sem a possibilidade de saber quem é o autor de cada fonte, ter uma sistematização de informações sobre quem são esses autores permite a pesquisa ter condições de pensar sobre quem seriam essas pessoas e quais são os seus locais de fala dentro da sociedade carioca naquele momento. Porém, mesmo com esse norteamento, não houve tempo hábil para realizar um aprofundamento sobre eles. Por isso, um estudo mais profundo sobre cada um deles ficou para outro momento.

Quando a organização do trabalho começou a ser pensada, foi percebido que se todas as vezes que mencionássemos uma charge ou que fosse necessário fazer referência a algo da tabela isso poderia se tornar um problema. Portanto, optou-se por trabalhar com dois anexos. O primeiro anexo (Anexo I – Tabela resumida da pesquisa) corresponde a uma visão resumida da pesquisa. Por que resumida? Porque não haveria necessidade de inserir no anexo as linhas da planilha sem nenhuma informação relevante para a pesquisa. Informar no anexo sobre uma edição sem nada relevante só resultaria num volume desnecessário. O segundo anexo (Anexo II – Ilustrações) foi composto por todas as charges encontradas. Ele forma um grande catálogo das imagens, porém é necessário ressaltar que algumas estão fora da ordem cronológica exata. Porque algumas charges necessitaram ocupar uma página inteira. Então, para não deixar nas outras páginas uma charge por página, a charge posterior, que fosse ocupar apenas metade de uma página, foi adiantada no catálogo.

Outra opção para facilitar o manuseio do leitor e da pesquisadora foi a versão digital do trabalho. Todas as vezes em que um anexo, gráfico ou tabela for mencionado, e este não estiver em seguida no corpo do texto, essa menção foi feita através da programação referência cruzada. Ou seja, se o leitor da versão digital pressionar o botão Ctrl do teclado e clicar na referência, através de um hiperlink, o texto vai transferir o leitor para o local em que está localizado aquilo que foi mencionado. Para retomar à página que o leitor se encontrava, basta pressionar os botões Alt e seta para esquerda do teclado.

O “CAPÍTULO I – Em pleno progresso” possui uma característica mais teórica. Nele tratamos do contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro nesse momento pesquisado. Como é um trabalho que tem as suas fontes retiradas de uma mídia jornalística, também houve a necessidade de saber sobre que tipo de imprensa existia na Primeira República. E principalmente, dentro dessa imprensa, o que seria esse humor do período? E para concluir o capítulo, buscou-se saber também sobre a revista ilustrada *O Malho*, que foi a produção da imprensa pesquisada. Porém, as informações encontradas sobre a revista em quase todos os locais eram muito semelhantes e resumidas. Por isso, devido as ausências de estudos sobre a redação da revista, não foi possível realizar um estudo aprofundado sobre ela.

O “CAPÍTULO II - O Rio por fora e por dentro” apresenta os primeiros resultados encontrados. Nele tratamos de algumas das temáticas predominantes nas charges. Temáticas que transpassam várias charges ao mesmo tempo, mas que produzem questões distintas quando agrupadas. Essas temáticas formam as primeiras análises das fontes, porque são as temáticas dadas no primeiro momento. São as primeiras questões levantadas em um primeiro contato com a pesquisa.

O “CAPÍTULO III - Que tal, os da favela?” apresenta um resultado que já pode ser levantado após algumas observações e uma análise mais profunda. E é quando o local representado é pensado. É nesse momento em que a pesquisa consegue avançar mais e ver que as temáticas podem ir além do óbvio da falta de água, mas que é possível observar algumas formações do imaginário sobre favelas ao longo da Primeira República. Nele existe uma busca por compreender o motivo do ano de 1907 ter repercutido tanto e quem eram os principais personagens que apareciam dentro do cenário das charges ao longo do período pesquisado.

O tempo do mestrado foi muito curto e não permitiu que as ideias e análises passassem por um longo processo de reflexão e amadurecimento. Em um momento futuro (não tão distante) existe uma vontade de dar continuidade à pesquisa, para que essa reflexão continue a ser desenvolvida. Por hora, o trabalho ganhou uma característica muito mais quantitativa que qualitativa. Apesar de ter sido possível elaborar vários gráficos e levantamentos, existe um reconhecimento que a pesquisa precisa avançar mais.

CAPÍTULO I – Em pleno progresso

Segundo Nicolau Sevcenko (1999), os primeiros anos da Primeira República (1889; 1891; 1893; 1897; 1904) foram marcados por consecutivas crises políticas. “Todas elas foram repontadas por grandes ondas de ‘deposição’”, ‘degolas’, ‘exílios’, ‘deportações’” (Sevcenko, 1999: 25), e tiveram como principal alvo os monarquistas e os grupos republicanos mais voltados para as demandas populares. “Opera-se através delas como que uma filtragem dos elementos nefastos ao novo regime, aqueles que pecavam quer por demasiada carência, quer por excesso de ideal republicano” (Sevcenko, 1999: 25). Em nome da democracia e da igualdade de oportunidades, os principais cargos políticos foram entregues aos que inauguravam a República.

O compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para a aceleração em escala sem precedentes de vidas da sociedade carioca. A penetração intensiva de capital estrangeiro, ativando energicamente a cadência dos negócios e a oscilação das fortunas, vem corroborar e precipitar esse ritmo, alastrando-o numa amplitude que arrebatava a todos os setores da sociedade. (Sevcenko, 1999:27)

A Capital Federal vivia um novo momento na virada do século e se transformou no maior centro cosmopolita do país. Nela eram realizados os principais contatos com os comerciantes e produtores europeus e estadunidenses, e a partir daí era repassado para as demais regiões brasileiras. No Rio de Janeiro também estavam sendo decididos quais os melhores rumos da produção cafeeira e dos seus recursos, e quais as melhores decisões e investimentos para a indústria. O porto da cidade também passou por um crescimento significativo entre 1888 e 1906, chegando a ser considerado o 15º porto mais importante do mundo e o 3º mais importante da América, perdendo apenas para Nova Iorque e Buenos Aires.

Núcleo da maior rede ferroviária nacional, que o colocava diretamente em contato com o Vale do Paraíba, São Paulo e os Estados do Sul, Espírito Santo, e o *hinterland* de Minas Gerais e Mato Grosso, o Rio de Janeiro completava sua cadeia de comunicações nacionais com o comércio de cabotagem para o Nordeste e o Norte de Manaus. Essas condições prodigiosas fizeram da cidade o maior centro comercial do país. Sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras, o Rio polarizava também as finanças nacionais. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de essa cidade constituir o maior número nesse momento o mais amplo mercado nacional de consumo de mão de obra (Sevcenko, 1999: 28).

A transformação espacial é algo além da remodelação. Também foi um momento da ampliação da malha ferroviária que ligava a Capital com as outras regiões e de uma reestruturação de toda a marinha mercante. Expedições foram enviadas por todo sertão para mapear e melhorar a comunicação dos locais através do telégrafo. Todo o centro administrativo burocrático e as forças armadas foram modernizados. Além disso, o eixo Centro-Sul foi cada vez mais sendo valorizado. Contudo, não só o Brasil vivia esse momento. É possível identificar, neste período, outros países passando por mudanças semelhantes.

O efeito dessa expansão do mundo capitalista sobre as sociedades tradicionais foi dos mais pungentes. Seguiram-se a ela abalos sociais de proporções catastróficas, como o Levante Indiano de 1857-58; o Levante Argelino de 1871; a reforma Religiosa de Al Afghani (1871-79) e o Movimento Nacional

Egípcio de 1879-1882; a Rebelião de Tai-Ping na China (1850-66); a Guerra Civil Americana (1861-65); a Restauração Meiji no Japão (1868) e a própria Guerra do Paraguai (1864-70). (Sevcenko, 1999: 44)

Mesmo tentando se enquadrar à realidade da potência europeia, o Brasil permanecia a muitos passos de distância. Enquanto os investimentos europeus visavam, na maioria das vezes, gastos produtivos, no Brasil boa parte do capital estrangeiro que entrava se tornavam investimentos realizados com gastos não produtivos. As iniciativas neocolonialistas cresciam na Europa, e não seria viável ter um parceiro menor e com os recursos mais limitados. Nicolau Sevcenko chama essa relação de “divisão internacional artificial do trabalho”, na qual, mesmo com seu crescimento econômico, o Brasil tinha uma participação muito limitada no sistema produtivo global.

As elites agrárias possuíam as atividades mais rentáveis, deixando poucas brechas de crescimento para os demais grupos. Da Capital Federal ao menor município do país, os cargos públicos, na maioria; eram compostos por familiares ou pessoas ligadas aos governantes. Na maioria dos casos a contratação não era devido ao talento e à qualificação profissional do candidato, mas pelo apadrinhamento que o acompanhava. A maior parte da população brasileira vivia no campo, e de forma quase que absoluta em todo o país o analfabetismo era predominante. O interior era refém do coronelismo, e ações como o voto de cabresto eram comuns. Mais uma vez o Brasil ia no sentido oposto à lógica liberal progressista europeia, e não conseguia promover alcances sociais adequados por parte da atuação do Estado.

O novo cenário econômico republicano tentava ajustar e modernizar a sociedade segundo os critérios europeus, que iam além da economia, e passava pela mudança dos hábitos sociais. A cidade também não tinha uma estrutura considerada adequada para os novos rumos tomados pelo país. O cais não era adequado para navios com maior calado; e dificultava a chegada destes (que se tornavam cada vez mais predominantes); as ruas coloniais eram estreitas e dificultavam o transporte de mercadorias entre o porto, os armazéns e as linhas férreas; e as áreas pantanosas e insalubres eram focos de várias doenças. Os conflitos do governo com diversos grupos políticos e com alguns grupos da população, como negros e mestiços, transmitiam uma sensação de insegurança. Assim, o mesmo Rio que estava crescendo a todo vapor, também era cheio de problemas de infraestrutura e de “uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim.” (Sevcenko, 1999: 29)

A imagem transmitida pelo país para o exterior precisava ser melhorada e adequada aos padrões de civilização exigidos. E nada deveria atrapalhar o progresso tão desejado pelo governo. A remodelação da cidade e dos hábitos sociais do Rio de Janeiro se tornou um alvo a ser alcançado. E foi a inauguração da Avenida Central, em 1904, o marco das transformações urbanas. Elas iniciavam pela Capital Federal, porém, nos planejamentos, deveriam ser seguidas por todo o Brasil. Contudo, para que amplas avenidas, praças, jardins etc. fossem construídos, cortiços, casas de cômodos e antigos casarões tiveram que vir a baixo.

Segundo Sidney Chalhoub (1996), os moradores dos cortiços foram simplesmente despejados e ignorados. As demolições, que iniciaram na década de 1870 e foram intensificadas durante a Primeira República, ocorriam de forma violenta e sem nenhuma preocupação para onde iriam os que ali moravam. Aqueles espaços, que haviam sido um importante local da luta dos negros contra a escravidão, agora iam ao chão e omitiam uma memória de luta. Assim, o que restou foram apenas alguns pedaços de madeira a serem aproveitados para construir algum tipo de habitação, ainda que precária, em outro local. Alguns morros foram o destino desses moradores, como alguns que residiam no cortiço Cabeça de Porto, que foram para o Morro da

Providência. O fim dos cortiços, tão celebrados pela imprensa e pelos higienistas, apontava para um novo momento da Capital Federal, o início da expansão das ocupações dos morros cariocas.

Os cortiços, que foram expandidos e se tornaram cada vez mais frequentes no espaço urbano carioca entre as décadas de 1850 e 1860, tinham uma população muito diversificada. Livres, libertos e escravos conviviam no mesmo local. Muitos imigrantes que chegavam na cidade eram direcionados para os cortiços. E também os que haviam recebido alforria ou eram escravos que vivam sobre si⁵. Muitas vezes esses moradores são considerados como ociosos que não gostam de trabalho, cheios de vícios e responsáveis por cultivarem os focos das epidemias em meio a insalubridade de suas moradias, ou seja, verdadeiros perigos sociais. Esse era o meio no qual os médicos mais indicavam a ocorrência de casos de tuberculose; que, ao contrário das epidemias, apareciam em qualquer parte do ano e em todos os anos.

Em suma, se permanece difícil definir de forma inequívoca o que era um cortiço, o fato é que as controvérsias em torno de tal definição em cada caso específico nos abrem uma enorme janela para a observação e interpretação do processo histórico do período. (Sevcenko, 1999: 40)

Quando os cortiços eram pensados e analisados, nada sobre eles era considerado positivo para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do país. Destoavam dos princípios morais e progressistas que o governo almejava conquistar, não condiziam com os padrões civilizatórios europeus perseguidos e expunham de forma clara os problemas de higiene e saúde pública não solucionados. E justamente esses problemas que estavam sendo utilizados pelos sanitaristas para avaliar o grau de civilização de um povo. Logo, tolerar aquelas habitações foi se tornando cada vez mais inaceitável. Contudo, se durante a monarquia existiram problemas para extinguir os cortiços, ao raiar da República eles chegaram ao fim.

Na verdade, é a partir da ascensão de Floriano Peixoto à presidência, em novembro de 1891, que ocorre um recrudescimento das autoridades públicas contra os cortiços. Ao que parece, os higienistas haviam atingido o auge de sua influência política. [...] Em outras palavras, o regulamento sanitário parecia permitir que o inspetor de Higiene determinasse o fechamento de qualquer cortiço da cidade num prazo de 48h, sem a necessidade de medidas anteriores para prevenir proprietários e inquilinos. (Sevcenko, 1999:46)

De acordo com Chalhoub, a Inspetoria de Higiene passou a ter grande poder de decisão. A tal ponto de não existir um local para se recorrer aos critérios utilizados para determinar o fechamento de um local. A Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios até se manifestou contra o que estava ocorrendo, porém não conseguiu quase nenhuma conquista. Pois, “naquele momento, a Inspetoria de Higiene parecia o quarto poder da República” (Sevcenko, 1999: 50).

Para Nicolau Sevcenko, as transformações que ocorriam no espaço público produziam efeitos e mudanças no modo de vida e na mentalidade carioca, e era declarada guerra contra a caturrice, a doença, o atraso, a preguiça e a ignorância. Os velhos hábitos e costumes que antes faziam parte da sociedade tradicional, construídos desde o período colonial, já não eram mais adequados. A cultura e a religiosidade popular não eram bem-vindas na área central

⁵ O escravo que vivia sobre si era o escravo que recebia a autorização do seu senhor para residir fora da casa desse. Contudo, era um escravo de ganho que deveria fazer pagamentos dos valores ganhos nas jornadas de trabalho ao senhor. Esses valores eram estipulados pelo senhor como condição de manter o acordo entre os dois. O escravo então conseguia algumas autonomias sobre a vida e aumentava a chance de conseguir comprar sua alforria. Porém, seu senhor deixava de ter o compromisso de sustentá-lo.

da cidade, por não condizer com a cultura civilizada parisiense. E a população mais humilde foi expulsa juntamente com a sua cultura. O carnaval foi autorizado a permanecer, só que deveria ocorrer dentro do padrão europeu. Fantasias populares, como de índio e cobra viva, deveriam dar lugar para os arlequins, pierrôs e colombinas. Uma mesma sociedade era vista como duas, no qual uma parte deveria ser exposta e apresentada, e a outra confinada nos subúrbios e nos morros cariocas.

Assim, o prefeito “Bota-Abaixo” remove mascates, amanuenses, meirinhos e escreventes, cesteiros, tanoeiros, tropeiros e garrafeiros, remove barbeiros, tamanqueiros, peixeiros, trapicheiros e vassoureiros, mequetrefes, almocreves e magarefes, remove pretos do Benim e caboclos de Angola, crioulos do Daomé, Nigéria, Sudão e Congo, remove negos mina, fon e malês, bantos, nagôs e cambinda – Zés, Joões e Marias –, remove babalaôs e ialorixás, abares, iaôs e abiãs, remove filhos de Oxalá, pai de todos, de Xangô, guerreiro da flecha e do machado, e de Oxum, sua esposa, a que tudo sabe e tudo vê, remove filhos de Iemanjá, rainha das águas, e de Iansã, senhora dos ventos, remove filho de Oxóssi, rei das matas, de Ogum-Delê, senhor da guerra, e de Xu-Bará, dono do fogo, remove ex-mucamas, ex-escravos e ex-guerreiros das nações Guarani, Aimoré, Tuipinambá e Tupiniquim, Xavante, Tamoio e Tupi, herdeiros de Araribóia e Iracema, cunhãs e curumins, remove ex-combatentes e ex-voluntários, veteranos do Paraguai, Tuiuti e Canudos, remove prostitutas de Moçambique – negrinhas, moreninhas e branquinhas –, e meretrizes polacas – Margôs, Mimis e Georgettes – mulheres de vida fácil, outras nem tanto, remove mandingueiras nagô, rezadeiras banto, benzedoras iorubá e parteiras ibô, remove senhoras do Pastoril, imperadores do Divino, foliões do rancho e fogueteiros do Corso, cantores do jongo, da congada e do maracatu, remove charameleiros, tocadores de bumbo e tamboril, violeiros do maxixe, da modinha e do lundu, mestres de gafieira, do fandango e do corta-jaca, remove comadres e compadres, carpideiras e rezadeiras, beatas do coração de Maria, baianas do Bonfim, devotas de Nossa Senhora da Aparecida, do Carmo, da Ajuda, de Fátima, das Graças e das Dores, remove vagabundo, marginais e mendigos, bêbados mais e bêbados menos, remove malandros, capoeiras, fulanos e também beltranos, remove galegos e mazombos, ciganos, judeus e gentios, turco e carcamano – mal-empregados, desocupados e remediados, uns simpáticos, uns antipáticos, uns letrados, uns não, remove soldados, marinheiros, taifeiros, praças e estafetas, remove monarquistas, positivistas, anarquistas, socialistas e maximalistas, remove esses mestiços, esses mulatos e esses cafuzos, esses pardos e esses pobres, remove esses aqui, remove esses aí e remove esses ali, esses uns e esses isso, remove essa malta, essa multidão desvalida, essa arraia miudinha, essa gente sem rosto, sem posto, sem nome nem sobrenome – sem eira nem beira – e que já vinha, desde 1897, transformando o morro da Providência numa favela de miseráveis, humilhados e deserdados, cujos frutos, amargos e violentos, amadurecem hoje. (Sodré, 2001: 31-32)

O jogo do bicho, um dos jogos mais populares, torna-se proibido, e o espaço de jogos adequados se torna o dos cassinos e do Jockey Club. A lei tornou o uso de paletó e de sapatos obrigatórios no Município Neutro, e levaria à prisão o cidadão que estivesse com a vestimenta inadequada. A cada fim de estação, o excedente dos estoques europeus da moda feminina e masculina, segundo Sevcenko, tinha um destino certo, o hemisfério sul. Os traços da sociedade imperial eram apagados e dava lugar a um espaço público remodelado e ajardinado, segundo o padrão de beleza parisiense. “O mármore dos novos palacetes

representavam simultaneamente uma lápide dos velhos tempos e uma placa votiva ao futuro da nova civilização” (Sevcenko, 1999: 31).

As relações sociais entram em um período confuso, dentro de uma situação em que se torna difícil fixar os novos padrões de distinção social. As ações de solidariedade social e da conduta moral são quase extintos, e os padrões econômicos e mercantis passam a orientar esse novo padrão social. A hierarquia social vai se tornando mais complexa e difícil de ser definida com total clareza. Sevcenko aponta que é um momento em que quem tinha um capital estável deveria ficar em constante alerta e sofria sérias angústias, pois surgiram: enriquecimentos milagrosos, falsas fortunas, caça-dotes, especuladores, golpistas etc.

A democratização compulsória de alguns setores dava aos grupos conservadores uma sensação de insegurança e ameaça. Nos bondes qualquer pessoa poderia se sentar ao lado de qualquer um. Alguns materiais da moda se tornaram mais baratos, o que facilitou e aumentou o número de consumidores. Os libertos não aceitavam mais os tratamentos de escravos, e exigiam ser tratados como livres. Para se destacar dos demais grupos, a elite, que não tinha mais como manter títulos de nobreza porque esses tinham desaparecidos junto com a monarquia, buscou se destacar através do alcance de títulos honoríficos e da supervalorização da aparência exterior.

Outro fator que contribuiu para tornar esse período ainda mais complexo e confuso foram as consecutivas crises econômicas iniciadas: a depressão da economia cafeeira (1888), as campanhas militares e a consolidação do regime (1897), a crise bancária (1900), e a crise industrial comercial (1905 – 1906). Elas afetaram principalmente a população mais pobre, porque aumentaram o valor dos alimentos, dos aluguéis, dos transportes etc. Muitas dessas pessoas foram forçadas a morar no subúrbio, o que aumentou ainda mais seus custos diários. Campos Salles tentou enxugar alguns gastos, contudo, não foi o suficiente. Então demitiu funcionários federais e criou alguns impostos, piorando ainda mais a situação de alguns grupos.

Segundo Nicolau Sevcenko, alguns índices eram sintomas que indicavam os problemas e as crises que a sociedade carioca enfrentava. Por exemplo: entre 1907 e 1912, entre as prisões realizadas, 26% eram menores de idade; entre 1889 e 1898 o número de entradas em hospícios teve um crescimento de aproximadamente 7849%; o número de suicidas e de alcoólatras foram crescendo ao ponto de serem considerados endêmicos. As tensões urbanas só aumentavam.

1.1 Literatura e imprensa

Conforme Sevcenko (1999), a geração de letrados brasileiros de 1870 foi formada por intelectuais engajados na luta por transformações sociais. Voltados para os movimentos culturais que ocorriam na Europa, levantavam as bandeiras da abolição, da República e da democracia. Entre eles, muitos escritores que viviam na cidade do Rio de Janeiro, com seus ideais liberais progressistas, viam na sua luta uma forma de trazer luz ao país e à população através de melhoras culturais e materiais propostas. Para eles, o Brasil não poderia continuar tão distante do tipo de vida civilizado europeu, sem uma estrutura adequada e uma integração com o exterior.

O positivismo influenciava fortemente os intelectuais, o que os fazia observar que o desenvolvimento cultural europeu estava ligado ao desenvolvimento material. As chamadas Ciências Naturais estavam produzindo conhecimentos científicos que auxiliavam diretamente o desenvolvimento nas mais diversas áreas da Europa. Porém, esse conhecimento entrava em conflito com a Igreja Católica, que, naquele momento, era a religião oficial do Brasil e responsável por uma parte do trabalho administrativo do império.

As teorias científicas possibilitavam que novas percepções sobre a natureza e o homem viessem a existir, como por exemplo, o darwinismo. Algumas pesquisas voltadas para a

microbiologia buscavam causas e curas para doenças como a febre amarela. E através dessas novas ideias que nascia a Revolução Sanitária, fator de forte influência nas reformas urbanas que ocorreram em várias partes do mundo. As pesquisas tecnológicas avançavam com mais força, e criavam bases para a Segunda Revolução Industrial. Questionamentos e buscas sobre as regras universais da conduta humana e sobre o que seria o natural do homem. Igualmente existia a busca por princípios universalmente válidos cuja validade não dependeria da vontade humana ou de convenções sociais, mas que decorreriam da própria natureza das coisas.

Esses intelectuais brasileiros viam a necessidade do país passar por reformas que transformassem a situação política e que construíssem uma nação. Olhando para os Estados Unidos da América e para a Europa, entendiam que o cientificismo e o liberalismo eram o único caminho correto a ser seguido. Porém, sem posicionamentos extremistas, realizaram suas críticas de acordo com as circunstâncias encontradas. Mais do que as bandeiras que levantavam, alertavam para um perigo que consideravam potencial: a invasão do Brasil pelas potências expansionistas. Elas estavam em um novo processo de conquistas de território em várias regiões do planeta, e passavam a tomar conta daquele território e tiravam sua autonomia. Acreditavam que o país tinha muitas terras sem uso e muitos imigrantes chegando, o que, segundo esses letrados, tornava mais propícia essa invasão.

Para esses letrados era de suma importância que o Brasil assumisse a necessidade de produzir conhecimento científico e um saber próprio sobre o território. Pois, somente através dessa produção científica seria possível alcançar a transformação da realidade existente. “Uma ciência sobre o Brasil seria a única maneira de garantir uma gestão lúcida e eficiente de seu destino. Desacreditadas as elites tradicionais, só a ciência – e seus Prometeus portadores – poderia dar legitimidade ao poder” (Sevcenko, 1999: 85). Todavia, não foram atendidos e não se tornaram os líderes do país. E quando as bandeiras que levantavam ganham lugar, com a abolição da escravidão e a proclamação da República, esses intelectuais são deixados de lado e “veem-se transformados em personagens socialmente inúteis” (Sevcenko, 1999: 86).

Nessa mudança de governo, os intelectuais iniciam suas críticas aos políticos, por considerá-los desqualificados para os cargos por não terem boas questões ideológicas, por serem corruptos e por não terem capacidades técnicas e administrativas. Não acreditavam que houvesse grandes disputas políticas, por não haver entre os políticos muitos interesses conflitantes

O momento era o da “imbecilidade triunfante”, diria Euclides da Cunha. Teve ampla circulação o neologismo “mediocracia” com carga semântica que significava o “regime das mediocridades”. Pessimismo e inconformismo se reuniam numa atitude crítica visceral: “Entre nós a incompetência é credo, doutrina, religião, poder”. Foi esse mesmo impulso que arrastou os grupos intelectuais a prestarem apoio irrestrito a Rui Barbosa em suas campanhas políticas, no qual viam representado um membro da seleta inteligência nacional lutando contra o mesmo desprestígio e o mesmo chão estéril: “um indesejável viciado pelo crime de valer mais que os outros” (Sevcenko, 1999: 88).

O índice de analfabetismo era muito grande dentro do país, o que tornava a profissão de escritor inviável. O mercado literário brasileiro era muito difícil e não dava muito futuro. Mesmo os melhores autores, que mais conseguiam vender, não conseguiam viver apenas da produção literária. E viram a República, na qual tanto defenderam, ir para um caminho que não esperavam. O valor do mercado se tornou mais importante que a razão, o conhecimento, a inteligência, a competência etc. Os letrados sentiram o gosto amargo das decisões tomadas para direcionar o Brasil, e expressaram em suas obras literárias. Diante do quadro inesperado, muitos desses letrados tinham que recorrer à profissão de jornalista para sobreviver. E foi através da

imprensa que muitos conseguiram expressar suas ideias, ainda que quase totalmente afastados da linguagem literária.

Sevcenko aponta que, na Primeira República inicia-se um movimento por parte dos intelectuais chamado de “novo jornalismo”. As novas tecnologias de impressão e edição baratearam a produção facilitando o consumo para os grupos alfabetizados da cidade do Rio de Janeiro. Esses letrados encontram nas revistas ilustradas a oportunidade de criarem um produto mais refinado, com uma linguagem próxima da literária. Através delas era possível divulgar suas opiniões e fazer indicações e orientações sobre a vida urbana. Marcando uma nova fase de expressão e um novo momento, com novas causas e bandeiras.

Segundo Nelson Werneck Sodré (2007), a mudança de regime político em 1889, inicialmente, não alterou o desenvolvimento da imprensa brasileira. A diferença, nesse momento, é que os que optavam por continuar apoiando a monarquia perdiam cada vez mais prestígio. Dois anos depois surge o *Jornal do Brasil*, e também pequenos jornais que não tiveram muitas edições. Principalmente a partir do governo de Campo Sales, a imprensa brasileira das grandes cidades ganha uma característica empresarial mais consolidada, seja com uma estrutura industrial de grande ou pequeno porte⁶.

Equipamentos cada vez mais modernos são adquiridos. A produção, a circulação e a relação com a sociedade dos jornais entram em um período de mudanças. A informação se torna algo a ser vendido, e os jornais vendiam desde as principais informações do país até as atividades de diversão que ocorreriam. A imprensa ganhava um espaço e uma função específica. Além de passar a ser um reflexo, mesmo que às vezes embaçado, das transformações sociais que ocorriam pelo país.

Esse período de transformação da imprensa artesanal para uma imprensa industrial colabora para a redução do número de periódicos e de novas empresas jornalísticas. Conforme ocorria o crescimento da vida urbana brasileira, as empresas jornalísticas conseguiam dar seus passos iniciais. Segundo Werneck, torna-se mais fácil para um político comprar o apoio de um jornal a fundar o próprio jornal. Nos períodos de campanhas eleitorais e disputas políticas, os apoios e as críticas são facilmente percebíveis. Assim, os grupos políticos e os comerciantes se tornam os principais influenciadores da imprensa. Porém, o *Correio da Manhã* surgia modificando algumas relações estabelecidas.

O *Correio da Manhã* vinha romper, efetivamente, o cantochão de louvores ao governo Campos Sales que presidia a política de estagnação, onerando terrivelmente as classes populares. Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra da opinião da imprensa. Nesse sentido, o seu editorial de 4º aniversário, a 15 de junho de 1905, reafirmava a exatidão do rumo traçado quando seu lançamento: “Veio para lutar, resoluta e serenamente, em prol dos interesses coletivos sacrificados por uma administração arbitrária e imoral. Venceu por isso”. Daí por diante, e em toda a velha República, que ajudou a derrocar, o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo de sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima. (Sodré, 2007: 287)

⁶ No interior do país continuou a existir a imprensa artesanal, com técnicas tipográficas consideradas ultrapassadas para o período, partindo de empreendimentos individuais e/ou aventuras isoladas.

A característica dos jornais de apoiarem a circunstância política do momento desaparece de algumas empresas jornalísticas, que buscam apresentar a complexidade social e as mudanças na própria imprensa. Sodré e Nicolau Sevcenko (1999) apontam esse momento como uma fase de empobrecimento literário e de confusão entre literatura e imprensa. Por ser tão difícil publicar e ser extremamente difícil a vida de um escritor, conseguir viver da produção literária se tornou o sonho de muitos e a realidade de quase ninguém. Por isso, muitos escritores buscaram nos jornais uma oportunidade de trabalho. Porém, os jornais se tornavam cada vez mais marcados por uma linguagem mais empobrecida em relação à literatura.

As transformações urbanas realizadas por Pereira Passos alteravam as relações sociais dentro do Rio de Janeiro e modificam diversos hábitos existentes nessa sociedade. Essas mudanças começam a influenciar de forma lenta a imprensa. Alguns artigos políticos perdem espaço nas edições, dando lugar para entrevistas, ensinos sobre os novos padrões de comportamento, informações sobre esportes e questões policiais, entre outros assuntos que anteriormente eram considerados como reportagens secundárias. Interesses restritos já não eram bem vindos, mas sim assuntos mais gerais que poderiam se tornar reportagens, entrevistas e notícias.

É um pouco dessa transformação que decorre a proliferação das revistas ilustradas que ocorre a partir daí. Nelas é que se irão refugiar os homens de letras, acentuando a tendência do jornal para caracterizar-se definitivamente como imprensa; as revistas passarão, pelo menos nessa fase, por um período em que são principalmente literárias, embora também um pouco mundanas e, algumas críticas. O desenvolvimento das artes gráficas permite, agora, essa repartição. (Sodré, 2007: 297)

O Brasil vivia transformações políticas, econômicas, sociais, culturais, e o Rio de Janeiro era a vitrine da busca pelo estilo de vida parisiense. Em meio a esse cenário são criadas as primeiras revistas ilustradas. Mescladas pela imprensa e pela literatura, tiveram sua linguagem como algo entre a linguagem jornalística e a literária. O que aumentou o alcance de público e facilitou sua introdução entre alguns grupos. Submeteram-se aos padrões importados da Europa. Marcadas pelo uso das caricaturas⁷, deram espaço e oportunidade para grandes artistas. Muitas dessas revistas ilustradas conseguiam captar e retratar algumas dessas mudanças que ocorriam. E, nesse novo momento em que a imprensa começava a viver, a política se tornou um dos principais temas como no auge de críticas através de caricaturas pelas revistas no governo de Hermes da Fonseca. Entre as revistas que surgem, em 1902 é criada a revista ilustrada *O Malho*, que “realizou verdadeira análise e tipificação da sociedade carioca, além da crítica política e de costumes” (Sodré, 2007: 302).

Segundo Sodré, a última grande campanha da imprensa nos padrões da Primeira República ocorreu no período de sucessão de Washington Luís, em que elementos políticos de oposição e militares viam na luta armada uma forma para resolver o problema estabelecido, o que provocou um sinal de alarme. Como o rádio ainda vivia seu período inicial, foi na imprensa que ocorreram vários conflitos. Mas em outubro de 1930 o governo Provisório era instituído; e Getúlio Vargas chegava ao poder. Toda a imprensa que demonstrou apoio ao governo anterior e/ou que criticava a Aliança Liberal foi liquidada. E os jornais e revistas que não haviam sido destruídos foram penalizados e ficaram fora de circulação por um período.

O Malho combateu a *Aliança Liberal*, em 1929 e 1930, e, com a vitória da revolução, foi incendiado. Reapareceu, depois, para, de 1935 a 1945, sob as

⁷ Segundo Nelson W. Sodré, a caricatura é um desenho que não inventa defeitos, porém busca destacar os defeitos existentes.

condições ditatoriais do país, tornar-se apenas noticioso e literário. Desapareceu em 1954. (Sodré, 2007: 301)

1.2 O Humor

Segundo Luiz Guilherme Teixeira Sodré (2005), a academia seleciona quais são os tipos de documentos que são considerados os mais adequados para a produção do conhecimento científico. A iconografia é um tipo de fonte que por muito tempo foi utilizada mais com um caráter ilustrativo e não como uma fonte primária. Se dentro de sua composição fosse acompanhada do humor, mais desqualificada seria como uma fonte de produção de conhecimento científico. O riso, que é considerado uma característica humana, muitas vezes foi deixado de lado na busca de vestígios das ações humanas ao longo do tempo. Por ser muitas vezes considerado como uma ação inferior, associada à infância, e por não ter o rigor e a seriedade exigida pela ciência. O riso é entendido como algo que antecede a razão. O humor então se torna desqualificado por ser algo imaturo e que não se enquadra na racionalidade ocidental.

“Para uma razão que se quer portadora de saber exclusivo e inequívoco, mais que um atestado de boa conduta, a seriedade é um critério de confiabilidade, uma certidão pública de credibilidade, enfim, uma condição de verdade” (Teixeira, 2005: 34). O humor, por muitas vezes negar a razão, é visto com desconfiança e sem aspectos positivos. Ele bagunça a ordem da razão e questiona a sensatez e a explicação das coisas, trazendo a percepção de coisas que até então passavam despercebidas. E nas fronteiras do que seria real/verdadeiro e do que seria fictício/falso. Já que através da razão seria a única forma possível de se aproximar da verdade. Assim, o humor se torna algo tolerável para se conviver e diminuir as tensões cotidianas, mas é visto como algo incapaz de produzir verdade.

Porém, a razão nem sempre foi a fonte de explicação para todas as coisas e a responsável por selecionar o que seria a ordem. E o humor nem sempre foi o caos, ele já esteve associado à produção de verdade e a uma forma de ver e explicar o mundo.

O riso e a comédia, as celebrações, as cerimônias, cultos e festas integram indivíduos, fundamentam emoções, dão sentido as suas experiências coletivas. É assim que, desde a mais remota história, em sociedade sem Estado ou classes, o homem já celebra com alegria – concepção abrangente do humor – seus rituais de fertilidade, de vida e de morte, suas práticas de semeadura e colheita. [...] A comédia grega nasceu no altar de Dionísio, deus do vinho, da procriação e da vida, na comunhão do mito com a poesia, do poeta com a comunidade. O teatro grego era expressão do conflito entre natureza e cultura, a fonte da consciência grega sobre o mundo e a história dos homens, da dor e do prazer, representados por duas máscaras clássicas: Tragédia e Comédia. (Teixeira, 2005: 41)

A comédia era a responsável por gerar os momentos de comunhão e produzir críticas sociais. O humor era responsável por mostrar as relações sociais e as práticas e costumes que faziam parte do cotidiano. Dava bases para reflexões desde a mais simples a mais complexa questão social. O que também acontecia no teatro romano, que buscava representar as verdades humanas. Desenvolvia problemas comuns que faziam parte da realidade do povo, e por isso muitos se identificavam. O riso fazia parte dos costumes populares por ser associado aos seus ritos, e as suas práticas políticas e sociais.

Na Idade Média o humor é ligado às questões públicas de vilarejos, das principais festas cristãs, as festas cristãs do padroeiro local, o carnaval e em alguns casos para resolver

conflitos. A comédia medieval, além de representar as questões cotidianas, também aborda muitas questões sobre a dicotomia entre santo e profano. Um outro elemento de humor muito presente, porém não para todos, era o bobo da corte. Ele era responsável por dizer, através do humor, os problemas e as tensões em torno do rei para o rei. Nesse momento o riso se tornava participante do governo do reino, e produzia verdades sobre o imaginário social.

Entre os séculos XVI e XVII, a modernidade, o desenvolvimento da ciência, as ideias inovadoras, marcam uma nova fase, e a razão se torna a lente adequada para se enxergar o mundo. O humor é afastado das questões populares, e o riso é visto apenas como o cômico e não mais como um produtor de verdade. A linguagem oficial é a da razão, que traz consigo o bom senso e o senso comum. E uma dessas leituras do mundo a partir do humor passa a ser a charge.

A charge é um traço singular, sem relação com os demais desenhos gráficos de apreensão do real – como a caricatura e o cartum –, com os quais ela é, frequentemente, confundida.

Como charge também se designa um traço de reflexão através do humor, que reproduz sujeitos reais e resume conflitos políticos. O humor é o principal fundamento de sua narrativa, o instrumento singular de sua linguagem, uma vez que é através dele que a charge transforma a notícia numa consciência sobre ela

Como charge se designa, sobretudo, um discurso no campo da comunicação, articulado por imagens, cujo *sentido* está além dos limites da razão. (Teixeira, 2005: 73)

Segundo Teixeira, “a charge é um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social” (Teixeira, 2005: 11). Ela é uma produção que expressa, normalmente, os valores dominantes da classe média e voltada principalmente para o exercício de formulação de crítica à política e às atividades públicas. Contudo, ela não tem a preocupação de registrar com precisão o que acontece, mas através do seu mundo fictício, transforma os sujeitos em personagens que vão significando o que está presente na realidade. Sempre bem datadas, porque estão presas ao tempo e ao espaço de sua produção, ainda que tragam elementos socioculturais de outro tempo e/ou outro espaço. Além disso, sua produção é marcada pelas técnicas de produção de imagem e pelo amadurecimento de sua linguagem, no qual cada época tem o estágio de desenvolvimento e de possibilidades.

A charge tem a capacidade de negar a razão e manter a racionalidade, através do abandono no que é normativo e do que produz o bom senso e o senso comum, e de denunciar o que considera como erros e vícios. Ela se aproxima da fantasia, e na insensatez dos seus traços é percebida pelos que a observam através de seus significados. Envolve os que a analisam e desperta o interesse pelo que foi dito sem ter sido dito. Ao transformar o mundo real em mundo fictício e sujeitos em personagens, a charge não busca se afastar do que seria entendido como real, e sim dar conta dos diversos significados existentes na realidade. Permitindo-se reinventar o real com uma imagem “que *descreve* personagens que *enunciam* conteúdos subjetivos sobre ações objetivas de sujeitos reais” (Teixeira, 2005: 19). Esse humor, que é a linguagem da charge; é capaz de transformar problemas sociopolíticos em uma imagem que tem os seus sentidos livres da realidade e da razão, e ainda assim, é capaz de produzir suas próprias verdades. Entre o dito e o não dito, porém, ela vai formulando seus próprios sentidos.

Fruto assim dramático de fantasia e do delírio, a charge desarruma o tempo e o espaço, mas desarruma, sobretudo, as disposições que estruturam o sujeito real; drama porque o desumaniza, negando o que em seus gestos é aparência; e drama, em seguida, porque o re-humaniza reproduzindo o que nele é pura

essência, drama, sim, e drama, então, porque a charge *desarrumaniza* o sujeito. (Teixeira, 2005:20).

Dentro de seus traços a charge formula personagens diferentes dos sujeitos que foram sua fonte de inspiração. Nela o sujeito é representado muito mais pelo que deixa de fazer do que pelos seus hábitos; e se torna um outro alguém a partir do que seria uma possível interpretação do sujeito original nessa verdade fictícia. Porém, o sujeito real e o fictício continuam a compartilhar uma identidade comum. Nessa construção de uma identidade a partir da diferença que se estabelece uma identificação entre o real e o imaginário, as verdades que a razão esconde se tornam visíveis. Sodré chama esses discursos de humor sobre sujeitos produzidos pelas charges de “discurso sem razão”⁸, pois ele produz uma reflexão sobre a realidade e questiona o que seria essa razão normativa. Sem a exigência de produzir uma verdade repleta de seriedade, “começa, propriamente, seu universo de apropriação crítica e humorística do sujeito, do real e da relação que mantêm entre si” (Teixeira, 2005: 24).

Na charge, é através da diferença que passa a ocorrer uma produção de sentido. Esse sentido não fica preso à forma que a razão dá sentido ao mundo e determina a forma que esse deve ser percebido. Na razão essa visão determina quais são as formas e as possibilidades adequadas de ordem. Através da sua linguagem a razão exclui tudo aquilo que não considera com sentido e cria o que considera como o real. Já a charge não se prende apenas aos critérios de sentido da razão, ultrapassando-a em suas fantasias, produz a própria linguagem e seus próprios sentidos que vão além da razão.

Na charge, o sentido é produto de um personagem sem mediação, inserido numa realidade sem parâmetro. Ele resulta, então, de uma ruptura que permite que um personagem atue como *outro* do sujeito real, articulando por ele emoções, sentimentos, delírios e fantasias. Ele é o conjunto de significações por trás do modo, manias e mensuras convencionais [...] O sentido da charge é o avesso do pensamento, o impossível da razão. (Teixeira, 2005: 78).

Além dos acontecimentos esporádicos que ocorrem em uma sociedade, é na rotina política e nas tensões cotidianas que a charge busca os seus principais fundamentos de crítica. A política é o principal objeto de análise, porém uma análise que nunca é neutra. Ela é capaz de olhar para a realidade formulada pela razão e logo após a abandonar, ficando alguns passos a sua frente. Ela não se permite ficar restringida e condicionada às ordens e às disciplinas impostas pelo bom-senso e não aceita os rótulos, as separações e as discriminações do senso comum. Ao abrir mão do que seria ter sentido, a charge passa a ser repleta dos seus próprios sentidos. E como para ela o real não consegue comportar a verdade, a fantasia é necessária.

Trata-se, para a charge, da produção de uma verdade que não se identifica mais com a racionalidade do empírico – aparências, opiniões, conveniências, o bom-senso e o senso comum, o disse me disse cotidiano, ‘representações sem verdade, escombros anárquicos do saber circulante’ –, mas que rompe com ele para evidenciar uma ‘vontade’ subjetiva do sujeito, sua verdade como *intencionalidade* latente. Assim como a função de diferença faculta ao personagem da charge revelar a *interioridade* da *exterioridade* das ações normativas do sujeito, a exposição de uma verdade através desse personagem revela a *exterioridade* da *interioridade* desse sujeito (Teixeira, 2005: 82).

⁸ Contudo, o autor ressalta que o sentido de “sem razão” não está associado ao discurso de desrazão, e sim com a ausência de racionalidade na narrativa. Como um exercício contra a razão formalmente estabelecida. O humor não se prende a ter um pensamento racional e nem a ter a obrigação de produzir verdades. Produzindo uma realidade independente da razão e uma verdade independente da realidade.

Na charge o personagem é capaz de revelar características que antes poderiam nunca ter sido observadas, a partir do momento que ela se propõe a pensar o que era impensável. E acaba dizendo o que talvez ninguém diria dos sujeitos reais. Na sua ficção constrói e conta possíveis versões do outro. Sugerindo que dentro de cada um existe um pouco de loucura e delírios que permitem que cada um suporte o peso da sanidade imposta pela razão. Apresentando a singularidade de cada um, “a charge nos diz que somos todos delirantes, porque constituídos também pelo que não dizemos, pela soma do que não fazemos, pelo inverso do que somos – ou do que pensamos que somos” (Teixeira, 2005: 90). E após esse breve delírio de humor presente nos personagens, que fez com que muitos se identificassem e o identificassem, as coisas voltam para a realidade do que se é e do que poderia vir a ser. Contudo, “delirante de humor, cada charge desafia nossa sanidade, cada charge nos enlouquece um pouco” (Teixeira, 2005: 91). Desta forma:

Humor delirante como efeito dessa imagem que provoca riso e subverte a linearidade do tempo como relação de causa entre eventos – o antes e o depois. O conteúdo do humor da charge é delirante porque agrega um mínimo de realidade numa máxima potência de ser, delirante como personagem esvaziado de sujeito, mas a ele referido e a ele referenciado, delirante como ser *em excesso, extra-ser* além do real, acima da razão, delirante como personagem – esse *esse* e esse *isso* –, *paixão de ser* do sujeito. (Teixeira, 2005: 91).

Foi na imprensa que a charge encontrou o principal palco de atuação, ofereceu aos leitores uma chance de fugir da rotina e ofereceu à redação a chance de dizer o que os textos não ousariam dizer. Nesse espaço, normalmente marcado pela rigidez e pela seriedade, com obrigações éticas de ser objetivo e imparcial, ela abre um pequeno espaço descontraído e se permite a ser subjetiva e parcial. Segundo Teixeira, a charge transgride e se infiltra nas páginas dos jornais, produzindo cumplicidade entre si e os que a observam, e dando “a dose certa de subversão diária –, uma ‘travessura’ acima de controle e regras, além do tédio, da mesmice e da chatice do dia a dia” (Teixeira, 2005: 14). Questionando até que ponto só através da objetividade e da imparcialidade é possível produzir uma notícia verdadeira. Desse modo, o jornal vai equilibrando suas doses de razão e de loucura.

Segundo Luiz Guilherme Sodré Teixeira (2001), a charge chega na cidade do Rio de Janeiro durante o período imperial (em meados do século XIX) através de alguns imigrantes europeus que tinham uma visão cartesiana da realidade. Elas eram um pouco distintas da forma mais atual, pois as caricaturas ainda não as compunham e os desenhos buscavam a maior formalidade, semelhança e realidade possível com a fonte original. Além disso, não consideravam a imagem como suficiente para expressar uma mensagem, e por desacreditar desse potencial narrativo, cada charge era composta por longos textos explicativos. Tinham sequências narrativas muito bem organizadas responsáveis por dar o significado para aquela realidade. Contudo, não deixavam de ser um instrumento de apreensão do real e formas que a sociedade se permitia se auto representar.

Em consequência desse processo de amadurecimento da linguagem da charge, durante a Monarquia a identidade do sujeito ainda era construída por uma relação de semelhança entre ele e seu personagem. Entretanto, essa característica – identidade por semelhança – será mantida pela caricatura, enquanto a charge, ao contrário, especializa e aprofunda seu traço buscando a verdade e o sentido das ações do sujeito real através de um personagem *diferente* dele, mas que com ele se identifica (Teixeira, 2001: 19).

As revistas ilustradas que surgem na segunda metade do século XIX, que alcançavam a pequena sociedade letrada do país, dão espaço para as charges. Que adotaram como forma de comunicação a utilização da sátira para realizarem suas críticas. Assim como as HQs (Histórias em quadrinhos), a charge nesse período utiliza a narrativa como suporte aos gráficos de suas imagens. Todavia, com o amadurecimento das técnicas de produção dos traços, as charges passam a abandonar ao máximo a utilização de textos e se afastam do estilo das HQ. Outra característica que vai afastar a charge da HQ nesse momento é que a primeira busca temática do que ocorriam naquele momento, enquanto a segunda visava temáticas ficcionais. Segundo Teixeira, existem dois principais motivos para a charge conseguir criar raízes no Brasil:

- 1) Elege a política como objeto privilegiado para a expressão de sua forma e manifestação de seu conteúdo.
- 2) Em consequência, a eficácia de seu discurso está organicamente ligada à sociedade na qual se insere. (Teixeira, 2001:9)

A aristocracia da cidade do Rio de Janeiro havia adquirido, através das missões artísticas, a aquisição da prática de atividades culturais e lazer. Contudo, não haviam tantas opções na cidade: o hipódromo, poucos teatros, saraus e a estrada de ferro para o Corcovado. Talvez, a busca por se representar e conseguir se expressar, unida à possibilidade de entreter essa pequena população letrada, tenha sido um dos motivos que incentivou a criação das revistas ilustradas. “Através de suas charges, quem sabe, circulava a ‘opinião’ dos mais cultos a respeito de fatos e personagens da política imperial, sem a verborrágica e maçante sisudez dos jornais de então.” (Teixeira, 2001: 11). Todavia, ainda que de forma seletiva, elas eram mais que instrumentos de diversão, também se tornavam um instrumento de reflexão e conscientização.

Nos últimos anos do império a charge entra em nova fase e introduz na imprensa brasileira o humor político, que passa a satirizar a monarquia e a administração pública. Além disso, as novas técnicas de impressão e a possibilidade de ter desenhos coloridos abrem novo momento para as revistas ilustradas. Nesse período a charge começa a ganhar linguagem própria e deixa de ser refém dos longos textos prolixos que as acompanhavam. Os personagens favoritos dos chargistas na monarquia eram a elite branca e ilustrada. Os pobres não eram representados, já que não eram considerados como indivíduos singulares que mereciam ter um rosto, um lugar na sociedade, e acesso a seu imaginário social. Outra figura que às vezes era representada nesse momento, era o indígena sob a perspectiva do romantismo.

Na fase de transição entre monarquia e Primeira República, a imprensa sofre uma censura durante o governo dos marechais e as revistas ilustradas desaparecem juntamente com o humor político que as permeava. Três revistas (*Vida Fluminense*, *O Mequetrefe* e *Revista Ilustrada*) são autorizadas a permanecer desde que estivessem de acordo com as normas da censura. A revista ilustrada *O Mequetrefe* porém não resiste a tanta censura e acaba saindo de circulação. Só a partir de 1894, nos governos civis de Prudente de Moraes e Campo Sales, que produções críticas começam a ser liberadas de forma lenta. Já no governo de Rodrigues Alves o ambiente passa a ser propício para as revistas ilustradas voltarem a existir.

Segundo Teixeira, as novas revistas ilustradas que passam a existir passam a ser “identificadas com a mentalidade europeia predominante entre o mundanismo da Rua do Ouvidor e os cafezinhos da Confeitaria Colombo” (Teixeira, 2001: 30). O Rio de Janeiro está inserido em um contexto de diversas transformações que ocorrem a partir das reformas urbanísticas que tem a Europa como modelo de vida, só que não para todos. Esse novo estilo de vida não era compartilhado com a população mais pobre, e deveria se tornar “invisível” e “desaparecer da região central. Assim, como um agrado para um grupo muito específico da sociedade e para o capital especulativo, o Rio de Janeiro é transformado em uma moderna metrópole.

As transformações da cidade também colaboraram com a transformação dos traços e dos conteúdos apresentados pelas charges. Elas voltam a entrar em cena. Só que de forma mais amadurecida, trazendo um humor ligeiro, personagens fictícios, exercícios narrativos de síntese verbal, discurso gráfico existente apenas dentro do seu quadro, os limites da anatomia passam a ter a liberdade de serem distorcidos, curvas e formas são liberadas. Porém, inicialmente, enquanto vão retomando espaço, as críticas políticas quase não existem.

Ela, que até então raramente inventava personagens, passa a criar tipos fictícios tendo como finalidade a piada de salão, o humor passageiro e a graça ligeira. Entretanto, é essa história coloquial com esse tom descompromissado que dá início, agora, ao processo de mudança na estrutura narrativa da charge; é essa mudança na sua linguagem que viabiliza a transição da pluralidade de quadros e da verborragia textual da Monarquia para a unicidade de traço e a síntese verbal que sinaliza, na República, o início de sua modernidade. [...] A crítica política, amenizada pelo ventos da *Belle Époque* que sopravam, indolentes, pela sociedade nos primórdios da República, é compensada, agora, pela construção de personagens que não passam pelos limite de uma racionalidade que limitava, até então, sua possibilidades expressivas (Teixeira, 2001: 35).

Ainda que muitas vezes de forma pejorativa, a população mais pobre passa a compor o imaginário artístico dos chargistas. Mesmo sendo alvo de muitas críticas e tendo seu lado negativo ressaltado, será através da sua ausência de cidadania que essa população será inserida. Os letrados fogem do compromisso com a plena realidade e iniciam um exercício de idealização da sua própria sociedade. Não havia nesse período um sentimento de unificação da nação e de todos formarem um povo, a identidade nacional ainda estava em formação. A população mais pobre não era bem aceita, porque não era compreendida como parte da sociedade de uma forma geral. Ela era considerada como outro povo, outro grupo, porém não era vista como parte da mesma sociedade.

A fotografia foi uma inovação presente nas revistas ilustradas nessa nova fase, o que incentivou os chargistas a não se preocuparem com a responsabilidade de retratar a realidade. A charge não precisava ter o peso de transmitir as informações, ela também poderia se permitir apenas divertir com piadas ou fazer leves críticas políticas. Só que de forma um tanto paradoxal, a melhoria das técnicas nas revistas como a fotografia e a redução do espaço das charges foram acompanhadas por uma redução do lugar das revistas ilustradas na sociedade. E muitas vezes os jornais diários iam ficando com o espaço que as revistas perdiam.

Entretanto, *O Malho* foi a mais interessante revista ilustrada da República Velha, não só por sua permanente intervenção humorística na política do país, como também pela qualidade dos chargistas que reuniu durante sua longa existência. Fundada em 1902 por Luís Bartolomeu, foi a partir de 1904, com o trabalho de Agostini, que a revista ganha consciência política e importância cultural. Além dele, três gerações de grandes chargistas passaram por suas páginas [...] Dele pode-se dizer que foi a única revista de caricatura a reproduzir na República os grandes tempos de suas congêneres do segundo reinado, nada poupando aos adversários, como no caso da Campanha Civilista, combatendo Rui Barbosa, e na Revolução de 30, ridicularizando os candidatos da Aliança Liberal. (Teixeira, 2001: 41)

O povo vai ganhando cada vez mais espaço nas representações da charge e começam a ganhar características singulares. Contudo, dentro de uma sociedade que queria ser cada vez mais branca e europeia, assumir outras características físicas existentes no meio e entre

os personagens fictícios nem sempre foi bem visto e desejado. Mas, além de toda essa liberdade de criatividade nos traços e nas ficções, as charges na maioria tiveram um esvaziamento político. Porém, a revista ilustrada *O Malho* ainda as manteve até seu fim.

O Rio de Janeiro, como capital federal e palco de grandes questões urbanas, também era a sede dessas revistas. No início da Primeira República a imprensa sofreu com uma intensa censura. Mas na virada do século as revistas ilustradas foram autorizadas a voltar a circular. Em 1902 a revista ilustrada *O Malho* É fundada por Crispim do Amaral, que também foi seu diretor artístico. Junto com ele esteve Luís Bartolomeu de Sousa e Silva, que foi diretor da revista desde sua fundação, e já tinha experiência por ter ficado à frente do jornal carioca *A Tribuna*. A redação assistia de perto os principais conflitos e debates políticos, sociais, culturais e econômicos do país. Além disso, era situada na Rua do Ouvidor, local de encontro de intelectuais e boêmios cariocas. Por lá passavam grandes pensadores do período, e com eles, grandes ideias e questionamentos. Em um contexto histórico de transformações, lutas, disputas etc., era uma revista semanal, lançada aos sábados. Em algumas edições a própria revista noticiava o alcance de suas edições, que chegavam até mesmo em outros estados. Dentro das críticas apareciam a questão dos morros da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira edição de *O Malho* tem na capa Crispim do Amaral, em autorretrato, a martelar uma bigorna com um martelo na mão. Essa bigorna representava diferentes áreas da política, no qual ele dirigiu várias críticas –em especial à Câmara. Inicialmente trouxe crônicas e críticas por meio de suas ilustrações. Porém, a partir do ano de 1904, alguns importantes literários brasileiros, chamados de “geração boêmia”, passaram a compor a equipe. Entre eles estavam: Bastos Tigre, Emílio de Meneses, Guimarães Passos, Olavo Bilac e Pedro Rabelo. Em 1910, o deputado Antônio Azeredo se torna proprietário da revista ilustrada *O Malho* e intensifica as críticas à crise que a Câmara passava. Além disso, a revista declarou apoio à candidatura de Hermes da Fonseca e “malhou” a candidatura de Rui Barbosa. Em 1918 a direção de *O Malho* é passada para Álvaro Moreira e J. Carlos; e mantém o seu trabalho até a redação ser incendiada e fechada. Posteriormente voltou a funcionar, porém não conseguiu se manter por tanto tempo.

Foi a revista ilustrada de sua época que conseguiu o maior quadro de desenhistas. Ao longo da sua existência passaram grandes nomes, como: J. Carlos, K.Lixto (Calisto Cordeiro), Raul Pederneiras, Crispim do Amaral, Helios Seelinger, J. Ramos Lobão, Leônidas Freire, Gil (Carlos Lenoir), Alfredo Storni, Vasco Lima, Augusto Rocha, Seth, Alfredo Cândido, Max Yantok, Loureiro, Luís Peixoto, Théo, Del Pino, Guevara, Nássara, Ângelo Agostini, Ariosto Duncan, Cícero Valadares, Théo, Enrique Figueiroa, Andrés Guevara, Di Cavalcanti, Luís Bartolomeu, Renato de Castro. Além de outros que colaboraram algumas vezes com as edições, como: João do Rio, Lindolfo Collor, Batista Jor, Miranda Rosa, Elói Pontes, Hildebrando Martins, Claudinei Martins e Raul de Azevedo. Assim como pode ser observado no

Gráfico 3, dentre esses ilustradores que participaram da revista ilustrada *O Malho*, foi possível identificar alguns que participaram na produção de charges sobre favelas na Primeira República: Alfredo Cândido, Alfredo Storni, Andrés Guevara, Angelo Agostini, Aryosto, Augusto Rocha, Calixto Cordeiro, Di Cavalcanti, J. Carlos, J.R. Lobão, Jayme, Leônidas Freire, Max Yantok, Raul Pederneiras e Théó.

Como o bobo da corte medieval, esses artistas representaram em seus traços os problemas e as tensões do cotidiano que estavam em torno da jovial República. E assim, colaboraram ativamente na produção do imaginário social que estavam inseridos. Homens letrados e assíduos frequentadores da boemia da Rua do Ouvidor, transformaram o riso, inspirado em seus traços, em verdadeiros debates sociopolíticos. Traços esses que não tinham o compromisso com a verdade, mas que sem esse compromisso, disseram verdades que as vezes a letra não ousava contar. E através do impreciso e do fictício, deram significado para os primeiros passos do que seria chamado posteriormente de favela. E, colaboraram assim com a construção desse um imaginário.

CAPÍTULO II - O Rio por fora e por dentro

É importante compreender-se não só quando e por que nasce e se espalha a palavra **favela**. É importante observarem-se os diversos “significados atribuídos” a ela a partir do seu aparecimento. Tais significados variariam de acordo com a época e com o grupo social que os criavam (Zylberberg, 1992: 57)

Segundo Romulo Mattos (2004) a chegada dos oficiais envolvidos na Revolta da Armada no Morro de Santo Antônio e o arrasamento do cortiço Cabeça de Porco (ambos em 1983); e a chegada no Morro da Providência dos soldados que participaram da Guerra de Canudos (em 1897), são considerados os grandes marcos na história da cidade do Rio de Janeiro em relação aos estudos sobre favela. Além disso, segundo esse autor, o ano de 1901 também deveria entrar como um desses marcos importantes, já que nesse ano, pela primeira vez, ocorre “a descoberta pela imprensa dessa solução habitacional criada pelas classes populares cariocas” (Mattos, 2004: 1) nos morros da cidade. Não quer dizer que antes nada havia saído nas mídias jornalísticas, mas a partir desse momento, a preocupação estava relacionada ao tipo de habitação, ao aglomerado de pessoas nessas regiões e a ameaça a segurança pública.

Agraciada com tal prática, a favela entrava em um novo patamar. E nada mais seria como antes. Assim, termos aqui já referenciados, como “novo bairro extramunicipal” ou “nova cidade”, ganham agora neste trabalho um sentido mais profundo. O descobrimento das favelas pela imprensa foi o pontapé inicial da invenção, no âmbito letrado, de uma outra cidade, impressa nas carregadas tintas da negação à alteridade. Esse popular assentamento habitacional ganhou um novo estatuto. Ele começou a ser visto como um “bicho de sete cabeças”. O cotidiano de seus moradores passou a ser divulgado diariamente como em um (ou um) drama, de forma a alterar definitivamente a percepção que a sociedade em geral possuía a respeito deles. (Mattos, 2004: 3)

Como um problema a ser resolvido, as pessoas que ali moravam e a forma como aqueles espaços estavam sendo constituídos passam a ser representados pela imprensa. Desta forma, os traços iniciais das representações desses morros são iniciados. Traços que acentuam as desigualdades sociais e expõem nas partes mais elevadas da cidade uma questão que só começava. Segundo Mattos (2004), o morro inicialmente noticiado foi o de Santo Antônio. Contudo, no decorrer de um breve tempo, o morro mais conhecido e que tinha reportagens de forma mais recorrente nas mídias jornalísticas passou a ser o da Providência, muito conhecido no início da Primeira República como Morro da Favella. Seus moradores se tornaram o assunto do dia por muitas vezes através de notícias sensacionalistas sobre supostos crimes cometidos. O que colaborava com a formação do pensamento negativo sobre esses habitantes e os associavam diretamente com o crime.

Essas crônicas e artigos de 1901 eram formulados a partir de uma escolha editorial que optava por apenas noticiar o acontecimento. Mas segundo Mattos, a partir de 1902 o texto muda e passa a ser introduzido nas publicações o juízo de valor. E que a partir deste momento, ainda que talvez de forma despercebida, esses jornais passam a colaborar com a formulação de um imaginário sobre esse local peculiar e que pouco se sabia. As primeiras temáticas encontradas são críticas à ausência de um policiamento

adequado para coagir e combater a desordem desse “novo bairro extramunicipal”. A segunda temática que mais começa a aparecer são as características atribuídas aos moradores, como malandros, malfeitores, perversos e que beiram a barbárie. Deste modo, foi formada a primeira normatização no imaginário popular sobre o local. Definido como um local que corriqueiramente era tomado por ações criminosas que ficavam sem resolução por não haver policiamento adequado.

Em 1902 já havia relatos do Morro da Providência ter ganhado o nome de Morro da Favella. O livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha havia sido publicado e foi um grande marco, pois a partir dele as associações e a mudança do nome foram iniciadas. Tanto Canudos quanto a própria planta que era chamada de favela traziam características de miséria, de carências, de ausências geográficas apresentadas por Cunha no livro. Características que unidas ao fato presente no pensamento popular da época sobre a chegada dos soldados que lutaram na Guerra de Canudos no Morro da Providência. E não demorou muito para que esse novo nome que circulava entre a população carioca chegasse aos jornais. Se inicialmente apenas um morro da cidade do Rio de Janeiro era chamado de Morro da Favella, posteriormente todos os morros que tinham um conjunto de habitações irregulares e precárias passaram a receber o mesmo nome.

O *Correio da Manhã* passou a chamar o Morro da Providência por um novo nome: Morro da Favela. É possível que o jornal tenha assumido essa mudança devido a uma maior atenção dispensada à colina – a qual vinha fornecendo continuados casos de “desordem” para a cidade –, o que teria exigido do órgão de comunicação informações atualizadas sobre ela. [...] Quando a imprensa assumiu em suas páginas a referida mudança de nome, o estigma do sertão – como o “outro” indesejado, símbolo do que não se podia conceber como nacional – se fazia presente⁹ (Mattos 2004: 29 e 33).

Essa mudança de nome, como disse Mattos, envolvia a opção de ser noticiada a desordem já que em outros bairros da cidade também ocorriam problemas. As narrativas da desordem passam a oscilar entre o completo estado de barbárie vivida neste espaço e, antagonicamente, entre os traços da pureza presentes do mundo rural e ausentes na cidade. Todas essas narrativas associadas a um sertão rejeitado por suas principais características não combinavam com a construção da República que acabava de nascer, e nem com o projeto progressista, civilizador e moderno pensado para o país, em especial, para a capital federal que se tornaria quase um pedaço da Europa na América do Sul.

Quem também destoava nesse momento desse projeto civilizador eram os próprios habitantes dos morros. Assim como o ambiente, seus habitantes recebiam estigmas muito semelhantes aos recebidos pelos sertanejos, já que a miséria, as ausências e as características rurais eram sempre citadas. Além delas, a associação com o crime e com a violência também passa a marcar essa população durante os primeiros anos da Primeira República. A imprensa tem papel importante nesse momento, pois ao descrever em suas matérias os hábitos e características dessa população que vivia nos morros, em especial no Morro da Favella, passava a produzir um novo imaginário com novas características e a fortalecer as imagens difundidas anteriormente. “A imprensa estigmatizava de um lado, enquanto a polícia reprimia de outro” (Mattos, 2004: 33).

⁹ É interessante observar que o *Correio da Manhã* só adotou a identificação Morro da Favela após o lançamento do livro de Euclides da Cunha.

Em novembro de 1904 estoura a Revolta da Vacina. A população foi às ruas e se envolveu em uma série de protestos e embates contra a polícia. Boa parte dos moradores dos morros da área central da cidade do Rio de Janeiro foram vinculados às ações da revolta, em especial os moradores do Morro da Favella. Após o fim da Revolta, a polícia fez várias buscas pela cidade em busca de envolvidos nos conflitos e ao longo de dias levou preso várias pessoas acusadas de ter participado. Entre os locais em que houve várias batidas policiais estava o Morro da Favella, localizado em um dos pontos considerados de maior resistência durante a Revolta da Vacina. Todas essas ações reforçaram nesse momento o estigma dessa população ser envolvida com o crime e com a violência.

A partir das reformas urbanas de Pereira Passos, além da associação com o crime e a violência, uma nova característica passa a sobressair nas principais edições sobre os morros, a arquitetura pitoresca. A crise habitacional e o crescimento populacional levaram muitas pessoas tanto para o subúrbio quanto para os morros. Assim, as habitações populares desses morros, que estavam longe de serem consideradas o padrão tanto de higiene quanto de arquitetura, ganharam um espaço cada vez maior em outros morros da cidade do Rio de Janeiro. E na década de 1910, segundo Rômulo Mattos (2004), outros morros da cidade que também passaram a ter identificado habitações precárias, violência e com boa parte da população de índole e ações duvidosas, foram associados ao morro mais famoso nos noticiários, o Morro da Favella. Segundo Valladares (2005: 195), “A palavra favela passa de nome próprio e singular a nome comum plural na imprensa do Rio”.

2.1 A construção da favela

No fim do século XIX reformas urbanas acontecem por todo o mundo e, segundo Topalov (2015), começam a surgir os “problemas urbanos”. As reformas urbanas estavam para além da infraestrutura, visavam também mudar a sociedade e seus indivíduos. A ordem no espaço urbano categorizava cada indivíduo dentro da cidade de acordo com o capital que ele possuía ou não. Assim, iniciaram as bases necessárias para as políticas sociais e urbanas modernas. A cidade do Rio de Janeiro, que ainda era a capital do Brasil, também estava dentro do processo de reformas e intervenções urbanas significativas.

Segundo Rômulo Mattos (2008), o Rio de Janeiro passa por uma crise de proporções dramáticas relacionada à questão da habitação popular no período de 1850 a 1870, que chegou a um agravamento significativo no fim do século XIX. Nessa mesma conjuntura o país e sua capital passavam por transformações decisivas referentes à organização política, econômica e social, como o início da República, a abolição definitiva da escravidão, uma crise do café no Vale do Paraíba e um singelo processo de industrialização. Além desses fatores, a cidade também passava por um crescimento populacional significativo:

Entre 1872 e 1890, o grande número de migrantes nacionais e estrangeiros que ocorreu para a cidade fez com que a sua população passasse de 274.972 a 518.292 habitantes. Ou seja, em 18 anos ela cresceu 90%, a uma taxa anual aritmética de 5,0% e geométrica de 3,6%. No mesmo período, o crescimento do parque domiciliar foi inferior ao populacional, tendo se expandido em 62% e à taxa geométrica de 2,6% por ano. A decorrência desse processo foi a deterioração das condições habitacionais, observada no aumento da densidade domiciliar (7,3) e predial (10,8). Entre 1869 e 1888, o

número de cortiços e estalagens passou de 642, com 9.671 quartos e 21.929 pessoas, para 1.331, com 18.866 quartos e 46.680 pessoas. (Mattos, 2008: 58-59)

Mattos aponta a década de 1890 como um marco das ações dos poderes públicos em prol das melhorias higiênicas e da segurança da cidade e em combate às habitações coletivas. A regulamentação sanitária de 1890 autorizava o fechamento de um cortiço no período de 48h, sem aviso prévio e sem direito a recursos. A Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios tinha receio da proporção que o problema do fechamento dos cortiços e das estalagens poderia desenvolver na cidade do Rio de Janeiro, e, em 1882, ela recorre à Inspetoria Geral de Higiene com um pedido de cautela. Contudo, uma das desapropriações imobiliárias mais significativas dentro do marco dessas medidas foi a demolição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, que tinha cerca de 2 mil moradores¹⁰.

Rômulo Mattos considera três fatores como as principais fontes motivacionais do Estado contra os cortiços e as estalagens: a higiene pública, a ordem pública e os interesses imobiliários. O primeiro motivo, a higiene pública, além dos problemas de saúde que proporcionava, era considerada um empecilho econômico. Muitos negócios e políticas de imigração deixavam de ser fechados na Europa por causa da febre amarela. O segundo motivo, a segurança pública, estava relacionado aos constantes conflitos nos cortiços. Se durante a monarquia era um local da luta dos negros contra a escravidão, na República passava a ser associada ao foco da criminalidade e deterioração da moral. O terceiro motivo, o interesse imobiliário, está associado aos interesses dos empresários da construção civil de retirar as habitações coletivas de áreas valorizadas que ficavam no centro da cidade e atrapalhavam os construtores e especuladores imobiliários. Esses então se apropriam do discurso higienista como base para diminuir a população dessas áreas.

A crise de moradia era um problema na virada do século e piorava com o elevado número de fechamento e demolição de alguns cortiços, térreos e sobrados, e com o aumento do preço dos terrenos. Um pequeno número de empresas e indivíduos, entre os anos de 1872 e 1906, receberam concessões do Governo para a construção de casas operárias. Essas construções eram repletas do discurso higienista apropriado pelo capital imobiliário, e tinham o papel de educar e produzir bons hábitos e costumes.

Entre 1887 e 1895, as companhias Saneamento do Rio de Janeiro e Evoneas Fluminense construíram para 6.800 pessoas; a Companhia Fiação e Tecidos Aliança para 420 operários; e a Fábrica de Tecidos São João, o Banco Operário e a Companhia Technico Construtora, para 1.200 operários. Essas moradias podiam atender a um total aproximado de 8.420 pessoas, ao passo que, em 1887, o número de moradores de habitações coletivas era estimado em 36.830. (Mattos, 2008: 62)

As transformações urbanas não paravam, e no século que se iniciava; ganhavam um novo marco, a Reforma Passos, empreendidas entre 1902 e 1906. Ela chegava através de um processo das mais diversas mudanças que o país passava, com a proposta de modificar o espaço, as formas de viver e as formas de se relacionar nesse meio. As habitações populares passaram a dar lugar aos canteiros de obras, às novas

¹⁰ Assim, muitos desses moradores do cortiço Cabeça de Porco constroem suas novas habitações no Morro da Providência. Segundo Rômulo Mattos as primeiras favelas construídas foram a do Morro da Providência (inicialmente construída pelos ex-moradores do Cabeça de Porco, em 1893) e a do Morro de Santo Antônio (iniciada pelos ex-combatentes da Revolta da Armada, entre os anos de 1893 e 1894).

avenidas e às ruas alargadas. A questão da moradia, que já vinha passando por uma série crise, crescia ainda mais neste momento. A população da cidade crescia e o número de habitações ia se tornando cada vez mais reduzido.

Como o de que a derrubada de 2.240 prédios entre 1902 e 1906 provocou a retirada de 36.900 pessoas daquela mesma área central que Pereira Passos supostamente pretendia integrar ao cotidiano dos trabalhadores. Não obstante, o efeito multiplicador dessa ação dificilmente poderá ser calculado, assim como a quantidade de cortiços desaparecidos nesse processo. [...] Só as obras da Prefeitura derrubaram 1.040 prédios e deixaram cerca de 10.400 pessoas desabrigadas. (Mattos, 2008: 56)

Visando combater a reforma e a construção de habitações coletivas, em 1903 foi sancionado o decreto nº 391, que não enquadrava cortiços e as estalagens como permitidas. A proposta era uma substituição gradual de habitações consideradas inadequadas por vilas operárias. Contudo, o município construiu apenas 120 casas e estas só ficaram prontas em 1908, após o fim do mandato de Pereira Passos, na gestão de Francisco Marcelino (Mattos, 2008). Mesmo assim Passos ficou conhecido por ter construído tais moradias e, na percepção social, como quem se preocupou com a crise de moradia e seus moradores, e não como o responsável por uma política de tendências segregacionistas. Simultaneamente, havia reivindicações dos trabalhadores, desde a década de 1900, segundo Mattos, pedindo ao poder público a construção de casas populares e uma medida de facilitação de autoconstruções pelos moradores.

As intervenções nas habitações populares afetaram diretamente a vida dos seus moradores, já que para eles o centro era local de trabalho. Afastar-se desse centro comprometia a sobrevivência de muitos. Alguns fatores impossibilitavam o deslocamento desses trabalhadores para algumas áreas mais periféricas. O transporte era algo com um elevado nível de precariedade e custo, por isso se tornava inviável a realização de um longo percurso duas vezes ao dia. A maioria dos trabalhadores eram jornaleiros que prestavam os mais diversos tipos de serviços e buscavam as oportunidades de exercerem suas funções de forma diária. Além disso, a moradia fora dos grandes aglomerados era destinada em quase todos os casos aos que tinham uma renda ou uma remuneração fixa.

A cidade chegava a um momento contraditório, ao mesmo tempo em que oferecia grandes oportunidades de emprego, não tinha um lugar para alocar toda essa população existente. Se o número de vilas operárias não era suficiente e se a vida no centro foi se tornando cada vez mais inviável, os trabalhadores tiveram que buscar novos locais para habitarem. As freguesias pericentrais, como Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Cidade Nova, passaram a ter superlotação populacional. Elas permitiam que os trabalhadores permanecessem próximos ao Centro e menos dependentes dos transportes coletivos. Outra possível solução foi recorrer à compra de terrenos localizados no subúrbio carioca ou na Baixada Fluminense. Porém, eram áreas precárias e com ausência de infraestrutura.

Outra estratégia dos que foram expulsos desses cortiços e hospedarias e de alguns recém-chegados à cidade para se manterem próximos ao Centro e aos locais de trabalho foi recorrer aos morros para construir suas moradias. Durante essas grandes reformas urbanas de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, as favelas, que desde o fim do século XIX já vinham sendo habitadas, e que até então eram um espaço em lento processo de crescimento, rapidamente se tornaram um espaço de moradia para esses trabalhadores e viveram a primeira expansão. Ao ponto que não apenas os morros da Providência e de Santo Antônio comportaram o número de pessoas que chegavam. Por

isso, outros morros da cidade também passaram a ser ocupados. As novas moradias eram semelhantes as que tinham sido destruídas. Com isso, logo começaram a receber o mesmo tipo de críticas anteriormente direcionadas às antigas habitações demolidas, e passaram a ser marcadas como locais de profunda pobreza. Assim surgem as primeiras críticas e aparições direcionadas às favelas cariocas.

As crônicas policiais destacavam de forma constante o Morro da Favela ao longo da Primeira República, e lhe atribuía um estigma de local de grandes violências e o vinculava regularmente a crimes ocorridos na região portuária. A geografia marcada pelas construções de “barracões” e “casebres” transferiu do Morro da Favela para os demais morros o vocábulo “favela”. E juntamente com essa generalização, todas as favelas passaram a ganhar a generalização do mesmo processo de origem, as mesmas características populacionais, e problemas sócio-morais crônicos. Sendo os seus moradores “Àqueles que, por não conseguirem ser domesticados, ‘docilizados’ e tornados produtivos, são mostrados como ‘perigo social’, ‘fardo social’ e, por extensão, dispensáveis”¹¹

Lícia Valladares (2000), em *A gênese da Favela*, aborda os primeiros relatos feitos por jornalistas sobre favela, que primeiramente é pensada como o Morro da Favella (posteriormente passou a ser conhecido como Morro da Providência) e depois o pensamento é expandido para outros lugares. Esses textos estão repletos de analogias com a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, que nesse momento desempenhava uma forte influência política e social dentro do cenário nacional, produzindo um mito sobre as favelas cariocas. As favelas são, nesse contexto, comparadas diretamente com Canudos e associadas a locais pobres de encostas, assim como o arraial de Canudos, com uma geografia particular, que pode ser observado na literatura, na música e em relatos jornalísticos.

Mais do que uma característica geográfica, pode-se também perceber por esses grupos, que tinham diversos posicionamentos políticos, algo que divergia entre a paisagem carioca e o esperado pela ordem urbana e social almejada. Então, é possível notar que ao mesmo tempo em que a favela começa a aparecer nesses meios, ela também começa a se tornar um problema. O Jornal do Brasil, a partir de 1900, se torna o principal meio de veiculação que declara que os habitantes da Favella estavam relacionados aos crimes e não gostavam de trabalhar.

“No Oitocentos, os cortiços catalisaram a discussão sobre a pobreza no Distrito Federal. Agora, no final da década de 1900, as favelas centralizam tal debate” (Mattos, 2008: 143). Como ponto acentuado na questão social referente à pobreza e diagnosticada como foco de vícios e crimes, a favela entrou nas discussões relevantes sobre o Rio de Janeiro. Em alguns momentos como um local que merecia uma observação mais cuidadosa, já que era capaz de gerar mais problemas com mobilizações sociais, como por exemplo, a manifestação que 2000 moradores do Morro da Favela, segundo o jornal Correio da Manhã, fizeram em 1904 contra as vacinas.

Até a formulação do Código de Obras de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, as favelas ainda não eram formalmente reconhecidas pelo governo. Entretanto, elas não deixavam de existir e tomavam cada vez mais espaço por toda a capital do país sem terem alguma legislação regulamentadora. Porém, bem antes desse reconhecimento elas já faziam parte de discursos, observações médico-higienistas, questionamentos urbanísticos e notícias de jornais.

¹¹ COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001. p. 250. *Apud*. MATTOS, Rômulo Costa. *Ibidem*. p.18.

Enquanto o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro acontecia, as favelas passavam a ser um dos problemas colocados em questão por médicos e engenheiros que começavam a observar a mudança de Favella para um crescimento efetivo que a evolui para favelas. Segundo eles, não eram habitações saudáveis e salubres e, por isso, comprometiam o estado físico e moral do homem e o bom funcionamento da cidade. E a única solução para acabar com esse problema, a extinção dessa formação, conceituada favela.

Segundo Rafael Gonçalves (2013), Mattos Pimenta, entre 1926-1927, foi autor da primeira campanha contra favelas, por considerá-las como uma doença estética. Ele realizou nessa fase uma junção do discurso médico-higienista, com o pensamento urbanístico e as ideias reformistas progressistas. E, com o apoio da imprensa divulgou sua visão sobre as favelas e iniciou uma tentativa de conseguir apoio ao seu pensamento, que apontava que a favela seria o foco de todos os principais problemas da cidade. Neste período chega ao Rio de Janeiro, através de um convite realizado pelo então prefeito Antônio Prado Junior, para ser o responsável pelo Plano de Remodelação da cidade, um urbanista francês chamado Alfred Agache.

De acordo com Gonçalves, para o urbanista, assim como para Mattos, a favela foi vista como problema, por não ser uma composição adequada ao conjunto de elementos da cidade. Alfred, que passa a ter proximidade com Mattos e suas ideias, vai reiterar o discurso sobre os parâmetros higiênicos e estéticos, além de retomar a imagem da lepra. Agache compreende que essas construções irregulares eram feitas por uma população pobre, heterogênea, avessa às regras de higiene, que iam para essas regiões desocupadas, normalmente localizadas no alto dos morros, por não ter que pagar impostos.

Essas habitações foram vistas como uma forma de cidade-satélite que ocupavam os morros e surgiram de forma espontânea, geravam uma forma de organização social e um sentimento de propriedade daquele território em que várias famílias conviviam, criavam laços, desenvolviam costumes, estabeleciam comércios, e constituíam uma dinâmica social e uma comunidade comum. Surgiram, inclusive, comerciantes que aumentaram sua renda e melhoraram sua residência através do aluguel que recebiam das novas casas que construía para serem alugadas.

A observação pontuada pelo urbanista reforçava o pensamento de que a favela representava um problema para a ordem social, para segurança, para a higiene da cidade como um todo e para a estética. É necessário, entretanto, acrescentar que ao se debruçar sobre o que a favela representava, ele não conseguia vê-la apenas com seus problemas, tentava visualizar o fenômeno social ali presente. Considerava como solução a construção de habitações simples e econômicas para transferir os habitantes das favelas. Indicava que se apenas os expulsassem de lá, provavelmente iriam construir em outro lugar habitações que continuariam a comprometer a cidade. Então, orientou que o importante seria que o governo criasse medidas legislativas para que novas favelas não fossem criadas. “Em suma, as favelas são tratadas como uma forma de desvio urbano e destruidor do equilíbrio harmônico da cidade” (Gonçalves, 2013: 98).

Dentro desse quadro, forma-se um debate sobre se a remoção deveria ser feita ou se era um mal necessário, criava-se um ambiente de tolerância do poder público. Que, por outro lado, pretendia realizar uma forma de controle social, que limitaria as atividades políticas realizadas pelos favelados, já que as mobilizações sociais feitas por estes poderiam se tornar um perigo. Logo, a favela; com todo o problema de ilegalidade nos terrenos, delitos associados aos seus moradores, ausência de serviços públicos e com habitações fora das normas urbanísticas, torna-se o principal problema urbano da cidade do Rio de Janeiro.

No início do século XX, além do significado de barracos que apareciam pela cidade, “favela” também passa a significar um espaço geográfico que tinha construções fora da legislação urbanística e muitas vezes localizadas nos morros. Com isso, vários preconceitos são associados à imagem da favela, em que os favelados passam a ser afastados dos direitos de cidadania, e foram colocadas normas jurídica-política que marginalizavam cada vez mais essa população, como descrito a seguir por Gonçalves:

O aspecto impreciso dessa projeção no interior das favelas é, ao mesmo tempo, a causa e a consequência da marginalização desses espaços e de seus habitantes. Essa ilegalidade ambígua permitiu a legitimação de seus habitantes. Essa ilegalidade ambígua permitiu a legitimação da exclusão social dos favelados, ao mesmo tempo que era exercido sobre eles um rigoroso controle social (Gonçalves, 2013: 77).

De forma contraditória, os moradores das favelas eram a principal fonte de mão de obra barata para a construção civil, que ajudava no desenvolvimento do mercado imobiliário das regiões que recebiam mais prestígio na cidade. Porém, essa mesma população atrapalhava o crescimento deste mercado. A solução encontrada pela política urbana, através da legislação, foi impulsionar o crescimento das favelas nos subúrbios; e levar o que se percebe como incômodo e problemático a tornar-se uma situação que tem níveis de atenção quase nulos.

Licia do Prado Valladares, em *Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil* (1991), afirma que para entender o discurso sobre pobreza neste momento é necessário compreender a questão da saúde e da higienização, que promove transformações e impactos significativos na sociedade. E, além disso, “a problemática da manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora, presente no pensamento jurídico e político da virada do século” (Valladares, 1991:90). Segundo Valladares, nesse momento ocorre todo um empenho de transformação do homem livre em trabalhador assalariado e organização social a partir do trabalho. Considerando assim, todas essas temáticas fundamentais para compreensão do período.

2.2 As temáticas presentes no processo de construção da favela

Desde os primeiros contatos com as charges foi possível notar que elas abordavam várias temáticas. Às vezes, em apenas uma charge, como por exemplo a *Figura 26 - Instantaneo a lapis*, era possível abordar diversas temáticas. Essa abordagem possibilitou verificar quais eram os principais assuntos vinculados à imagem dos morros da cidade do Rio de Janeiro. Já que ao produzir uma imagem, ainda que seja representação e não a realidade, o artista busca as bases nas questões sociais que percebe a sua volta. Ainda que esse olhar fosse comprometido com seus próprios ideais, ele também revela a opinião dos seus pares. E são nas temáticas trazidas que vemos as principais abordagens associadas aos morros e ao que mais tarde seria compreendido como as favelas.

Delimitar temáticas é produzir classificações. Essa classificação não consegue contemplar e comentar sobre todas as temáticas presentes no material encontrado. Mas, apesar de suas limitações, foi possível identificar quais foram as temáticas que aparecem mais frequentemente. O Malho foi uma revista que um dos seus principais focos era a crítica política. E ela era presente em quase todo o material. Por isso, a temática “política” não está presente nessa classificação. Dentre os temas mais abordados, 7 blocos ganharam maior destaque: chuva; epidemia e saúde; falta de água; habitação; polícia e segurança; precariedade e reformas urbanas. Dentre estes, os que mais se destacaram, como pode ser visto abaixo, foram respectivamente: habitação, precariedade e reformas urbanas.

Todavia, é importante ressaltar que há pontos de intercessão entre as temáticas, já que em quase todos os casos as charges possuem mais de uma temática presente.

Gráfico 4- Temáticas mais presentes nas charges

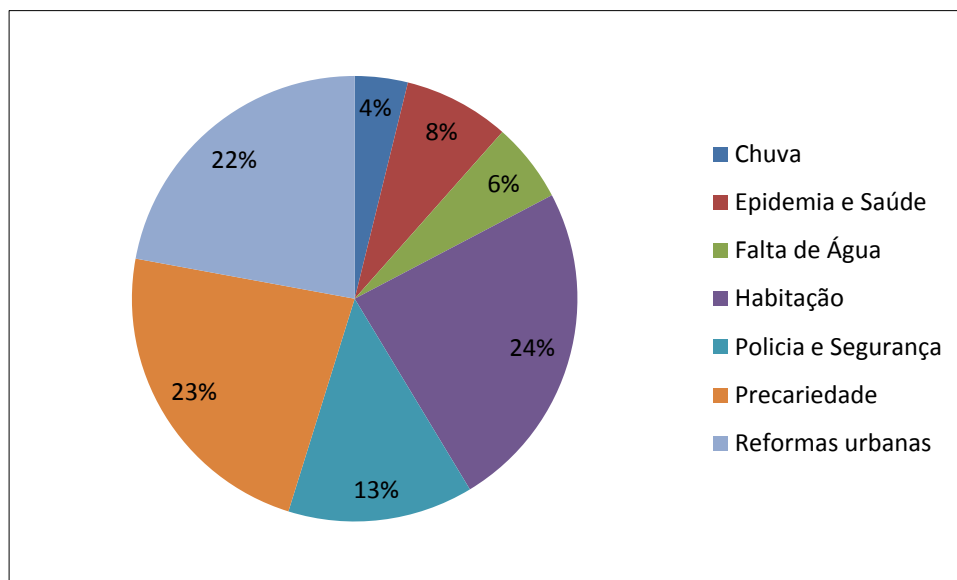
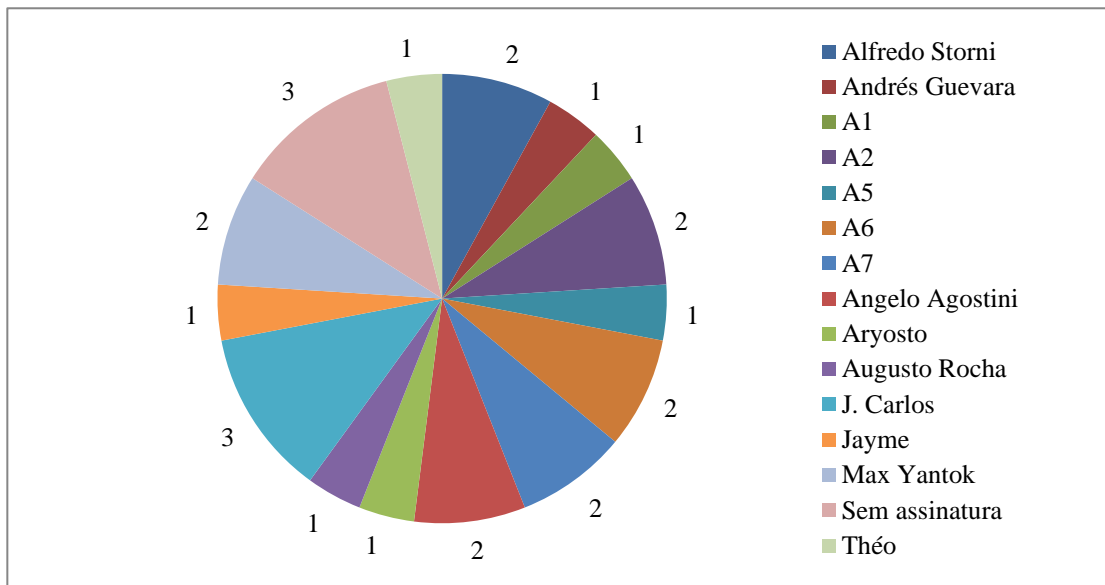


Gráfico é referente às temáticas encontradas nas 54 charges sobre morros cariocas da revista ilustrada *O Malho*.

Cada uma dessas temáticas é capaz de por si só render um debate para uma dissertação inteira. Por isso o objetivo não será chegar em um denso debate sobre cada uma delas. Mas pensar sobre a relevância de cada uma para a compreensão desse contexto histórico que as charges estão inseridas.

A habitação foi a temática com o maior destaque dentre as fontes pesquisadas, com o total de 25 charges. Foram identificados 7 autores, além das charges sem assinatura e as que as assinaturas não foram identificadas. Dentre os artistas que produziram esse material, J. Carlos foi o que mais produziu, com o total de 3 charges. Das 25 charges sobre habitação, não foi possível saber a identificação de 12 dos seus autores.

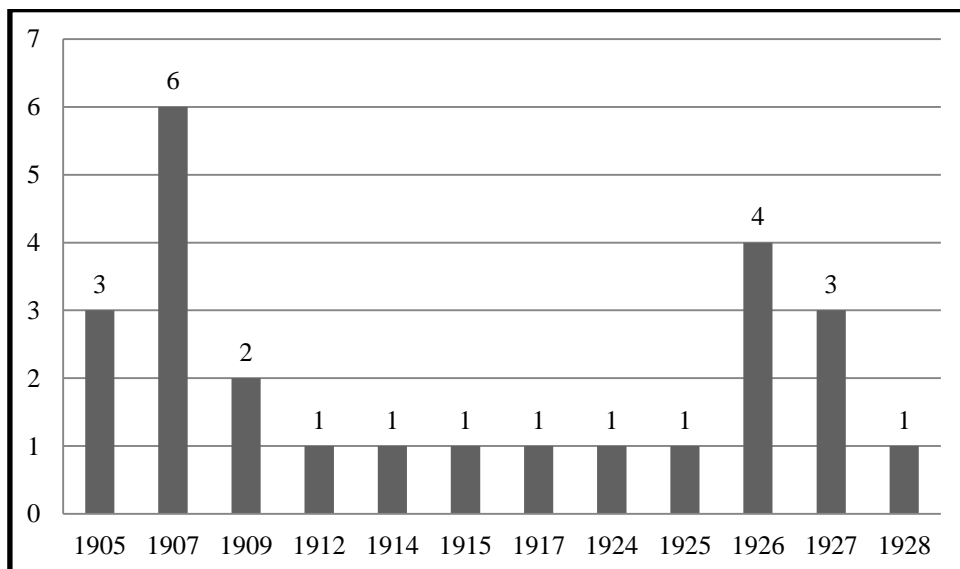
Gráfico 5 - Autores que trabalharam a temática “Habitação”



O gráfico corresponde a 25 charges sobre a temática “habitação”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

Essa temática foi encontrada na pesquisa entre os anos de 1905 e 1928. No qual o ano mais expressivo foi 1907, com 6 charges encontradas.

Gráfico 6 - Anos que aparecem a temática “Habitação”



O gráfico corresponde a 25 charges sobre a temática “habitação”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

Falar sobre a habitação foi uma temática quase que inevitável dentro da pesquisa, já que as formas de moradias nos morros da cidade do Rio eram um dos motivos que promoveram grandes debates sobre quais deveriam ser as medidas tomadas em relação a

estes locais. Os tipos de construções também foram vinculados a um tipo de degradação moral do ser humano que o conduz para uma vida errante. Além disso, também foi um momento de promoção de estigmas às pessoas que possuíam esse tipo de habitação precária. Alguns desses termos que marcavam esses tipos de habitações e que circulavam entre a população e/ou pela imprensa podem ser percebidos em algumas charges: *Local que não cheira bem* (Figura 4), *Barracões para gente pobre* (Figura 5), *Pessoas amontoadas em estalagens com galinhas* (

Figura 6), *Barracão de madeira podre* (

Figura 8), *Casinholas de caixa de querosene e zinco* (Figura 9), *Barracão de caixa de batata e coberto de zinco* (Figura 11), *Casebres* (Figura 21), *Foco de imundice, antro pavoroso, pústula nojenta* (Figura 22), *Lugar pitoresco* (Figura 26), *Um cão com feridas* (Figura 31), *Casebres* (Figura 33), *Bagunça artística e literária* (Figura 43), *Barracões* (Figura 44). A própria temática habitação em morros do Rio no início do século XX já abre opções de discussões. Neste trabalho não será possível esgotar esse assunto, como nenhum assunto vinculado a nenhuma das outras temáticas que serão abordadas, mas será feita uma reflexão sobre como o assunto é abordado dentro nas fontes coletadas.

Uma das primeiras questões que pode ser levantadas ao se deparar com as charges que abordam a temática “habitação” é a questão da remoção dos moradores, presente em 6 charges¹² dentro de um universo de 25 charges.¹³ Elas estão localizadas nos anos de 1905, 1907 e 1917, no qual 5 estão nos primeiros anos de pesquisa, que correspondem ao fim das Reformas Passos e a tentativa de remoção dos moradores do Morro da Favella por Oswaldo Cruz no ano de 1907¹⁴.

Na Figura 4 - Discussão do Problema, dois homens conversam e trazem e levantam um debate: se a política higienista conseguisse fechar tudo, onde os pobres iriam morar? E como famílias inteiras iriam fazer se fossem jogadas nas ruas? Essa preocupação também pode ser encontrada na Figura 11 - No morro da favella, que apresenta uma conversa entre moradores do Morro da Favella que apontam a possibilidade do prefeito derrubar tudo o que lá foi construído e depois expulsar seus moradores. Já na Figura 12 - Que taes, os da favella? encontramos uma situação mais avançada do medo desses moradores, que receberam uma notificação que teriam vinte dias para abandonarem suas casas e saírem do Morro da Favella. E mais uma vez a pergunta retorna, se saíssem das suas casas, em que lugar iriam habitar? Essa questão, que foi retomada em alguns momentos, reflete a insegurança de alguns moradores da cidade do Rio de Janeiro, que traziam nitidamente a lembrança dos arrasamentos dos cortiços e de várias casas condenadas pela Higiene em um passado não tão distante. A Figura 13 - Uma limpeza indispensavel, uma das mais famosas charges produzidas por *O Malho*, representa Oswaldo Cruz a remover os moradores do Morro da Favella. Um indicativo das pretensões existentes naquele momento.

Situação essa que na Figura 5 - Descendo o Castello, já é retratada de forma mais concreta. Ela mostra o cenário de uma família nordestina que veio para a cidade do Rio de Janeiro para ter mais oportunidades na vida e foram despejados da casa em que residiam no Morro do Castello. E ao fundo da imagem é possível notar que não foi apenas está a família que sofreu com esse problema, mas que outras famílias também estavam a passar pela mesma questão. O que também ocorre na Figura 33 - Justiça para os

¹² Cf. figuras 4 (1905), 5 (1905), 10 (1907), 12 (1907), 13 (1907) e 33 (1917).

¹³ Contudo, é possível notar que dentro de outras temáticas a remoção também aparece. Como por exemplo, na figura 51 em que o a Favella é representada por um balde de lixo que será jogado fora.

¹⁴ Esse assunto será retomado no próximo capítulo.

miseráveis, em que foi relatado o despejo de mais de trinta famílias do Morro da Babilônia através uma ordem de despejo expedida pela justiça. Segundo a notícia, essa ordem beneficiava a Companhia de Construções Cívicas, que por sua vez não teria esperado o mal tempo passar para reivindicar a execução da ordem judicial. E em ambas as imagens os moradores trazem um discurso semelhante, “tratam-se os ricos nas palminhas das mãos e os pobres aos ponta-pés!” (Figura 5 - Descendo o Castello e que a “Justiça sempre prompta... para servir quem tem muito dinheiro” (Figura 33 - Justiça para os miseráveis.

A temática da habitação também traz a questão de um sonho bem presente entre alguns moradores dos morros, que é a construção da casa para operários. Em meio ao clima de possíveis despejos, é possível observar que não existia muitas esperanças para a concretização desse sonho, como pode ser observado na Figura 18. Também é possível perceber tanto na Figura 4 quanto na

Figura 6 - Tal qual! uma preocupação pela ausência de um debate sobre a habitação operária. Na primeira um dos personagens diz: “Casas não si fazem cum palavras, nem cum letras escriptas no papé. Primêro que elles acabe di resolvê, tamo no matto sem cachorro!”. Na segunda um dos personagens diz algo muito semelhante: “os doutores de cartola ficam satisfeitos em falá na Camara e escreve no jornaes... A’ noite vão p’ra suas casas de palácio e nem se alembra de nós”. Também é possível notar que em ambas os personagens ao dialogarem percebem que só no momento em que protestarem conseguirão obter suas casas operárias. Na Figura 4 - Discussão do Problema um dos personagens diz: “Apois, eu morá na rua, não moro. Quando não tive onde botá os troço, armo um baruío, e o governo tem de mi dá casa que é serviço...”. Já na

Figura 6 é dito: “Você fique sabendo de uma cousa: em quanto nós tudo não se levantá como um só home, nada si fais!”. Em meio ao fantasma do despejo, conseguir uma casa operária seria uma garantia de uma vida melhor.

Quando a temática da habitação é abordada, ela também traz pistas sobre como são os moradores desses morros e qual seria esse cenário. Dentro desse universo das 25 charges sobre habitação e favela é possível perceber algumas delas descreverem através do texto como esses moradores eram vistos. Na Figura 22 os moradores do Morro da Favella são classificados como “gente perigosa em promiscuidade com famílias que só tem o defeito de ser pobres e que vivem constantemente sob a ameaça de bandidos”. Nela é possível perceber a ideia de que lá existem trabalhadores, mas que estão acudados em meio a tantas pessoas criminosas e fora dos padrões da moralidade. Imagem reforçada pela Figura 26 que vai chamar os moradores do Morro da Favela de “clubs da elite do crime” e pela Figura 31 que os chama de “facínoras”. E podemos complementar com o medo presente na Figura 42 por parte de alguns moradores, representados como malandros que temiam que Marinetti fosse um policial.

Além dos termos produzidos através dos textos, o tipo de estrutura habitacional representados através dos traços reforçam e em alguns momentos se sobressaem até mesmo mais do que o texto. Esses traços marcam o que os autores representam como possíveis características reais sobre estes locais. A charge que caracteriza de modo mais marcante a visão sobre a habitação é a da Figura 26. São habitações feitas com madeiras velhas e quebradas, com plásticos e com latas. A falta de água é marcada por pessoas ao fundo com latas na cabeça, que representava a atividade de descer o morro em busca de água. Atividade essa que ocorria por quase todo o dia. As demonstrações não param por aí, é possível localizar um animal morto no canto inferior direito da charge.

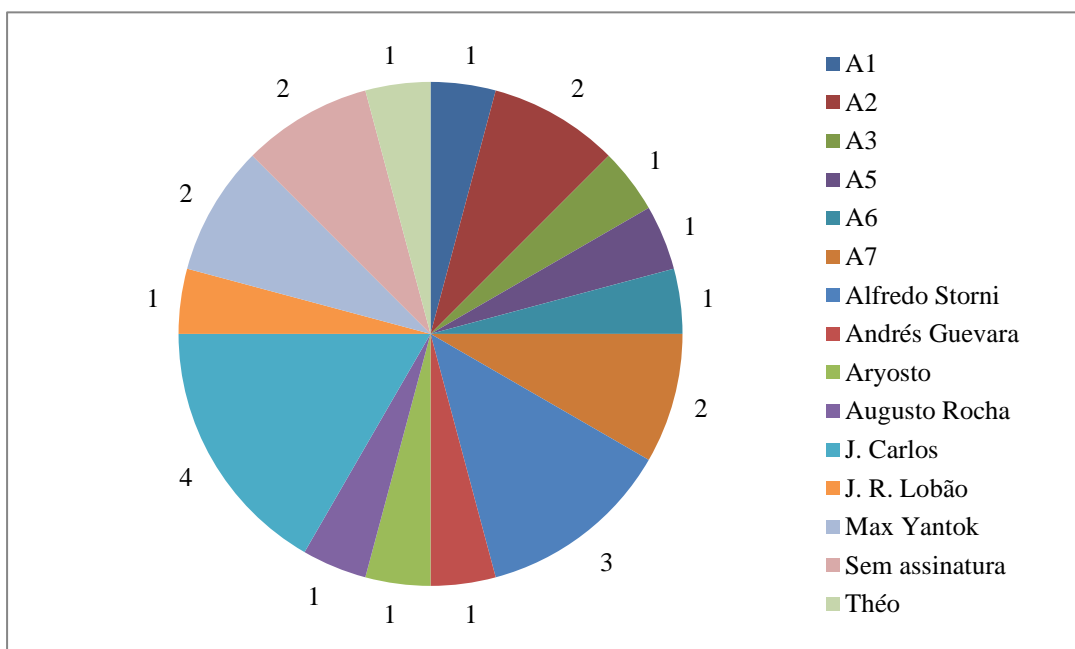
Um outro fato curioso que é possível de ser notado nesta mesma imagem é que em uma habitação que o telhado e as paredes apresentam buracos e que passasse a impressão de que tudo vai desabar a qualquer momento, existe uma placa que diz que ali

estão a alugar cômodos. O que traz a questão apontada pela autora Lilia Vaz, que na verdade só foi transferida a imagem dos cortiços para os morros. A imagem representa um local pitoresco, violento, com marcas rurais. Ela pode ser considerada quase um resumo de todos os estigmas e notícias que saíam sobre os morros neste momento. Outra questão que é apontada neste momento é o aluguel das casas. Por pior que fosse essa residência ela poderia ser alugada e havia pessoas interessadas em alugar.

Pensar sobre temática “precariedade” quando se fala sobre os morros da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX inicialmente levantou outro problema; o que seria considerado como algo precário? A falta de água? As condições habitacionais? A ausência de segurança? Deste modo, houve a opção por passar por essas temáticas e priorizar as que indicam mais sobre as condições de vida dos moradores. Como um tópico complementar a questão da habitação e como mais um passo adentro da pesquisa.

Com um quadro bem próximo ao que trata sobre habitação, mas com algumas amostras distintas, o universo de análise que corresponde a essa abordagem é composto por 24 charges. No qual, entre os chargistas identificados, J. Carlos foi o chargista que mais contribuiu.

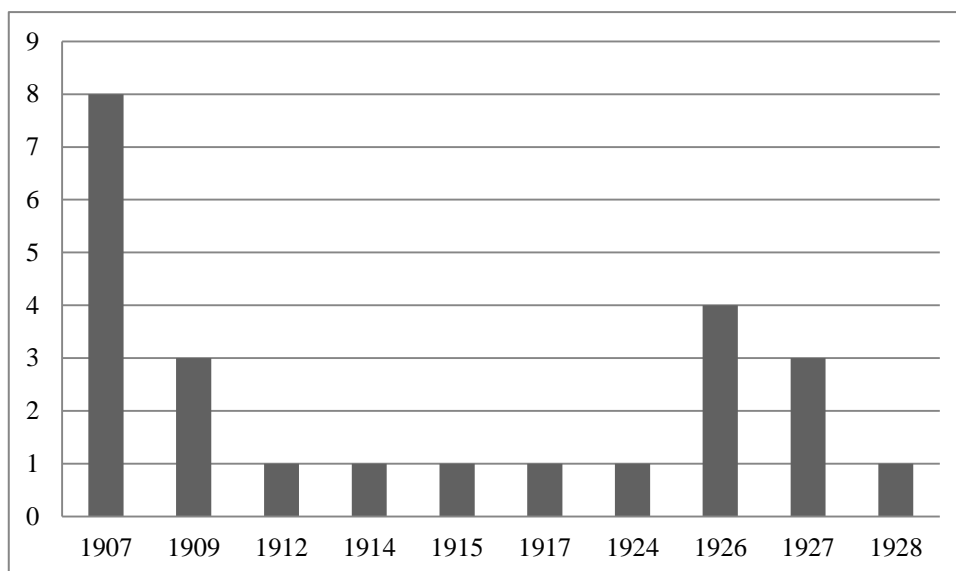
Gráfico 7 - Autores que trabalharam a temática “Precariedade”



O gráfico corresponde a 24 charges sobre a temática “precariedade”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

Com um número mais diversificado de anos, 1908 foi o ano que teve o maior destaque, seguido pelos anos de 1926 e 1929. Como 1907 traz um grande debate sobre a remoção dos moradores do Morro da Providência, é possível que essa expressão esteja vinculada a tentativa de detalhar esse cotidiano. Novamente, 1926 e 1927 são marcados por outra tentativa de remoção, a campanha levantada por Mattos Pimenta.

Gráfico 8- Anos em que aparece a temática “Precariedade”



O gráfico corresponde a 24 charges sobre a temática “precariedade”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

Os principais debates sobre a precariedade iniciam principalmente em relação à cidade pensada para o Rio de Janeiro e sobre como em alguns pontos esse projeto estava encaminhado em sentido oposto. Sobre como essas áreas, que muitas vezes estavam próximas às áreas centrais ou consideradas como pontos importantes para a cidade, não conseguiam atingir a expectativa. Na Figura 30 essa dualidade é representada de forma muito clara. São representadas duas cidades do Rio de Janeiro, a primeira por uma mulher elegante, que é muito bem quista pelos turistas. Uma representação de locais como Botafogo, a Avenida Atlântida, a Avenida Rio Branco, o Corcovado e Paquetá. E a segunda revela uma outra face da cidade, por meio de uma mulher de aparência abatida, roupas esfarrapadas e pés descalços, representando locais como Catumbi, o Morro do Pinto, o Morro do Castelo, a Ilha da Sapucaia, o Morro da Favella e os subúrbios da cidade. Se a primeira está de pé a deslumbrar os outros com sua beleza a segunda, sentada em uma cadeira velha e quebrada; demonstra todo cansaço.

A comparação entre o Rio almejado e o Rio rejeitado também pode ser visto na Figura 21, em que é notada uma preocupação em relação ao Pão de Açúcar e ao morro de Santo Antônio. Pois os turistas, ao passarem pelo primeiro, logo em seguida se deparariam com o segundo (representado por uma casa de tábuas, pedras, latas, sem janelas e porta). Essa representação precária é semelhante na Figura 53, que aponta esses locais precários com “batentes que estão caindo de podre”, e as casas retratadas como manilhas de esgoto. Locais muitas vezes chamados de malditos, como podemos ver na Figura 18.

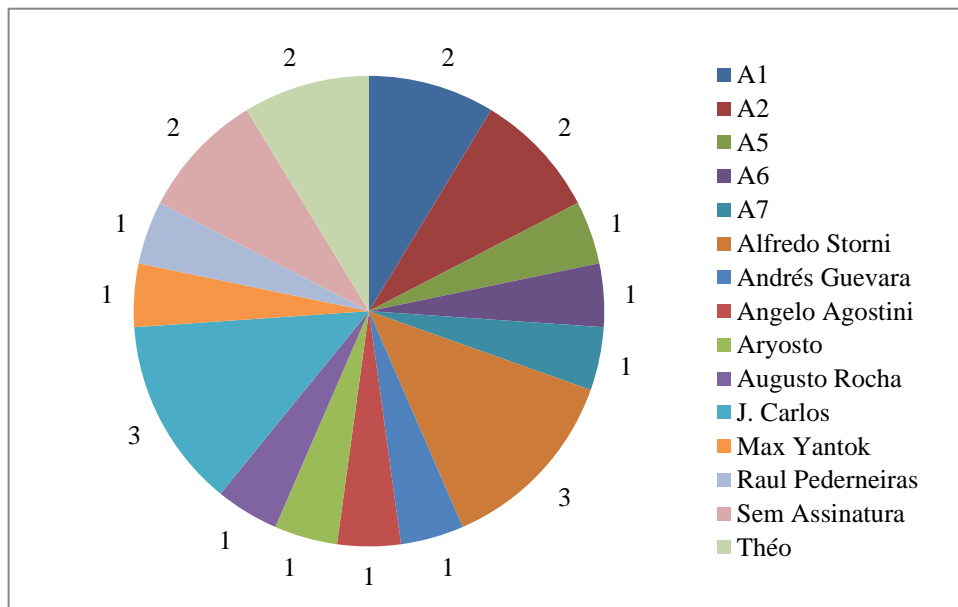
A população representada nessas iconografias também traz a marca dessa precariedade. É possível perceber em muitas delas as roupas esfarrapadas e remendadas, os pés descalços, as declarações sobre as dificuldades para se sustentarem e até mesmo as dificuldades de se viver sem saneamento básico. Pessoas consideradas sem hábitos

higiênicos, tipificadas no personagem Segismundo da Figura 19. Também representados na Figura 13, muitas vezes considerados como sujeiras e “parasitas” (neste momento são comparados a piolhos na cabeça da polícia) que perturbavam a ordem e as autoridades policiais.

Falar da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e pensar sobre ela neste mesmo período, seja qual for o assunto for pesquisado, é quase impossível não falar sobre as reformas urbanas realizadas. Essas reformas afetaram em maior ou menor grau toda a população que habitava na cidade. Buscaram não só remodelar o espaço físico, mas que tinham como objetivo remodelar a forma de vida e os hábitos da população carioca. Mudanças que também teriam por objetivo servir de inspiração para outras cidades do país.

Dentro do universo de amostras referentes a charges com a temática “reformas urbanas” (23 charges), os autores que mais produziram foram Alfredo Storni e J. Carlos. Ambos com o total de 3 charges. Além deles, mais 12 autores estiveram envolvidos com essa temática, sem contar os que não assinaram 2 trabalhos.

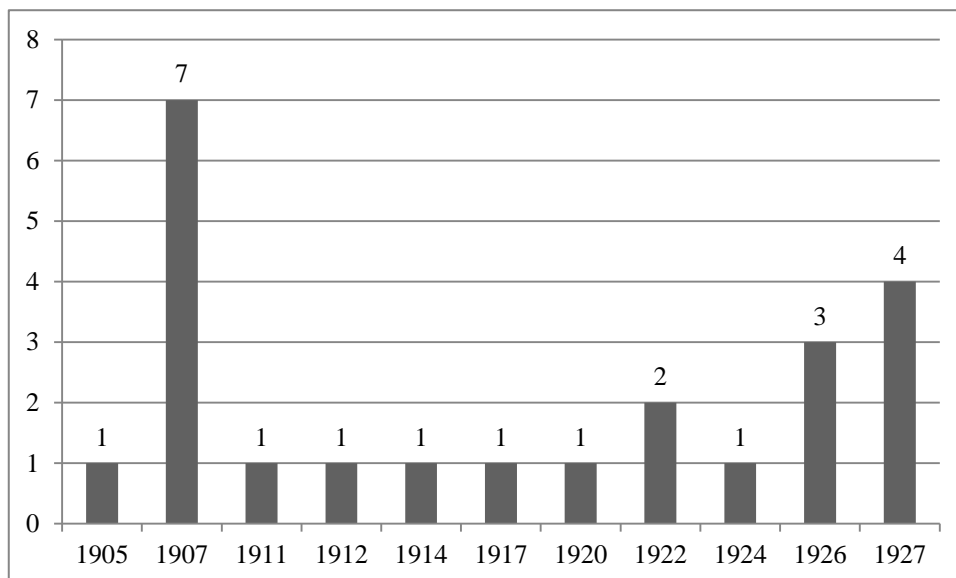
Gráfico 9 - Autores que trabalharam a temática “Reformas Urbanas”



O gráfico corresponde a 23 charges sobre a temática “reformas urbanas”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

Essas charges estão localizadas entre os anos de 1905 e 1927, sendo que 1907 foi o ano com o maior destaque por atingir o marco de sete charges, seguido pelo ano de 1924, com o total de quatro charges.

Gráfico 10 - Anos em que aparece a temática “Reformas Urbanas”



O gráfico corresponde a 23 charges sobre a temática “reformas urbanas”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

No início do século XIX a cidade do Rio de Janeiro passou por várias transformações e obras que marcaram a cidade ou parte dela. Essas transformações, ou até mesmo os projetos que não chegaram a se concretizar, em alguns momentos passavam pela questão das favelas direta ou indiretamente. Nas charges, elas aparecem as vezes já concluídas, as vezes em andamento e as vezes como um projeto que está em debate. Seja qual for o momento em que estejam, as charges muitas vezes conseguem apresentar distintas opiniões sobre os debates existentes, e, de forma sutil, também a opinião do autor.

Na Figura 30 podemos perceber uma charge que apresenta uma reforma concluída. É possível notar algumas das obras da Belle Époque que deixaram algumas áreas do Rio de Janeiro com um ar mais sofisticado e francês. Com avenidas mais largas, carros, postes de iluminação elétricos. Essa reforma em si, não fala sobre alguma obra que tenha ocorrido diretamente nos morros, mas não deixa de afetá-los. Como visto anteriormente, todo esse processo, expressado na imagem, serviu para empurrar a população mais pobre ou para os subúrbios e/ou para os morros. Algo semelhante acontece na Figura 20, só que nesta as belezas da reforma são mencionadas em texto. Já que houve uma preocupação maior em realizar uma crítica sobre as pessoas que descem o Santo Antônio para pegar água no chafariz da Carioca e evidenciam as contradições da cidade.

Mas também temos reformas concluídas que falam diretamente de mudanças no espaço físico dos morros. Como na Figura 33, que apresenta uma intervenção judicial no Morro da Babilônia para expulsar algumas famílias e dar a posse do local para a Companhia de Construções Cíveis realizar o arrasamento das casas e iniciar as construções que julgasse melhor. Assim como na Figura 35 e na Figura 48 relatos sobre obras de melhorias realizadas no Morro de Santo Antônio. Obras que parecem não ter resolvido muita coisa, já que na Figura 35 existe a demonstração de uma profunda insatisfação por

partes de alguns sobre a quantidade de barro que desce do morro após um período de chuva. Mas que também não pode ser considerada um completo fiasco, já que na Figura 48 é indicado que os morros de Santa Tereza e Santa Fé protestam por terem ocorrido obras apenas no Morro de Santo Antônio.

As charges retratam reformas urbanas a acontecer naquele momento (ainda que não tenham sido concluídas, como a de 1907), como a que expulsou algumas famílias do Morro do Castelo em 1905 e foi retratada pela Figura 5. O problema habitacional presente no Rio durante essas reformas também fica representado nas charges. Na Figura 9, na conversa entre um casal, a mulher falar para o homem: “Pois si nem para gente rica há casas que cheguem!”. Eles estão em um contexto de talvez serem expulsos da sua casa e não sabem para onde ir, mas indicam que é um problema que ocorre por toda a cidade.

A Figura 13, uma das imagens mais conhecidas sobre a atuação de Oswaldo Cruz no Morro da Providência, nos mostra um dos projetos urbanos mais marcantes do período: a remoção da população daquele local. Ela pode ser complementada para tratar desse projeto por algumas charges, como as Figura 14, a Figura 15 e a Figura 16. Na Figura 14, é levantado o medo de se ter uma outra revolta popular. Como após a Revolta da Vacina a população do Morro da Favella ficou marcada como um dos grupos mais participativos, com um projeto de remoção contra eles o medo de outro ato semelhante começa a pairar no ar. Fator que levou o prefeito Souza Aguiar ser representado na Figura 15 com a cabeça cheia de problemas devido às reformas urbanas, entre eles está o Morro da Favella e a sua população. Já na Figura 16 vemos um apoio por parte do chargista para que os moradores não fossem expulsos daquela forma.

Alguns projetos em formulação naquele momento podem ser identificados, como o projeto do teleférico do Pão de Açúcar. A partir do centenário da abertura dos portos, que foi comemorado na Urca em 1908, começou a ser pensado alguns projetos de teleférico na cidade. Com isso levantou-se um debate sobre como seriam feitos e em quais locais. Ele é retratado na Figura 27 de uma forma exagerada, já que a charge não tem um compromisso com a realidade tal como ela é. Também pode ser visto na Figura 34, que com um humor aborda que para centenários futuros muitos morros seriam devastados e os que ficassem seriam tomados pelos teleféricos. Além desse, outros projetos eram pensados de forma concomitante, como pode ser visto na Figura 25.

Outro centenário que agitou a cidade foi o centenário da independência do Brasil, em 1922. Segundo Mattos (2014), Carlos Sampaio teria sido escolhido como prefeito da cidade em 1920 para promover rápidas transformações no tecido urbano da cidade e estabelecer um projeto de segurança pública. É possível observar na Figura 39 uma menção a essas obras e observar um projeto de alguns morros da cidade. Ideia semelhante à abordada anteriormente na imagem projetada pela Figura 34.

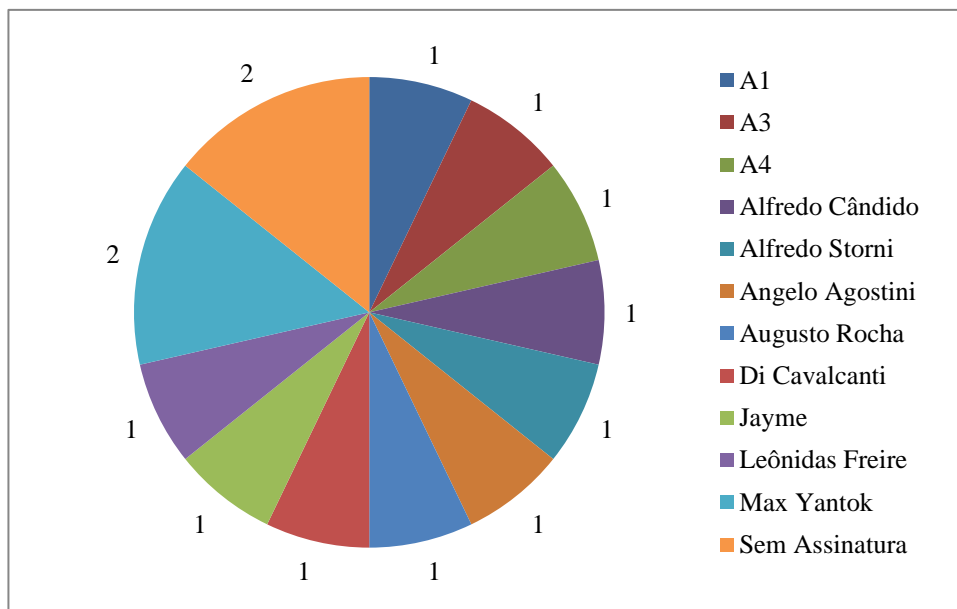
Se em alguns momentos os projetos são de remoção, em outros existe um indicativo de possíveis melhorias, como foi dito anteriormente em relação ao Morro de Santo Antônio. Na Figura 40 vemos dois moradores de um morro a conversar (não foi identificado se são do Morro da Favella ou do Morro do Pinto) e a reclamar que serão feitas transformações que tirariam as características originais do local. Essa charge traz um pensamento sobre os moradores desses morros, que esses, em certo nível, sentiam-se bem por morar em um local sem saneamento básico, energia elétrica e transporte público. Como se a ausência de características civilizatórias fosse algo tão comum que promovesse uma rejeição a mudanças. Ideia que é reforçada pela Figura 50, em que teria uma suposta rejeição por parte dos seus moradores de se organizarem politicamente e de almejarem melhores condições de vida.

Algo que também se torna um marco nas fontes desse trabalho para a questão das reformas urbanas foi a chegada do italiano Marinetti. Através das visitas realizadas a

alguns morros e a proposta de sua chegada, na primeira charge em que ele aparece (Figura 42) já é colocado em uma situação superior ao Morro da Favella, de braços cruzados e com um ar sério, ou seja, um símbolo daquele que seria o responsável pelo arrasamento do indesejado. Já na Figura 43, sua visita ao Morro da Providência é registrada. Segundo a visão do chargista, Marinetti, ao ir à Favella, a percebeu como uma bagunça artística e literária. Já na terceira charge, Figura 46, a Favella já aparece com suas casas quase caídas sozinhas, e Marinetti, com um grande martelo, é chamado de o “O ‘bam-bam-bam’ que enfrentará a Favella”.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que *O Malho* produziu tanto material relacionado à polícia e à segurança, o qual renderia uma pesquisa apenas sobre essa temática dentro dessa revista ilustrada neste período. Contudo, neste trabalho essa temática foi restringida apenas aos momentos em que se tratava dos morros da cidade ou sobre os seus moradores. Por isso, apesar de ser algo tão expressivo na revista ilustrada, ficou dentro de um universo de 14 charges dentro da pesquisa. Max Yantok foi o chargista que mais produziu, com o total de 2 charges.

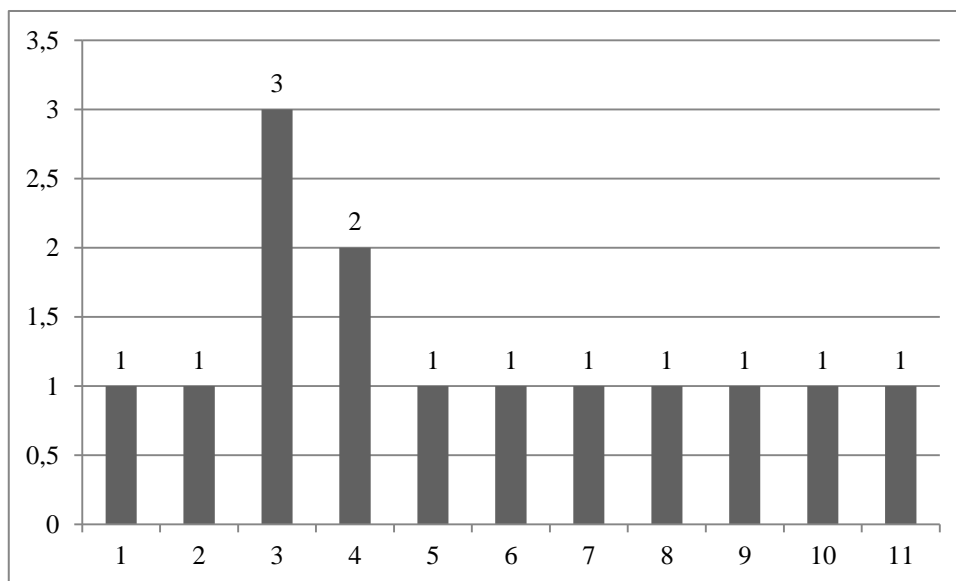
Gráfico 11 - Autores que trabalharam a temática “Polícia e Segurança”



O gráfico corresponde a 14 charges sobre a temática “polícia e segurança”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

Dentro desta amostragem, a temática foi trabalhada em 11 anos distintos, em que o maior destaque foi o ano de 1907 com 3 charges.

Gráfico 12 - Anos em que aparecem a temática “Polícia e Segurança”



O gráfico corresponde a 14 charges sobre a temática “polícia e segurança”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

As fontes relacionadas a essa temática apresentam duas principais características: a intervenção do Estado nos morros, principalmente através da política higienista, e a associação dos moradores dos morros com crimes e com um estilo de vida considerado inadequado dentro daquela sociedade. Além delas, há uma charge que, isoladamente, traz outra questão de segurança. Ela representa a sensação de insegurança e medo da população carioca durante a Revolta da Chibata, em 1910. Na Figura 24 é possível observar a representação do pânico da população durante alguns momentos da Revolta. A imagem que retrata os morros descreve: “A pobre gente dos morros, sobressaltadas e em trajas menores, fugia em debandada, quando roncou o canhão... Era o caso: subia à serra, descendo...”. Nela são vistas pessoas a correr para todos os lados com trouxas ou crianças no colo.

Como dito anteriormente, a política higienista muitas vezes era associada à questão policial para realizar o cumprimento de suas determinações. Apenas os mandatos de despejo e as ordens de evacuação do espaço em si não removiam a população de tal lugar. Em quase todos os casos era necessário o uso da força policial. Na Figura 12 vemos a ação policial em parceria com a Higiene em um pedaço do diálogo: “foi o chefe de polícia que pediu o prazo para a nossa mudança do morro da Favella: e a hyngienica deu vinte dias...”. Eram ações conjuntas que dividiam a responsabilidade sobre os possíveis despejos e tentavam inibir os possíveis focos de resistência.

Desde a Revolta da Vacina o governo havia tomado consciência dos estragos que as manifestações daquele grupo social poderiam causar. Na Figura 14 existe uma declarada preocupação por parte do governo em relação a ordem de despejo para os moradores do morro da Favella. Dentro do diálogo é possível observar Lopes Trovão e Monteiro Lopes a aconselhar Afonso Penna de que se essa política de remoção não for elaborada de forma mais estratégica aconteceria uma cena de “carnificina, com musica de... pancadaria”. Porém, muitas vezes, essa ação do governo de procurar uma melhor estratégia para remover essa população era vista por alguns como ausência de atitudes e

criação de condições para a expansão da Favella. Na Figura 22 há uma crítica relacionada a isso, em que o governo é acusado de apenas falar e nunca resolver o problema do “progresso da Favella, a pústula nojenta em pleno coração do Rio de Janeiro, capital da União”.

Há uma charge que traça uma ligação entre a ação policial nos morros e a associação com a vida criminosa (Figura 13). A política de higiene, representada por Oswaldo Cruz, tem suas ações representadas pelo pente do médico que com o auxílio da força policial, pretendia remover do morro da Favella todos os “parasitas” que perturbavam a ordem e a higiene local e tiravam a tranquilidade policial. E nesse momento, quando a população é associada a piolhos, pragas, parasitas e ciscos (sujeira), também é associada ao crime e à necessidade de uma constante ação policial no local.

Segundo as representações presente nesse imaginário dos artistas responsáveis pela charge, o simples fato de uma pessoa ser associada como morador de um desses morros considerados como área de habitação precária, já a enquadraria como possível elemento suspeito a ser vigiado e se necessário autuado. Na B - Ilustrações

Figura 2 ocorre a representação de uma ação policial contra um homem. Nela, um policial já se aproxima e dá voz de prisão “Está preso! Siga”, e o homem sem compreender direito o que estava a se passar, pergunta o que havia feito e o policial declara que não se importava com isso e que o homem seria conduzido para a delegacia. Nessa primeira parte da charge é apontada uma possível forma de abordagem que ocorreria no cotidiano. A tipificação de atributos do sujeito, como vestes e forma de se portar já poderia o criminalizar.

Outro fator que implica diretamente neste momento é que essa charge foi publicada depois da Revolta da Vacina, então ela indica esse momento em que os moradores do morro da Favella são suspeitos de terem participado dos protestos. É possível notar que o homem diz: “Fique sabendo, camarada: sou um homem pacífico! Durante esses barulhos não saí de dentro da minha toca do morro da Favella.” E nesse momento ele alega inocência, não era ele a quem o policial procurava. E complementa: “Tenho horror ao trabalho e esse turumbamba foi um trabalho pesado. Não me importo que me chame de malandro, mas desordeiro não sou, não senhor!”. E nessa fala o homem acentua o quão grande e trabalhoso foram os protestos, mas reforça sua inocência. Contudo, é importante ressaltar essa autodeclaração que o homem realiza, em que ele seria um homem que não gosta de trabalhar e seria um malandro. Estereótipo que se inicia no início do século XX e vai marcar a formação do imaginário do que seriam esses moradores.

Em uma charge de 1905 também foram localizadas expressões que indicam que essa população era apresentada pela imprensa como violenta e malandra. Na Figura 3 um homem, que está a cavar no morro do Castelo, indica que ao fazer aquilo colabora com a polícia e com a segurança do local. Porque quanto menor for o morro, menor será o local para se agruparem os criminosos. Assim presta a seguinte declaração: “Não dizem que os criminosos escondem-se todos neste morro e que ninguém mais os pilha? Pois eu vou arrasar este Castelo... E’ o melhor de acabar com os tratantes... descobrindo-os...”. E ainda elabora um trocadilho entre o nome do morro e um forte para criminosos.

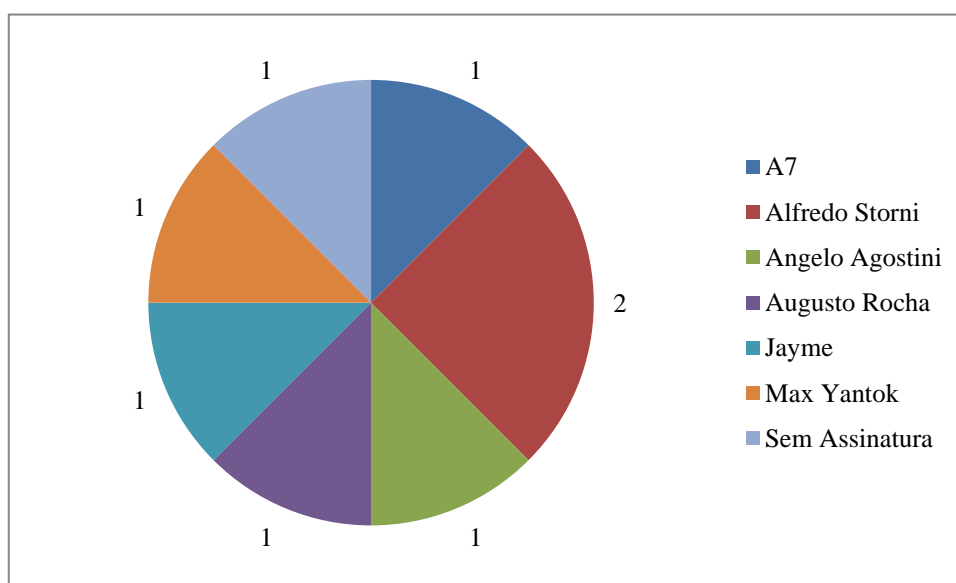
A ideia de reduto de criminosos também pode ser percebida na Figura 23 – em que a Favella é associada a um reduto de bandidos, na Figura 26 – uma das charges mais trabalhadas até agora, já que seria quase que um retrato do imaginário da população carioca sobre como seria o cotidiano no morro da Favella – na Figura 28 – com duas pessoas a conversarem sobre um crime que havia ocorrido no morro da Favella –, na Figura 29 – em que a Favella é associada ao reduto de assaltantes –, na Figura 31 – em que a Favella é apontada como um reduto de facínoras, na Figura 47 – em que os

moradores da Favella são acusados de portarem armas e navalhas e de serem pessoas violentas –, e na Figura 55 – em que os moradores do morro da Mangueira foram associados a pilantras, foragidos e malandros.

E devido ao cenário descrito na Figura 26, em que ao descrever o cotidiano da Favella é representada uma satisfação e profundo contentamento de alguém ao cometer um assassinato, em que pessoas são esfaqueadas pelas ruas, que as brigas são uma constante e que o caos impera, que surge a questão apontada anteriormente quando se falou da Figura 22. Por isso também existe em alguns momentos para que a delegacia do 8º distrito, responsável pela área que abrangia o morro da Favella melhorasse as suas investidas na região. Na Figura 31 é possível observar a representação de um posto policial que havia sido colocado na Favella para diminuir e inibir os incidentes cometidos quase que diariamente, segundo a imprensa do período (Mattos, 2004).

Quando se pensa em dividir uma pesquisa por temáticas, procura-se um modo de sistematização das informações. Contudo, as informações continuam a atravessar essas fronteiras delimitadas pela mente humana. E o objeto continua a ser mais do que as delimitações. Esse é um dos motivos por ao se produzir cada tópico questões semelhantes voltarem a ressurgir. A temática epidemia e saúde, que passa muito próximo a precariedade e às reformas urbanas, traz consigo uma abordagem mais voltada para as políticas de saúde do período pesquisado e sobre como foi percebida por artistas que produziram charges sobre os morros da cidade do Rio de Janeiro. Com um universo de 8 amostras, o chargista que mais se sobressaiu foi Alfredo Storni, com duas charges.

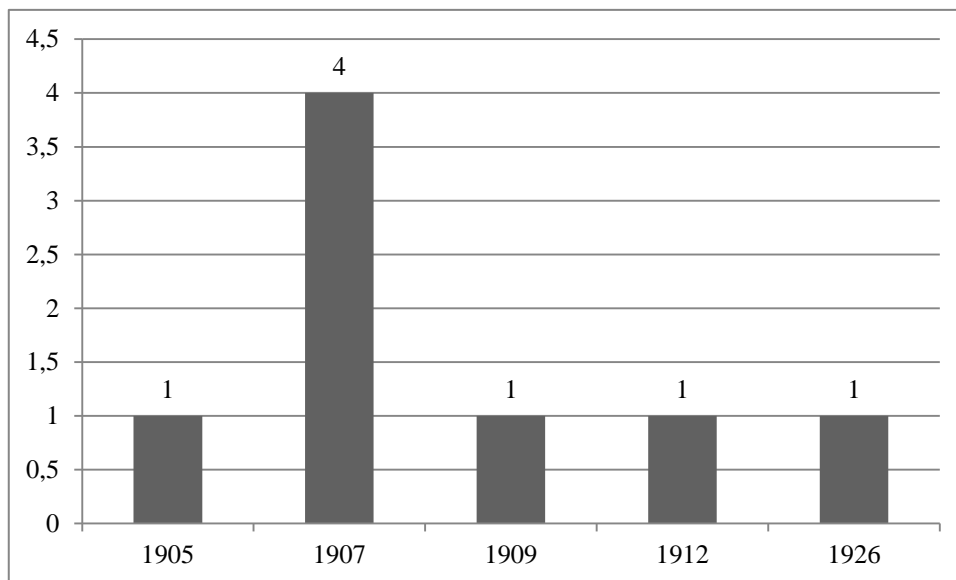
Gráfico 13 - Autores que trabalharam a temática “Epidemia e Saúde”



O gráfico corresponde a 8 charges sobre a temática “epidemia e saúde”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

Dentro do período em que essas charges estão localizadas, espalharam-se por cinco anos distintos. Entre eles, o ano de 1907 foi o com o maior destaque com quatro charges, ou seja, 50% da amostra.

Gráfico 14 - Anos em que aparecem a temática “Epidemia e Saúde”



O gráfico corresponde a 8 charges sobre a temática “epidemia e saúde”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

A política higienista marcou as principais questões sobre saúde deste período. Ela; que, desde o fim do século XIX, marcava a cidade do Rio de Janeiro com as suas transformações e decisões, continuou presente no século seguinte. Segundo Lilian Vaz, os casebres dos morros não eram tão distintos dos velhos cortiços que haviam ido ao chão. Logo, eles também se tornaram um perigo para a saúde e para o controle da epidemia em alguns momentos da história da cidade. Vemos na Figura 4, por exemplo, durante o diálogo de dois homens, a presença da preocupação com a atuação higienística: “seu Oswaldo Cruz manda fechá tudo que não cheira bem”. Menção que também é percebida na Figura 12: “e a Hyngienica deu vinde dias”

A

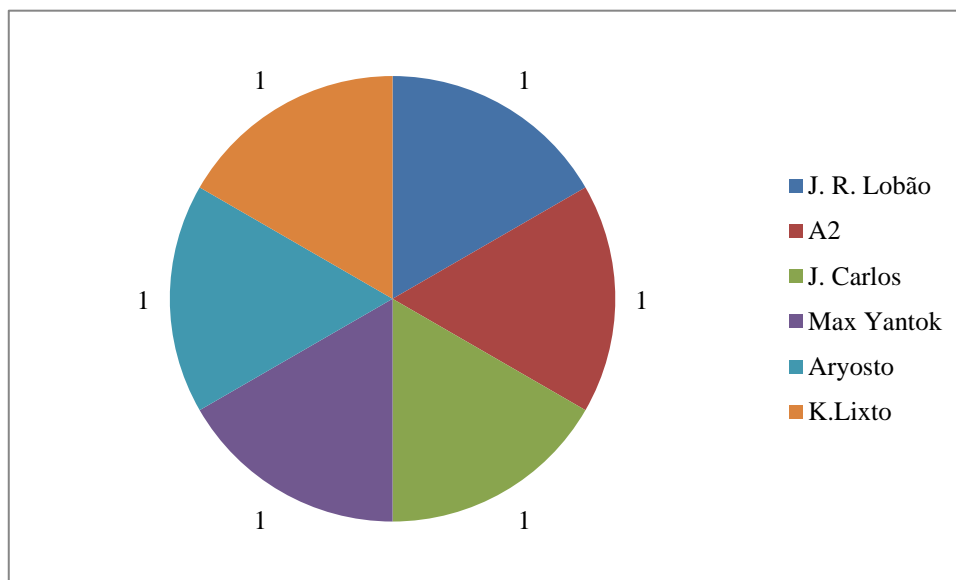
Figura 8 retrata o debate das condições de saúde dos moradores desses morros devido às rotinas que lhes eram impostas. O médico enfatiza para um dos pacientes que o melhor para a saúde seria não subir ladeiras e só comer carne branca. Mas como um morador de um morro teria como fazer tal repouso e ficar sem conseguir um tipo de renda para se sustentar, ainda que precariamente? E é na fala do morador da Favella que se percebe a visão sobre o que lá acontecia: “Eh! eh! seu douto! Isso agora ta diffice cumo diabo! Gente pobre só encontra barracão de madeira podre p’ra morá, no morro da Providença; e esse negócio de comê carne branca... douto bem enxerga que não é p’ra meus beijo...”. Assim a qualidade e o tipo de vida é representado. Como ter saúde e fazer a manutenção dessa em tal ambiente? Como ser um local sadio em um local em que a miséria reina? Todas as ausências dos padrões de higiene e de uma boa qualidade de vida eram um passaporte direto para a propagação das epidemias.

Essa característica do tipo de morador foi expressa na Figura 19, em que o homem que representa o morro da Favella em uma conferência hipotética sobre as figuras existentes na cidade do Rio de Janeiro é o senhor Segismundo Carrapatoso. Em um

trocadilho com seu nome, a imagem que representa os moradores do morro é um homem de aparência suja, com roupas esfarrapadas, desdentado e com cabelo despenteado. Ele também traz a ideia de parasita, que também é mencionada na Figura 13. E por conta dessa visão de “foco de imundices” e um “antro pavoroso” (ambos os termos apresentados na Figura 22), marca muitas vezes os morros como o foco das epidemias. Até mesmo de epidemias como a sífilis, como pode ser visto na Figura 45.

O problema da falta de água na cidade do Rio de Janeiro não foi algo que começou na Primeira República e não era exclusivo dos morros da cidade. Esse é um problema que existe desde o período colonial e que atinge quase todas as áreas da cidade. Então por quê entra como um problema específico dos morros? Na verdade, não é a falta de água em si que marca esse problema dos morros e chama a atenção das autoridades. O que gera esse grande problema é a circulação dos moradores desses morros pela cidade em busca de bicas e chafarizes para encherem as suas latas com água. Dentro da amostra, foram encontradas 6 charges que abordam a temática. Contudo, cada charge corresponde a apenas um autor.

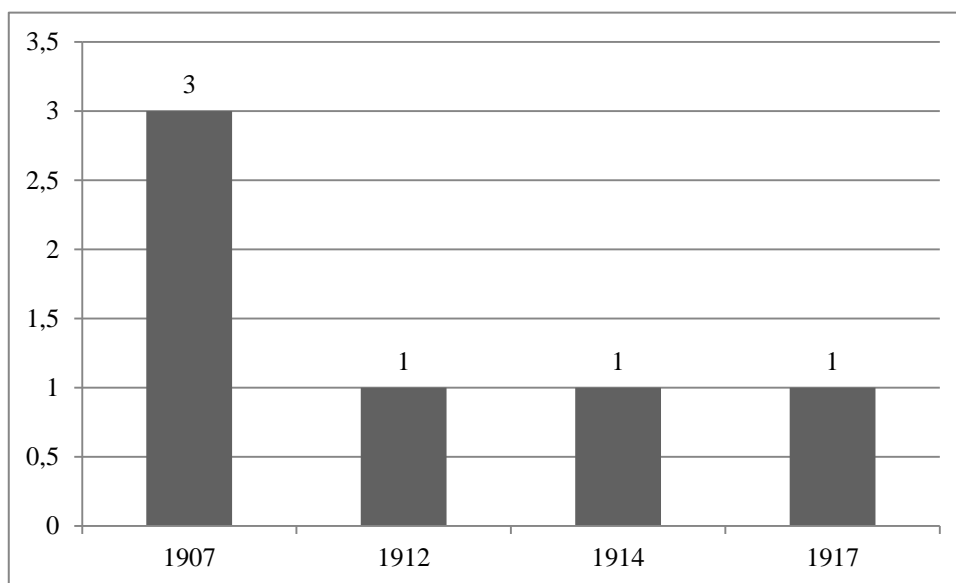
Gráfico 15 - Autores que trabalharam a temática “Falta de Água”



O gráfico corresponde a 6 charges sobre a temática “falta de água”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

As 6 charges estão divididas entre 4 distintos anos. Porém, no ano de 1907 estão localizadas 50% delas.

Gráfico 16 - Anos que aparecem a temática “Falta de Água”



O gráfico corresponde a 6 charges sobre a temática “Falta de Água”. *O Malho*. Entre os anos de 1902 e 1930.

A falta de água nos morros submetia os moradores a uma rotina pesada de carregar água várias vezes ao dia. Como pode ser visto nas Figuras Figura 7; Figura 20; Figura 26; Figura 30; e Figura 32. Porém, nem sempre era possível encontrar água nas saídas do morro, o que levava a população a percorrer um caminho mais distante. Na Figura 7 encontramos um interessante diálogo que ilustra essa carência:

Vozes: - Ora, graças, que sempre apareceu um pingo d'agua! Desde hontem, não víamos esta joia...

O menino: - Ué, gentes!... Que é aquillo, dependurado naquella historia amarella?...

A mãe: - Aquilo é agua... Pois tu não sabias? Ah! é verdade: nasceste e foste criado lá no morro, nunca viste agua por lá... Olha, meu filho, aquillo é um pedacinho do mar que tu vês lá de cima, mas... sem sal!
(*O Malho*. Ano VI. Rio de Janeiro. 19 jan 1907. p. 21. J.R. Lobão)

A água é apresentada como uma joia, algo tão valioso, principalmente para os que sabem o que eram os dias quando ela faltava. Mesmo para os que moravam nos morros e pagavam aluguel, não existia nenhuma garantia de ter água. Vemos na Figura 11 que um morador declara: “não tenho um pingo d’água e pago oito mil réis por mez...”. Esse trânsito de moradores com latas d’água na cabeça começou a incomodar uma parte da sociedade carioca. Em seus estudos sobre as ações de Leite Ribeiro, em 1914, Rafael Soares Gonçalves (2003) traz algumas partes dos discursos ecológico que este utilizava para abordar possíveis projetos sobre a erradicação das favelas. O autor comenta sobre a promulgação do Decreto nº 2.636, de 30 de setembro de 1914, que autorizaria o prefeito a encontrar um local mais adequado para construir uma fonte de água para os moradores

do morro de Santo Antônio. Com isso, essa população não teria a necessidade de circular pelo centro da cidade para ir até o Chafariz da Carroça, que ficava próximo a Av. Central.

ahi estão, repito, presos ao nosso viver como os tentáculos do polvo ao corpo que lhe é presa, costumes anacrônicos, dignos de Benguela e Moçambique, não próprios de uma cidade civilizada e sim de uma aldeia, mas aldeia sem governo, de populacho sem cultura, de multidão semi-selvagem.

As infectas pocilgas dos morros de Santo Antônio, Favella, Babilônia e outros, talvez inferiores às cubatas dos cafres de Zululândia; a récuca de indivíduos que, esfarrapada, mulambenta, semi-nua, a todas as horas do dia e da noite busca água, em velhas latas à cabeça, no chafariz da Carioca, situado este a poucos metros de distância da nossa principal artéria, bem defronte do maior dos nossos hotéis, onde pousa grande número dos forasteiros que visitam esta cidade; as velhas pretas esqueléticas, do typo exposto bem no primeiro plano de um estapafúrdio quadro preso nas paredes dessa sala - triste herança do tráfico de carne humana com que nossos antepassados enlamearam a história dos nossos primeiros dias. (Câmara do Distrito Federal, *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal*, vol. 21..., p.169. In: Gonçalves, 2013 : 70)

Ao continuar a investigação, Gonçalves aponta que o projeto de Leite Ribeiro foi aprovado pela Comissão de Justiça do Conselho Municipal, que deu o seguinte parecer:

Attendendo a que o referido projecto visa provocar o abastecimento regular de água potável ao morro de Santo Antônio, povoado por uma verdadeira multidão de desprotegidos da fortuna evitando ao mesmo tempo o ultraje que ao desenvolvimento material desta cidade e à cultura da sua população constitue, com effeito, a contínua romaria de pessoas descalças e andrajosas que do alto daquelle morro em pleno dia desce em demanda do chafariz do largo da carioca para recolher ahi, em recipiente de toda a espécie, a água necessária aos seus misteres (...). E a Comissão de Justiça dá parecer que o alludido projecto n° 34, deste anno, está em condições de ser adoptado. (Câmara do Distrito Federal. *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal*, vol. 21..., p.158-159. In: Gonçalves, 2013 : 70 - 71)

Após a aprovação por parte do conselho, Leite Ribeiro fez mais uma declaração semelhante, que reforçou o pensamento sobre essa circulação de pessoas. E colocou nas suas entrelinhas que teria projetos futuros mais ambiciosos do que apenas o deslocamento dos pontos de busca de água, mas que também almejava uma possível remoção definitiva dessas pessoas do centro da cidade.

pueril, soberanamente desumana e improductiva, pois o que vemos, diariamente, é o aumento e não a diminuição do tosco abarracamento, mais e mais posto em evidência, desnudado, com o incessante ir e vir dessa infeliz gente, entregue ao apanhamento d'água em ponto tão distante. Exterminemos, sim, esses hediondos acampamentos, que dão tão baixo aspecto às nossas melhores montanhas, mas não será com tão contraproducente panacéa que havemos de debellar o mal, e sim construindo cidades verdadeiramente proletárias, em pontos apropriados, sem o luxo das villas sumptuosas, com casas de sobrado.

Este incomodo também pode ser presenciado na Figura 20, que traz uma crítica muito semelhante a de Leite Ribeiro. Ela começa com o relato das transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro e também traz o problema relacionado ao mesmo chafariz, popularmente conhecido como o Chafariz da Carioca. A charge ilustra desde o homem bem vestido que conta os relatos sobre o que tem ocorrido em meio ao progresso civilizador carioca; a folha de parreira que faz uma alusão ao texto bíblico de gênesis no qual Adão e Eva teriam escondido as suas vergonhas por baixo de folhas de parreira; e como seria essa população que circula pelo centro da cidade em busca de água. Em meio às ilustrações, de forma espaçada, é possível encontrar o seguinte texto:

Não ha carioca extremado capaz de negar a remodelação yankee do Rio de Janeiro.

Todos aquellos que habitam a nossa encantadora capital alludem em gestos de ufanía a civilização, á fidalga dama até então desconhecida de todos nós, e que, numa apotheose de luz, atravessa os nossos costumes. Entretanto, a discreta folha de parra, que occultava os nossos defeitos, foi arrebatada antes de tempo! o Rio ainda conserva espectaculos pouco edificantes, que, a cada passo, se desenrolam deante de nós.

A quem compete, Snr. dr. Calmon, acabar com a scena irritante da romaria quotidiana de miseraveis que, em busca do precioso liquido, descem o morro de Santo Antonio em que direcção ao chafariz da Carioca?...

Compõe-se de esta precissão piccaresca de pretos curvados ao peso de latas de kerozene, pendentés de um pedaço de pão; de crenças que, reunindo todas as forças de seus musculos, levam para casa aquillo que não se nega a um moribundo.

E é mais uma preta decotada... Uma negrinha beijuda... Um moleque peralta. Enfim, um rosario de calamidades, que podia perfeitamente deixar de se existir, si houvesse na civilisada capital de hoje esta simples coisa: AGUA! (O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 27 jul 1907. Em pleno progresso. p. 30. J. Carlos)

Assim, como a vergonha da sociedade carioca, como a barbárie em meio a civilização, mais do que se pensar sobre uma melhora da qualidade de vida dessa população, as críticas e os projetos de melhoria estavam muito mais relacionados a extinção da imagem da circulação dessas pessoas pelas regiões centrais da cidade.

As chuvas e os alagamentos na cidade do Rio de Janeiro também não eram novidades. Uma cidade marcada por tantas áreas pantanosas e com uma concentração de rios em alguns pontos da cidade, quando chovia, muitas vezes via-se imersa em grandes piscinões. Contudo, essa temática relacionada a questão dos morros da cidade aparecem apenas em 1922, com 4 charges. No qual, 2 foram assinadas por Raul Pederneiras e 2 estão sem assinatura.

Três quartos delas estão relacionadas com o fim do verão, já que estão presentes nas duas semanas anteriores ao fim da estação. Período no qual o estado costuma enfrentar fortes chuvas. Mas diferentemente do que apenas uma crítica por mais um ano em que por causa da ausência de uma estrutura para evitar os alagamentos, elas questionam as obras de melhoria que foram realizadas no morro de Santo Antônio. Elas indicam que por conta destas obras a cidade passou a ser assolada por enormes quantidades de barro que desce do morro a cada chuva. E de forma interessante apontam que o problema não são

os problemas que os moradores do morro vivem, as dificuldades que passam, mas os problemas que quem mora próximo ao morro passa.

Na Figura 36 o problema da chuva aparece de forma ironizada e fala sobre um arrasamento gradual do morro. Nela São Pedro estaria a colaborar com planos futuros da prefeitura (fato que veio a ocorrer entre o fim da década de 1950 e o início da década de 1960). Uma solução para o problema, segundo a Figura 37, seria “circumvalação dos morros”, e não uma melhora na infraestrutura deles. Essa charge apresenta uma opinião existente, em que a melhor solução, para muitos, seria remover aquela paisagem que tanto incomodava e trazia grandes vergonhas ao processo de desenvolvimento civilizador.

Deste modo, é importante ressaltar que, ainda que não tenham sido esgotadas todas as possibilidades de se trabalhar as temáticas relacionadas a estas charges, é possível perceber a importância de cada uma para compreender um pouco mais das possibilidades da pesquisa. Ainda que esteja em um aspecto mais quantitativo.

CAPÍTULO III - Que tal, os da favela?

Ao longo dos dois anos a pesquisa passou por diversas fases distintas. Houve o momento de pensar sobre o que seria feito, depois sobre como seria feito, o de planejar as atividades e o momento de fazer. Cada uma dessas etapas colaboraram para a construção dos resultados que se obteve até o presente momento. E mesmo com as hipóteses iniciais e os projetos, no decorrer do tempo a pesquisa passou a ganhar as suas formas próprias. A documentação passou a apontar situações e momentos que nem sempre eram tão ressaltados dentro da historiografia ou dentro da maioria dos trabalhos produzidos até a presente data. Dentre esses apontamentos está presente o ano de 1907.

Ao realizar a análise das edições entre os anos de 1902 e 1906, devido à escassez de fontes encontradas, surgiu o questionamento se realmente deveria continuar. Contudo, ao chegar no ano de 1907 as charges começaram a aparecer e ficaram cada vez mais numerosas. No levantamento inicial elas corresponderam ao total de 12 charges e no final chegou ao total de 14 charges. E após passar pela análise desse ano os questionamentos se a pesquisa deveria ser estendida por um período tão longo pairou novamente, já que os números voltavam a baixar. Porém, como no levantamento inicial já havia sido encontrado material presente até no ano de 1928, optou-se pela continuação da pesquisa até o fim da Primeira República. Mas o quê havia acontecido em 1907 para ter o maior índice anual encontrado em toda a pesquisa?

Segundo Rômulo Mattos (2007), no dia 19 de março de 1907 saiu a notícia no jornal *Correio da Manhã* de que algumas figuras públicas, como Oswaldo Cruz, o prefeito Mendes de Moraes e o chefe de polícia, reuniram-se e deram um prazo de vinte dias para que todos os moradores da Favella abandonassem as suas casas. Porém, essa notícia não teria sido considerada como verdadeira e relevante por esses moradores. E apesar da notícia ter trago que a ordem de despejo partia da Delegacia de Higiene, o relato trata a problemática do morro muito mais por uma óptica de segurança do que por uma questão de saúde pública até esse momento.

Mattos diz que por essa determinação não ter sido considerada como verídica pela população, no dia 01 de junho de 1907, o jornal *Gazeta de Notícias* veio a reforçar que o prazo já havia sido vencido e que Oswaldo Cruz havia determinado que os moradores da Favella só teriam mais dez dias para cumprir o que havia sido determinado anteriormente. Assim executariam um projeto de saneamento do morro, ou seja, destruiriam todas as construções que lá existisse. O que gerou um grande espanto em boa parte da cidade, já que a primeira notícia havia sido tratada por quase todos como falsa e/ou como algo que não iria ser realizado. A partir dessa notícia, até mesmo a imprensa passou a reagir com grande surpresa ao prazo de dez dias e demonstrou uma insatisfação em relação ao curto prazo, embora concordasse com as medidas.

No dia 11 de junho de 1907, um dia após o fim do segundo prazo estipulado, a imprensa anuncia que após algumas reuniões havia sido concedido mais quarenta dias. Porém, assim como o primeiro prazo que havia sido dado, o terceiro passou a ser tratado como algo que provavelmente não iria acontecer. Mas que seria uma resposta do governo para apontar que as decisões cabiam a ele e, portanto, a última palavra também. Segundo Rômulo Mattos (2007), a hipótese mais provável para que ao termino de cada um desses prazos nenhuma medida determinada tenha sido colocada em prática foi a forte repercussão negativa promovida.

Em meio a todas essas questões de 1907, *O Malho* também representa esses acontecimentos. O que levou a compreensão de que o grande índice de charges nesse ano estava ligado diretamente a tentativa de remoção do Morro da Favella. Entre as três primeiras charges de 1907 (que não fazem parte desse período da tentativa de remoção) a questão da habitação aparece como uma crítica ao tipo de construções que existiam nos morros. Mas a última delas (Figura 9), publicada dez dias antes do primeiro prazo estipulado por Oswaldo Cruz, a questão da remoção no Morro da Providência é comentada em um diálogo entre um casal:

- Sabes d'uma cousa, mulher? Os jornaes fallar contra estas casinholas de caixas de kerozene e zinco... D'aqui a pouco temos por cá a Prefeitura e a policia... Vamos tratar de mudar os tróços...

- Para onde?! Para os palácios da Prefeitura e do Cattete? Pois si nem para gente rica há casas que cheguem!... Não seja mollenga: vá dizer aos jornaes e ao *seu* Aguiar que nos deixam em paz, já que, a respeito de casas, nos deixaram ás moscas...

(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 09 mar 1907. No Morro da Providencia. p. 33)

Essa charge aponta que mesmo com a questão da crise habitacional presente na cidade do Rio de Janeiro (como visto anteriormente), já pairava algo pela a cidade sobre uma possível remoção. Ainda que presente como uma lembrança de algo que havia ocorrido a tão pouco em várias locais da cidade durante as obras de Pereira Passos. Mas será que realmente era só isso?¹⁵ O medo expresso na charge por parte desses moradores representados aparece como uma possível realidade, ainda que essa, inicialmente, havia sido ignorada.

Mesmo sem ter dado tanta credibilidade ao prazo, a edição de *O Malho* do dia 6 de abril de 1907 traz duas charges referentes aos morros da cidade, mas a segunda fala especificamente sobre o morro da Favella. Na Figura 10, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Souza Aguiar, aparece na capa da edição em um morro da cidade que é representado como o passado do Rio que deve ser evitado. Em um diálogo com um famoso personagem das charges da revista, o Zé Povo, é colocado que o Rio de Janeiro terá as características de um morro caso alguns acordos políticos não sejam realizados. E no fim da última fala da charge o Zé Povo avisa ao prefeito sobre a Porcopolis. Ela já existia, e alguns não só sentiriam falta, como já viveriam nela.

Do contrario... o Rio de Janeiro voltará ás delicias da antiga Porcopolis: cisco, ratos, cães, gallinhas e porcos pelas ruas, sem contar o tradicional ilhéu com a vaquinha do leite aguado... Não falta quem tenha saudade disso...

(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 06 abr 1907. Um aviso do Zé. Capa)

Na Figura 11 o assunto sobre o despejo dos moradores da Favella aparece como uma hipótese sutil. Dentro do diálogo entre dois homens e uma criança sobre a falta de conhecimento do prefeito Souza Aguiar em relação as condições de vida dos moradores do morro. E na última fala, a da criança, vem de forma discreta o perigo de o local receber uma atenção maior do prefeito, a remoção: "E' mesmo pai! O homem era capaz de arrasar tudo e depois botar a gente morando... na Correccão!". Mas é possível notar que essa charge, produzida dentro do primeiro prazo dado por Oswaldo Cruz não é colocado como um perigo eminente.

Já na edição do dia 4 de maio de 1907 (Figura 12), a decisão de Oswaldo Cruz já é mencionada de forma mais clara dentro de um diálogo entre um homem e uma mulher. Contudo, dar-se a entender que não há a pretensão de realizar o que havia sido determinado. Ela vem acompanhada da crítica que o governo dava as ordens de despejo e não dava uma perspectiva de novo local para essas pessoas se dirigirem, que o prazo era inviável, já que em vinte dias e que também estava a esbanjar o dinheiro público com algumas obras que não seriam necessárias.

¹⁵ Até o presente momento não é possível afirmar que já havia sido divulgado algo por parte de Oswaldo Cruz ou de outra figura pública nessa data. Mas a charge levantou essa hipótese, já que dez dias depois saiu a declaração de Oswaldo Cruz justamente sobre uma remoção dos moradores da Providência.

- De onde não se espera d'aí é que vem: foi o chefe de polícia que pediu o prazo para a nossa mudança do morro da Favela; e a *Higiênica* deu vinte dias... Vá à fava, ela! Pois então vinte dias é tempo que chegue p'ra gente encontra casa?! Só si fô p'ra nois nos mudá p'ras obras do palácio da mitra, que o governo comprô pru oitocentos e tantos conto!...

(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 04 mai 1907. Que taes os da Favella. p. 32)

Até que em meio a essa improbabilidade de despejo chega o dia 1º de junho e o anúncio dos dez dias. O anúncio é feito em um domingo, e a primeira edição de junho d'*O Malho* havia saído um dia antes. Mas na edição seguinte, sete dias depois, aparece em suas páginas uma das charges mais conhecidas do período, a Figura 13 - Uma limpeza indispensável. A famosa charge de Oswaldo Cruz a pentear o Morro da Favella. Ela representa o auge do cenário de instabilidade e protestos daquele momento. Expressa o apoio que boa parte da imprensa dava a ação do Estado de remover aqueles moradores. E por ser semanal, tornou-se a única expressão da revista relacionada a este momento. Nela, podemos observar Oswaldo Cruz a limpar o Morro da Favella, que é representada pela cabeça de um policial. Seus moradores são apresentados como parasitas sujos que incomodam o policiamento. Além disso, é demonstrado que os outros morros da região central também aspiravam passar pelo mesmo processo de higienização. Também é possível notar que o trem está a realizar o percurso da Central do Brasil para o subúrbio. O que seria um indicativo de um novo rumo para essas pessoas.

Oswaldo Cruz: -Apre!... Com que parasitas se coçava a policia!... Qual? Nestas alturas só mesmo a gente da hygiene...

Morro da Favella: -Ora, graças, que me livro desta praga! Dê-lhe p'ra baixo, mestre Oswaldo!

Morro do Livramento: -Chi!!... Que rodada! Mas... onde botar tanta gente e tanto cisco?...

Morro do Vallongo: - Provisoriamente, no meio da rua... Depois, na sucursal da Sapucaia: atrás da Camara dos Deputados...

(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 08 jun 1907)

A edição seguinte, do dia 15 de junho de 1907, já traz o acordo de prorrogação do prazo. E nessa edição já é abordado o novo prazo de 40 dias, como pode ser visto na Figura 14: “O drs Lopes Trovão e Monteiro Lopes foram pedir ao presidente da Republica um prazo de 40 dias para a evacuação do morro da Favella.”. A charge aborda uma das reuniões que aconteceram no Catete para tentar resolver a questão da remoção, deixando muito claro um temor gerado por existir um novo risco de a população realizar um protesto caso houvesse uma remoção em dez dias. E fica estabelecido o terceiro prazo. O problema é exposto no diálogo, apesar de ter mencionado uma revolta que havia ocorrido durante o Segundo Reinado, a Revolta do Vintém. Como Lopes Trovão havia participado ativamente dos protestos desta Revolta, o chargista o associou a este momento um pouco mais longínquo da história. Porém, tinha uma revolta mais recente que perturbou o governo, a Revolta da Vacina. O fantasma da Revolta da Vacina, que havia sido em um pouco mais de dois anos antes, aparece como um dos fatores que fez com que o governo repensasse a decisão de Oswaldo Cruz.

Penna: - Oh!!... os senhores por aqui?!... A que devo essa honra?

Monteiro Lopes: - Falla você, Trovão! Sua voz é mais clara e deve ser mais escutada...

Lopes Trovão; - Sabeis por que vimos aqui, cidadão?! As cousas lá pelo morro da Favella andam pretas, segundo me esclarece o cidadão Monteiro...

Penna: - Temos, então, nova revolta do Vintem?...

trovão: - Mais cara, cidadão! Alli ha gente a tres por dous, e si V. Ex. não manda conceder um prazo de 40 dias, eu não dê 40 passos si tudo aquillo não vem por alli abaixo fazer a scena do Alli-Babá!...

Penna: - Que scena?

Monteiro Lopes: - A da carnificina, com musica de pancadaria.

(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 15 jun 1907. No Cattete. p. 7)

E dentro do novo prazo, *O Malho* continua a acompanhar o debate. Na edição seguinte, do dia 22 de junho de 1907, saem duas charges referentes ao problema da remoção. Na primeira (Figura 15) é uma charge que representa o prefeito Souza Aguiar, ou melhor, que tenta representar os pensamentos e preocupações mais profundas que inquietam o prefeito naquele momento. E lá, entre as principais preocupações, está o morro da Favella e os seus moradores. Os seus moradores em trajas que indicam a pobreza e a miséria, e que ainda permaneciam “por cima e por baixo” do morro. A charge demonstra que o prefeito estava em uma situação de aflição devido aos moradores da Favella. Que estavam em mais de um ponto dos seus pensamentos. E ao somar o espaço do morro com o dos seus moradores, tornava-se o problema de maior expressão.

Córte transversal da cabeça do Sr. prefeito.

Neste momento solemne, S. Ex. é todo emprestimo de dez milhões, bonds, força electrica, theatro bendegó municipal, com o morro e a gente da Favella por cima e por baixo.

O Sr. general Aguiar tem a cabeça cheia de muito mais cousas, mas só estas lhe dão que pensar... tres annos e tanto...

Christo soffreu mais e a culpa não foi nossa...

(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 22 jun 1907. Engenharia humana. p. 28)

Já na segunda charge desta edição existe um homem a tocar sanfona e a cantar. E o canto deste homem representa um apelo para não ocorrer a remoção. E, juntamente com o apelo, um incentivo para que a população proteste no Catete caso de realmente ocorrer uma remoção.

Tomára que não despejem
A gente la da Favella,
Gente pobre, miserável,
Não ha outra como ella!

Todavia, si porém,
Fôr avante o torniquete,
Aconselho aos da Favella
Que se mudem pr'o Cattete!...

(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 22 jun 1907. Cantata na Cidade Nova. p. 38)

Com o novo prazo estipulado os dias começam a passar e acontece um silêncio na revista *O Malho*. Não aparecem mais charges referentes à remoção por três semanas consecutivas. Até que na edição do dia 13 de julho de 1907 três charges que abordam em diferentes medidas questões sobre o morro da Favella. Contudo, apenas a segunda charge, de forma não muito clara, comenta sobre a saída dos moradores de suas habitações, dando a entender que neste período de prorrogação do prazo para mais 40 dias o assunto havia sido encerrado e deixado de lado. Como algo que de modo informal já havia sido cancelado e por

isso não necessitava ser remexido. A II Conferência de Paz de Haia ganhou um espaço com um maior destaque¹⁶, só que de uma forma adaptada as questões do Rio.

Na primeira charge desta edição a figura de Lopes Trovão reaparece durante um discurso realizado em uma conferência republicana. Inicialmente, ao começar a observar o discurso sobre o que seria a República ele fala sobre ser o governo do povo, porém que o povo não tem acesso a esse governo e não consegue controlar nem os seus próprios recursos financeiros. E por isso as pessoas pagam tantos impostos e a população sofre com a crise habitacional. Até esse momento poderia se pensar “o que a Figura 17 tem a ver com a pesquisa?”. E nesse momento em que a Favella aparece como o oposto a República, como o oposto a ordem que deveria ser estabelecida. Ao invés de ser um paraíso de descanso, a República brasileira seria um caos sem paz.

Lopes Trovão: <<A Republica - o que ella é e o que deve ser>> -Sabeis por que, cidadãos, escolhi este thema para a 1ª conferencia?
Porque a Republica é o governo do povo, pelo povo e para o povo! Ora, o povo nem siquer, tem governado a sua algibeira... O fisco sequestra-lh'a! Em compensação, não lhe dá vida barata, nem casas para morar... De maneira que a Republica devia ser um seio de Abrahão e não o que é: - uma... Favella!...
(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 13 jul 1907)

A segunda (Figura 18) indica uma questão de saída dos moradores do morro da Favella, mas não como algo que fosse acontecer devido às determinações da Delegacia de Higiene, mas como iria acontecer por aqueles trabalhadores não aguentarem mais viver naquele ambiente. E juntamente com a ideia de trabalhadores não gostarem de viver no morro, também é realizada uma crítica as políticas públicas por não ter sido construídas casas suficientes para os operários.

Ella: - Mas, afiná, quando nos mudemos d'este mardito logá?
Elle: - Já te disse, mulher! Qundo lá em baixo estiverem promptas as casas para operarios!
Ella: - Mas quando será isso?
Elle: - Ah! isso agora fia mas fino... Vou pedir ao guarda-livros do patrão que me faça a conta: plos dedos e de cabeça não se chega lá das pernas...
(O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 13 jul 1907. No Morro da Favella. p. 19)

A terceira charge (Figura 19) complementa as duas primeiras, pois fala das conferências e do desastre que seria aquele ambiente. O caos que não é um local que trabalhadores gostariam de ficar é representado por uma figura que seria a tipificação do morro e dos seus moradores, o senhor “Segismundo Carrapatoso”. Um homem pobre, com roupas remedadas e uma aparência de ausência de higiene pessoal. De forma mais irônica, nessa confêrencia com tipificações cariocas, ele seria o responsável por falar sobre a higiene existente na Favella. Assim, o símbolo da higiene é representado pela ausência dela. E mais uma vez a menção ao despejo fica completamente fora dos traços e dos textos.

As semanas passam, o prazo chega ao fim, o silêncio persiste e o assunto desaparece dos noticiários. *O Malho* produz apenas mais uma charge (Figura 20) no ano de 1907, só que ela também não trata de nada sobre a remoção, ainda que tenha sido publicada a poucos dias após o fim do prazo. As questões abordadas já tratam sobre o incomodo de ter uma população pobre a circular pelo centro do Rio para buscar água. Tema que havia sido abordado na primeira

¹⁶ As charges também apontam uma possibilidade de que neste período ocorreram conferências na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, não foram localizadas essas conferências e a própria edição da revista *O Malho* desta edição só mencionou a Segunda Conferência de Paz.

charge do ano de 1907. O que pareceu que havia sido reiniciado para aquele ponto e recomeçado sem o tumulto e os transtornos que surgiram desde o segundo prazo dado pelo Dr. Oswaldo Cruz.

O ano de 1907 se tornou um marco para o morro da Favella e os demais morros da cidade do Rio de Janeiro. A partir dessas ordens que partiram da Delegacia de Higiene os morros deixaram de ser apenas um caso de segurança, mas foram oficializados como um risco de saúde pública. As políticas higienistas declaravam que eram espaços inadequados, porém, o saneamento que pretenderam realizar teve que permanecer apenas no papel.

3.1 Cenas cariocas

Ao longo desse período pesquisado, percebe-se que há uma expansão do número de moradores nos morros da cidade do Rio de Janeiro. Que as características do morro da Providência tornam-se quase o perfil do estereótipo que é levado para todos os outros morros da cidade. Inclusive, o próprio nome “Favella”, que era dado para este morro, passa a se tornar um substantivo com “f” minúsculo associado a todos os outros morros com condições habitacionais semelhantes a ele a partir da década de 1920. Essa substantivação ganhou tanto espaço que ficou generalizada, normalizada e ganhou lugar de forma internacional. Contudo, o objetivo aqui não é tentar refazer o caminho e compreender como foi produzido esse processo de substantivação da palavra, mas olhar através das charges da revista *O Malho* como esse espaço e os seus moradores aparece nos traços.

Os cenários que surgem nas charges através da perspectiva dos chargistas possuem duas características marcantes. A primeira está relacionada com a questão da visão relacionada a segurança e a política higienista. A segunda questão está relacionada com as características rurais associadas aos morros. Que, ainda que vista como uma “Porcopolis”, normalmente traz a questão do mundo rural em pleno progresso da cidade do Rio de Janeiro. Porém, seja qual for a representações que apareça, os estereótipos das habitações são semelhantes nas duas construções do imaginário sobre os morros. Entre os pontos de semelhança está a falta de água, que também não era um problema só dos morros, mas de quase toda a cidade.

A charge Figura 26 - “Instantaneo a lapis” é a que possui quase que um resumo de todas as outras charges referentes à questão de insegurança e insalubridade. Nela, o chargista Max Yantok conseguiu recolher as principais informações que estavam a gerar um imaginário negativo e cheio de estereótipos que marcariam os morros por décadas a fio. São os vários casebres amontoados, feitos de caixas, madeiras podres e cobertos com zinco. Locais precários, que não possuíam nem esgoto e nem água potável. Feitas em terrenos irregulares e que ocupariam os principais morros do centro da cidade. Esse ambiente gerava um tipo de morador dentro, como o representado na Figura 13, o morro é classificado como um lugar que abriga os parasitas.

Esse era o local propício para acobertar bandidos, vadios e promíscuos, como representado na Figura 22. Um local que, apesar de também ter trabalhadores, gerava transtornos diários para a polícia e um sentimento de insegurança para os “homens de bem”. Em um trecho da Figura 29 - “Na favella” existe um diálogo que apresenta essa ideia: “V. Ex. por esse bairro!... Não tem medo que o assaltem? Que o despojem de todas as riquezas que consigo traz?!...”. Assim, atribuía os crimes cometidos na região aos moradores do morro. Como dito na Figura 31, um local de “facínoras”. Contudo, quase sempre esses facínoras e vadios são representados por pessoas negras. Ainda que nem sempre ocorra uma pintura do personagem para indicar a cor da pele, os traços expressos nas características físicas (como o formato dos lábios e do nariz) indicam que aquela figura se trata de uma pessoa negra.

Ao percorrer a pesquisa é possível localizar vários exemplos de associação das pessoas negras com aspectos pejorativos. A abordagem policial, representada na B - Ilustrações

Figura 2, feita a um homem negro que se autodeclara como um malandro que não gosta de trabalho. Na Figura 10 vemos duas pessoas negras ao fundo sem realizarem nenhum tipo de atividade, um homem negro encostado na parede a fumar o seu cachimbo e uma mulher sentada na entrada de uma casa a pensar na vida. Essa ociosidade não é vista como um estado contemplativo de produção de reflexões, mas como algo que também poderia os associar a questão da vadiagem e na malandragem. Malandros que também aparecem representados, na Figura 43, por negros que temem que Marinetti seja um policial. Na Figura 49 também são os negros que aparecem como responsáveis por realizarem passeatas de protesto que perturbaram Washington Luiz e Prado Junior. Na Figura 50 o “bam-bam-bam”, ou seja, o responsável por algumas ações ilícitas, também é representado por um homem negro. E mais uma vez, na Figura 20, o que se percebe é que o grande problema na verdade é a circulação de negros pobres pelo centro da cidade.

A quem compete, Snr. dr. Calmon, acabar com a scena irritante da romaria quotidiana de miseraveis [...] Compõe-se esta procissão piccaresca de pretos curvados ao peso da lata de kerozene [...] E é mais uma preta decotada... Uma negrinha beijuda... Um moleque peralta. Emfim, um rosario de calamidades, que podia perfeitamente deixar de se exhibir [...].
(O Malho. Ano XXVI. Rio de Janeiro. 30 jul 1927.)

A abolição da escravidão havia acontecido poucos anos antes, mas ao olhar para algumas charges como essas mencionadas anteriormente, parece que alguns feitores ainda estavam a buscar os seus escravos nos morros para puni-los nas cadeias. Porque ainda que existissem nesses morros moradores de outros países e de outros estados que não eram negros, quando se olha para as charges que colocam os piores problemas de segurança e salubridade, que coloca os morros como abrigo de malfeitores, vadios, malandros e promíscuos, são os negros que aparecem. Essas pessoas muitas vezes passam a ser marcadas por estigmas que as coloca em uma situação de oposição ao ideal de cidadão de bem que deveria ser seguido. Eram pessoas que beiravam a barbárie e que poderiam até se alegrar quando um crime fosse cometido, como pode ser visto na Figura 26.

A questão central é a do flagrante racismo da imprensa brasileira. Marcelo Badaró Mattos pesquisou os dados de entrada na Casa de Detenção, em 1907, e descobriu que, entre os 3967 presos acusados por contravenções, 2077 eram negros. Em 1909, foram processados 1336 negros entre os 2409 denunciados por infrações. Se de acordo com estes números os negros representavam pouco mais da metade dos acusados, o confronto com os dados da população do período mostra que a população de cor era o principal alvo da repressão policial. (Mattos: 2004: 66)

Esse racismo relacionado aos negros juntamente com aos estereótipos dos morros colaboram com a formação um imaginário sobre como seriam as favelas e sobre qual seria o perfil dos que nela estivessem a morar.

Outra face que as vezes era apresentada sobre os morros era a de um mundo rural. Um local que remetia ao campo e a vida no interior, ainda que estivesse no centro do Distrito Federal. Na Figura 10 vemos um cenário com a criação de animais, como porcos e galinhas, com casas que lembram muito mais as casinhas dos trabalhadores dos campos do que as costumeiras representações dos casebres dos morros. E é possível perceber que mesmo as casas que ficam mais acima seguem o mesmo padrão de habitação com os telhadinhos coloniais. Na Figura 40 também vemos esse cenário rural com vários animais e ao fundo a construção de alguns prédios, como em um contraste. Nessa charge algo de interessante surge, porque as obras de infraestrutura nos morros da Favella e do Pinto aparecem como algo que negaria a tradição

rural daquele local. E expressa a ruralidade como algo que deveria permanecer. Na Figura 41 existe um cenário rural que entra em contraste com o Pão de Açúcar no fundo.

Essa ruralidade também pode ser associada a uma questão da simplicidade da vida. Na Figura 42 vemos um homem negro e pobre sentado a porta de uma casa em um momento que Marinetti chega com a sua comitiva para conhecer o morro da Favella. E, apesar de não falar italiano, trata Marinetti com educação. Esse cenário rural, que possui até bois, volta a aparecer na Figura 50, contudo o morador dessa charge já é associado ao crime e a malandragem. Um típico malandro, devido a vestimenta que usava: calça listrada, chapéu, sapato bicolor e de bico fino e uma camiseta. Na Figura 54 aparece um personagem muito familiar ao personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato. Inclusive, o nome dado ao personagem é “Jéca”. Que sentado a enrolar o seu cigarro de papel faz uma crítica ao sistema eleitoral brasileiro, já que afirma que ao contrário da Argentina, que precisou de 1.400.000 eleitores para eleger um presidente, aqui no Brasil apenas um eleitor conseguia eleger um presidente. E demonstra que até mesmo um humilde “Jéca” sem instruções conhecia as fraudes eleitorais brasileiras.

Ao olhar para cada charge relacionada com a questão rural é possível notar que há uma diferença entre as produzidas antes e depois da década de 1920. Antes dessa década o mundo rural tem a ver com a “Porcopolis”, um local de vergonha que os ratos circulam livremente. Já dessa década em diante é visto muitas vezes a partir da ótica modernista que busca valorizar as características nacionais. E dentro dessas características tanto o homem rural quando as favelas passam a ser algo brasileiro.

Tem algo que persiste por todas as charges que aparecem os moradores dos morros, a pobreza. Com suas roupas muitas vezes precárias e com os seus pés descalços, as mulheres muitas vezes com lenços nas cabeças e os personagens em alguns momentos aparecem que estão despenteados. Indicam essa precariedade social e apontam mais uma vez que essa população não possuía hábitos adequados por aqueles exigidos para as pessoas que circulassem pelo centro da cidade vitrine do país.

Além das representações dos locais e dos seus moradores, as charges sobre os morros também trouxeram algumas figuras públicas para os seus traços. O primeiro a aparecer foi o general Souza Aguiar, que na ocasião era o prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Ele aparece por duas vezes no ano de 1907 (Figura 10, Figura 15) devido a todas as questões tratadas anteriormente sobre esse ano. Ele como o prefeito precisava dar respostas sobre a remoção que a Delegacia de Higiene pretendia realizar. Pelo mesmo motivo o ano de 1907 traz mais uma figura importante, o Dr. Oswaldo Cruz. Ele que faz parte de uma das charges mais conhecida do universo de fontes utilizadas nessa pesquisa, uma vez que ficou marcado como o homem que quis sanear o morro da Favella e tirar as habitações e os parasitas que lá viviam, e caso conseguisse daria paz para o policiamento local.

Lopes Trovão, republicano que havia ficado conhecido por suas participações políticas, a mais delas expressiva na Revolta do Vintém, aparece ao lado de Monteiro Lopes – um intelectual e político assumidamente negro, que um pouco depois busca apoio entre os trabalhadores, principalmente entre os trabalhadores negros, para ter o seu mandato aceito. Juntos surgem para se reunir com Afonso Penna sobre o prazo de 10 dias que havia sido dado aos moradores da Favella. Afonso Penna que naquela circunstância era presidente do Brasil também foi procurado, já que os protestos poderiam vir a ocorrer em pleno Distrito Federal. Como pode ser visto na Figura 14. Lopes Trovão depois reaparece na Figura 17 em uma defesa ao que compreendia que deveria ser a República.

Na Figura 22, novamente aparecem o presidente Afonso Penna, o prefeito Souza Aguiar, o dr Oswaldo Cruz e o chefe de polícia do Distrito Federal¹⁷. Eles aparecem como a cúpula mais importante das decisões naquele momento, mas que na conseguia resolver um

¹⁷ Não foi possível localizar quem era o chefe de polícia representado na charge.

problema que a muito incomodava, a Favella. São representados como se estivessem petrificados, paralisados frente a este problema. E além disso, ainda são apresentados como os responsáveis pela a expansão do número de moradores nesta região. “Attitude dos responsáveis pelo *progresso* da Favella, a pustula nojenta em pleno coração do Rio de Janeiro, capital da União...”.

Na Figura 25 o prefeito Bento Ribeiro aparece na companhia do engenheiro Paulo de Frontin e do Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco. Eles ficam a sonar e a projetar obras para o Distrito Federal. Obras caras e grandiosas, que incluiriam reformas para alguns morros da cidade. Obras que *O Malho* considera que só iria sobrecarregar a população de impostos, por isso não eram bem vistas.

Na Figura 39, o presidente Epitácio Pessoa, juntamente com o Ministro de Guerra, Pandiá Calógeras, e o prefeito do Rio, Carlos Sampaio, aparecem em uma charge que demonstra um pouco sobre as obras que a capital passava para o evento do centenário da Independência do Brasil, período marcado pelo arrasamento do Morro do Castelo. Por isso, *O Malho* uma possível intenção do presidente e do ministro pensarem em mais um ou alguns arrasamentos de morros pela cidade durante as suas reformas urbanísticas¹⁸.

Uma das charges que mais concentra figuras públicas é a da Figura 47. Nela eles são associados a pontos conhecidos do estado e ironicamente são chamados de “as sete maravilhas do Rio”. O deputado federal de São Paulo, Julio Prestes, é associado ao Dedo de Deus. O senador de São Paulo, Arnolpho Azevedo, aparece como o Bico de Papagaio. O senador do Pará, Lauro Sodré, como a Vista Chinesa. O senador do Rio Grande do Norte, João Lyra Tavares, como o Pão de Açúcar. O vice-presidente, Melo Viana, como o Morro do Castelo. O senador do Distrito Federal, Irineu Machado, como o morro da Favela. E o engenheiro Paulo de Frontin como o Corcovado. A cada um deles é prestado um tipo de crítica, e a partir destas que a associação é realizada.

O prefeito do Distrito Federal, Prado Junior, aparece na Figura 48 para dar um posicionamento entre alguns conflitos que ocorriam na cidade. Todavia, é importante ressaltar que esse é o momento em que Mattos Pimenta lança a campanha contra as favelas e Alfred Agache está na cidade do Rio de Janeiro a realizar o seu parecer. A Figura 49, na qual Prado Junior aparece acompanhado do presidente Washington Luís, já é posterior as declarações de Agache¹⁹ sobre as favelas. Ela indica que não houve uma boa reação da população frente a estas declarações e as intenções do prefeito de realizar possíveis remoções. Os dois chegam a comentar sobre uma passeata realizada, mas Washington Luís declara: “Não quero saber mais della, não quero saber mais della”.

Na charge intitulada “Nunca mais!”, Washington Luís e Prado Júnior exprimiam-se corporalmente de modo a lembrar a atuação de atores de uma peça musical – em uma referência à revista teatral *Não quero saber mais dela* –, tendo ao fundo a paisagem da Favela. Os habitantes, detentores de um sorriso que sugeria idiotia, eram resumidos pela imagem de negros de lábios proeminentes e sem pescoço. [...] Notemos que o autor da caricatura teve o cuidado de maquiagem sua mensagem, dizendo que as manifestações estavam acontecendo lá no alto do morro. A postura dos políticos seria favorável à demolição da Favela, mesmo porque seria uma forma de se livrarem de vez da agitação de tal população. Lembremos o título do desenho: “Nunca mais!”. Seja como for, novamente houvera resistência por parte dos “favelenses”,

¹⁸ Outra figura que aparece relacionada as reformas urbanística é Marinetti. Contudo, optou-se por não colocá-lo aqui já que será abordado neste mesmo capítulo, um pouco mais a frente.

¹⁹ Apesar de Agache ser muito importante para a História urbana da cidade do Rio de Janeiro no período pesquisado, ele não apareceu em nenhuma charge da pesquisa. Por isso não há muitas coisas sobre a passagem dele pela cidade nesse trabalho.

apesar de algumas reportagens afirmarem que eles teriam concordado com as intenções do prefeito, em nome do progresso e da civilização. (Mattos : 2004 : p. 177 – 178)

Em um período que o Conselho Municipal recebeu varias críticas da imprensa por ser acusado de só se preocupar com causas que gerassem benefícios para os seus representantes e que o presidente estava sendo omissivo a aquela situação, o presidente Washington Luís volta a aparecer na Figura 50. Nela, até o malandro do morro da Favella não quer se envolver com as atividades do Conselho Municipal.

Seja as descrições de como era os dos morros, os seus moradores ou até mesmo as figuras públicas que passaram pelas charges, todas elas colaboraram para a aproximação da perspectiva dos chargistas da revista *O Malho* daquele período. Eles nos ajudam a identificar o local de fala dessa produção, ainda que esse seja polifônico.

3.1.1 O Futurismo na Zona Braba

É possível observar dentro do movimento modernista uma participação na construção de um imaginário sobre quais seriam as características desses morros da cidade do Rio de Janeiro. Ainda que ele venha a surgir na década de 1920, tenta formular um pouco sobre como seriam esses aspectos em períodos anteriores. Segundo Monica Velloso (2000), dentro do movimento havia a proposta da criação das características nacionais e a criação da própria nação. Assim, as favelas não ficariam de fora, apareceriam nas pinturas, nas músicas, crônicas etc. Uma das pinturas que apresentam essa inserção está no quadro de Tarsila do Amaral, chamado “Morro da Favella”, como pode ser observado abaixo. Ele foi feito como presente para o poeta Blaise Cendrars que ao visitar a cidade do Rio de Janeiro ficou maravilhado pela cultura negra local.

Figura 1 - Morro da Favella



Tarsila do Amaral. Morro da Favella. 1922. Óleo sobre tela. 64 x 74cm.

É possível notar a ruralidade presente juntamente com um toque de sertão. Essa associação com o sertão que perpetuava desde Euclides da Cunha continuou a ser retomada neste momento. Ela é tratada quase como um marco inicial da construção do significado de

favela. Contudo, já é possível perceber uma diferenciação na estrutura habitacional que estava presente muitas vezes dentro das charges que vimos até o momento referentes as duas décadas anteriores. E até anteriormente, para muitos os morros eram a vergonha nacional, dentro do movimento modernista ocorre uma transição de vergonha para um dos símbolos nacionais. Então, ainda que não fosse para toda a sociedade brasileira, é possível afirmar uma mudança. Porém, o que estava a proporcionar essas mudanças?

Primeiro, uma possível diminuição nos casos de “desordem” ocorridos na localidade, em virtude da referida dupla estratégia adotada pela polícia. Segundo, as mudanças culturais ocorridas nesse decênio. [...] O fim da Primeira Guerra Mundial, que fez desmoronar muitas ilusões e fantasias, trouxe em seu bojo a derrocada do liberalismo, obrigando cada país a investir em suas próprias potencialidades: era o tempo dos nacionalismos. A idéia de progresso indefinido da Europa como centro do mundo desmoronou, fazendo com que a América despontasse como um continente jovem e promissor. Passava-se a acreditar no futuro do Novo Mundo e do Brasil. Voltando-se para o seu próprio país, uma preocupação tornava-se unânime entre os intelectuais: criar a nação. (MATTOS: 2004: 122 – 123)

E na busca do que seria genuinamente nacional para formular o que seria essa nação a favela passa a ser considerado como algo originalmente brasileiro. Contudo, é necessário apontar que as questões pejorativas não são extinguidas definitivamente. Nem todos concordam com todas as propostas pelos modernistas. Além disso, mesmo em alguns trabalhos modernista, segundo Mattos (2004), é possível notar que atributos pejorativos às vezes estão presentes entre obras modernistas, ainda que com sutileza. Um segundo ponto, segundo Mattos (2004), é que a arquitetura e o tipo de construções existentes nos morros transitam da vergonha para a originalidade. Algo tão próprio e característico dos morros cariocas que não deveria ser deixado de fora como algo tipicamente brasileiro.

Segundo André Gardel (1996), em contrapartida as questões pejorativas, outro aspecto da formulação modernista que também foi associado aos morros foi a alegria. Alegria essa que não era impedida de existir em um cenário de miséria e de dificuldades. E esse foi um aspecto que levou um ponto muito positivo para os morros. Assim, também se tornava um local de exemplo para os mais abastados, que por mais que possuíssem nem sempre conseguiam manter um estado de alegria. Essa alegria estava também diretamente associada à questão do samba, como pode ser observado na Figura 55 - O prestígio do samba. Nela, Di Cavalcanti traz personagens que representam o prestígio do samba no Morro da Mangueira. Nessa matéria é possível notar a transição falada aqui. Se antes o Morro da Mangueira era reconhecido por ser um abrigo para malandros e foragido, agora era um local de produção de músicas tocadas nos principais salões cariocas. E com um detalhe, um dos principais instrumentos utilizados era o violão, que outrora, assim como os moradores dos morros, eram símbolo de vadiagem.

Era o violão garantindo seu espaço na “cidade dos pianos”, após uma *Belle Époque* em que aqueles que o ostentavam pelas ruas eram repreendidos. Na década de 1920, o instrumento podia ser considerado “a alma harmoniosa do Brasil”, uma vez que ‘Membros da academia de letras, militares, juristas, escritores, funcionários, homens e mulheres, todos aqui, se não tocam, adoram o violão’ (Mattos: 2004: 129).

É iniciado o processo do samba como um símbolo nacional, algo que para os modernistas não poderia ficar de fora da construção da nação, por ser um condutor de momentos de alegria para os que pouco possuía. Além dos morros e dos principais salões cariocas, segundo a Figura 55, nesse momento o samba também passa a fazer parte de alguns salões europeus e

uma das canções até ganha uma versão francesa. Assim, com todas as suas peculiaridades valorizadas, os morros cariocas, em especial o Morro da Favella, passaram a despertar a curiosidade de estrangeiros que chegavam a capital. E estes chegavam a ir além das crônicas sobre tais locais e iam pessoalmente ver de perto como eram estes locais e as suas populações.

Admirado e querido pela classe letrada, o monte passava a ser o *locus* de observação da “cultura popular”, que não se ressentia da influência africana. Por isso mesmo, a Favela passou a receber a presença de intelectuais e artistas de destaque no cenário mundial. Marinetti, Morand, Tagore, Agache e Le Corbusier foram os mais conhecidos. O primeiro visitante internacional de fama foi o poeta Blaise Cendrars (Mattos: 2004: 130).

Essas visitas feitas por estrangeiros aos morros iam além de simples observações, eles eram convidados a participarem do samba e de conhecerem um pouco mais da alimentação local. Esses morros possuíam um relevante número de moradores que tinham suas origens africanas. E nesse momento algumas raízes desse grupo também passam a ser algo como tipicamente brasileiro, como foi na culinária o caso da feijoada. Durante essas visitas, essa culinária brasileira, de raízes africanas, não podia ficar de fora. É possível encontrar entre eles diversos relatos sobre as experiências que viveram ao traçarem esses percursos. E através desses relatos é possível notar como os morros e as suas populações foram traçados pelo olhar de cada um desses visitantes. Mesmo com a opiniões da lepra estética, a ideia de uma arquitetura original e única levava o reconhecimento dos morros como algo nacional e como parte da cultura brasileira.

Dentre esses visitantes que passaram pelos morros houve um que apareceu por três vezes na pesquisa: Fillipo Marinetti. Como um representante do Futurismo, ele traz a ideia de se desfazer do passado e ir rumo ao futuro. Ao chegar ao Brasil, em 1926, foi muito bem recebido e visto como o que indicaria a solução para alguns antigos problemas nacionais. Figura 43 ele aparecem imponente sobre os telhados da Favella e como a ameaça que os malandros deveriam temer.

O futurismo era contra o academicismo, o estilo colonial, a gramática e o regionalismo. Adaptado ao caso brasileiro, a essência do modernismo estaria no senso do real, capaz de destruir tudo o que impedia o “conhecimento e a eficiência da realidade brasileira”. [...] Se o Futurismo em sua fase inicial fora ácido e corrosivo – colocando o homem diante do autêntico e condenando o trivial –, depois de 1920, o seu caráter vanguardista decresceu até tornar-se, curiosamente, conservador (Mattos: 2004: 141).

Segundo Mattos (2004), Marinetti demonstrou, ao chegar no Rio de Janeiro, um grande interesse por conhecer um pouco mais sobre os afrodescendentes e sobre como eles colaboravam com a cultura brasileira. E através de sua trajetória pelo Distrito Federal foi verificado pelos jornais, que o acompanharam de perto, uma valorização do negro. Ele visitou o Morro da Favella, e a sua visita ficou registrada nas charges de *O Malho*. Na Figura 42 pode ser observada essa chegada dele na Favella. De modo irônico, o artista colocou um debate interessante na charge, que indicava que os moradores do local não compreendiam muito bem os motivos da visita que acontecia. E por não compreender o idioma italiano, apenas dá licença para o reformador passar.

MARINETTI – Io sono il maggiore riformatore de questa “bagunça” artistica e literaria. Capisce, signor Marcolini?

MARCOLINI – O cachorro não morde, não “sinhô”. Póde “passá”...

Outra curiosidade desta charge é que além de Marinetti e de Marcolini, também existe a representação da vasta comitiva que acompanhava os passos de Marinetti pela cidade. As informações desses trajetos eram noticiadas com frequência nos jornais por todo o tempo em que Marinetti esteve na cidade. Esse contato de Marinetti com a Favella, segundo Mattos (2004), o permitiu enxergar um pouco do Brasil naquele local e a consolidar os primeiros traços da Favella como um símbolo nacional. Ele procurou por suas visitas do que consistia o caráter nacional. E na contrariedade, os bairros portuários, conhecidos por sua população negra e a sua cultura, foram ressaltados como os que possuíam as principais características dessa nação em construção.

Os bairros considerados como a *cara* da cidade pertenciam todos à região portuária, que ganhava notabilidade pelos “malandros” e “pobres”. A valorização desses lugares portadores de uma “alma turbulenta” significava a aceitação de uma dimensão associada à “desordem” na identidade carioca. Era o Rio “pitoresco” que não podia ser escondido no adiantado processo de criação de um novo paradigma para a cultura urbana carioca. Esse Rio “sincero” – palavra de grande apelo em uma época de procura das raízes nacionais – ganhava força no desenrolar da década da invenção daquilo que até hoje é chamado de carioca (Mattos: 2004: 142).

Outro componente que estava a ser pensado como uma característica nacional era o carnaval. As festas que aconteciam nesse período, ainda que também existisse em outros cantos do planeta, tinha um toque diferencial no Brasil. Contudo, Marinetti não ficou no Rio de Janeiro tempo suficiente para presenciar a festa. Segundo Mattos (2004), a imprensa chegou a associar o carnaval com a Favella, e que como Marinetti não viu o primeiro mas viu a segunda, foi basicamente como ver a mesma coisa devido a tal semelhança.

A idealização da Favela começava a se manifestar. Seus animais eram mais dóceis dos que os do resto da cidade, uma vez que não ladravam nem mordiam. Surpreendentemente, os habitantes do monte igualar-se-iam aos cachorros em termos de docilidade. [...] Além de resumir sua população aos negros – em mais uma percepção de um local dominado pela presença de tal raça –, continuava-se o trabalho de reversão da imagem de perigo. As casas agora eram locais de esconderijo de pessoas envergonhadas e não mais de contraventores. A simplicidade dessas gentes era sugerida pela “casaca que lhes falta”: a carência de vestes adequadas à ocasião teria sido o motivo maior para ninguém ter saído ao encontro de Marinetti (Mattos: 2004: 147).

Essa visão sobre a docilidade presente na Favella fazia oposição ao pensamento de um local que servia de abrigo para contraventores e malandros. Pensamento este que era oposto a quase tudo que havia sido publicado nas inúmeras notícias da imprensa das últimas duas décadas. Esse olhar de Marinetti foi divulgado pela imprensa, e se tornou algo oposto aos primeiros traços apontados pela revista ilustrada *O Malho* assim que Marinetti chegou ao país. Mas esse olhar nem foi notificado aos moradores dos morros e também não foi aceito por parte da sociedade. Alguns grupos começaram um movimento contrário ao que o modernismo estava a trabalhar. E alguns meses mais tarde Mattos Pimenta iniciou a sua campanha contra as favelas.

3.1.2 Na ponta do traço

Em seus primeiros momentos, a charge necessitava de um suporte dos textos e das narrativas para os seus traços. Com o passar dos anos, com o desenvolvimento das técnicas, essa pratica caiu em desuso e as palavras foram gradativamente perdendo o seu espaço. Essa

prática inicial pode ser observada nas charges encontradas no período da Primeira República. Por isso, algo que costuma chamar a atenção ao se deparar com algumas charges da pesquisa é que algumas delas possuem pequenos comentários na parte superior dos traços, como algo semelhante a notas explicativas. Outras estão inseridas ao longo de algumas matérias e promovem quase que uma função dupla, a de ter o traço com as questões do chargista e a de ser quase que uma ilustração da matéria. Dentro do período da pesquisa as charges ainda estão no processo de consolidação dentro das revisas ilustradas brasileiras. Elas possuem um humor distinto do que hoje aparece nas charges atuais e as vezes também eram alocadas e pensadas como algo que fazia parte da notícia em si. Por isso em alguns casos existem notas explicativas do contexto que estavam inseridas e em outros casos o contexto aparece ao redor de seus traços em forma de matéria.

Em alguns deles é possível observar que estão associados com matérias que haviam sido publicadas nos jornais. Por isso, ao terminar o tópico, normalmente vem escrito “Dos jornaes”. Na Figura 14 aparece o primeiro caso: “O drs Lopes Trovão e Monteiro Lopes foram pedir ao presidente da Republica um praso de 40 dias para a evacuação do morro da Favella. (Dos jornaes)” Figura 14 - No Cattete. Ela, que está inserida nesse contexto de possibilidade de remoção, esclarece ao leitor, antes mesmo de qualquer coisa, qual foi o objetivo da visita realizada ao presidente. E não é em qualquer tempo, é uma visita política em um período de possível crise. Já na Figura 22 também ocorre um momento de contestação ao governo, só que de caráter condenatório por a remoção não ter sido concretizada: “O morro da Favella, além de ser um foco de immundicie, é um antro pavoroso, onde habita gente perigosa em promiscuidade com familias que só têm o defeito de ser pobres e que vivem constantemente sob a ameaça dos bandidos. (Dos jornaes)”.

Elas também serviam para noticiar grandes projetos que não haviam sido tão bem divulgados. Como foi o caso da Figura 27: “Está em projecto um elevador que, partindo do morro da Providencia, faça escalas pelo morro da Urca e vá ter ao Pão de Assucar. (Dos jornaes)”. Ou para expressar algo que todos já sabiam, mas que às vezes os governantes evitavam se pronunciar sobre, como por exemplo: “Ainda é preciso fazer muito para que o Rio de Janeiro seja, realmente, uma cidade modelar, na altura dos elogios que os estrangeiros lhe fazem. (Figura 30 – “Dos jornaes”), “Na Academia de Medicina, devido á divergência sobre o tratamento da syphilis, houve scenas de pugilato e até renuncia do presidente (Figura 46 – “Dos jornaes”).

Em alguns momentos é possível perceber que não necessariamente aquela informação está diretamente ligada a alguma notícia que circula entre as principais, mas que existe a possibilidade de uma não compreensão ou de uma compreensão equivocada da charge. Um exemplo bem claro sobre isso é na clássica imagem de Oswaldo Cruz a pentear o Morro da Favella. Não era qualquer ação sanitária dentro da cidade. Era um planejamento consistente de completa remoção da população. “A Hygiene vai limpar o Morro da Favella, do lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias.” (Figura 13). Ou como na Figura 19, em que apenas colocar os personagens com as suas distintas características fugiria um pouco do sentido. Ainda que a charge não tenha um compromisso com a razão, há uma preocupação da compreensão durante a transmissão da mensagem.

E o sport ou a coqueluche da moda. Não há ninguém que não queira fazer uma conferencia, litteraria, artística ou philosophica. Dentro em pouco haverá mais conferencistas no Rio de Janeiro e no Brazil, do que coronéis na guarda nacional... Querem uma prova? Um dos nossos reporters artísticos conseguiu apanhar a physiolostría de oito novos conferencistas que, successivamente, e certamente com sucesso, estreiarão na tribuna publica. São os seguintes (O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 13 jul 1907. A febre das conferencias. p. 20)

Ou como pode ser observado na Figura 33: Apenas colocar dois pés a chutarem uma casa no Morro da Babilônia, para quem não soubesse de tudo o que houve, não faria muito sentido ou abriria múltiplas possibilidades de compreensão do ocorrido. Mas quando a nota é lida, as informações aparecem de forma muito mais clara.

Um dia d'estes, a Justiça, a requerimento da Companhia de Construções Civis, despejou violentamente trinta e tantas famílias que residiam em seus casebres no Morro da Babylonia. Essas famílias ficaram longas horas expostas ao mau tempo, pois chovia torrencialmente, quando foi commettido esse acto de deshumanidade.

(O Malho. Ano XVI. Rio de Janeiro. 26 mai 1917. Justiça para os miseráveis. p. 43)

Como não faria sentido apenas olhar aqueles sete políticos relacionados a algum ponto turístico do estado do Rio de Janeiro, o que compreenderíamos ao olhar a imagem? Será que os pontos turísticos se tornariam sede de novos departamentos do governo? Mas quando se vê “[...] Irineu, symbolo do eleitor que arrebatava as urnas, dá os tiros e puxa as navalhas: - Morro da Favella. [...]” (Figura 47), sabe-se exatamente do que se trata. Em caso de visitas marcantes para algum ponto da cidade de alguém não tão conhecido, também foi necessário ser informado. Quando Marinetti chega ao Rio o seu rosto foi noticiado em quase todos os jornais. Mas não era uma figura tão comum e que produzisse grande familiaridade. Por isso, às vezes além do seu nome ser colocado no diálogo, também poderia vir a aparecer na nota: “Marinetti visitou o morro da Favella.” (Figura 42). Ou poderia sair em nota qual o objetivo dessa visita, que não era a passeio, a cidade: “O ‘bam-bam-bam’ que vae enfrentar a Favella” (Figura 45).

Como vimos ao longo do presente trabalho, o Rio de Janeiro passou por muitas transformações e obras ao longo da Primeira República. Mas sejam elas com maior ou menor destaque, era necessário apontar sobre qual era a obra da vez que estava a se falar. Por isso, também eram normais notinhas com esse tipo de orientação: “Com as obras de embelezamento do morro de Santo Antonio, qualquer chuva produz enxurrada de barro, que transforma as ruas circumvizinhas em tremendos lamaçoes, impedindo qualquer transito (Figura 35 – “Dos jornaes”); “Proseguem os trabalhos da incorporação de reservas para a grande parada de 7 de Setembro próximo” (Figura 39); “O prefeito quer embelezar os morros do Pinto e Favella, fornecendo-lhes bondes, luz, esgotos, etc.” (Figura 40).

Com o passar do tempo essa característica textual presente nas charges, que hora a transformava quase como em uma HQ, foi gradualmente abandonada. Hoje temos um tipo de charge que recorre ao uso mínimo de palavras, com a utilização apenas de expressões e/ou palavras-chave. Nesse período, algumas palavras-chave ou expressões também começavam a ser pensadas para reduzir os diálogos. Tanto que os diálogos e as notas que aparecem tendem a ser menores do que os que encontramos no período do Império. E, muitas vezes com gírias locais, conseguem expressar em uma única palavra um significado um pouco maior do que o que ali foi dito.

No anexo B - Ilustrações

Figura 2, durante um diálogo entre um morador da Favella e um policial o morado diz que durante a Revolta da Vacina não saiu da sua “toca”. Ele não ficou simplesmente na sua residência esperar os conflitos passarem. Ele, por ser alguém ligado a vadiagem, tinha um esconderijo que o ajudava a se esconder e se proteger. Algo que era mais do que ter uma residência. Nesta mesma charge, os conflitos relacionados à Revolta da Vacina são chamados de “turumbamba”. Porque ao invés de ser mensurado o tamanho dos conflitos, a palavra era capaz de suprimir os dias de caos e conflitos vividos na cidade. Assim como também ocorre na Figura 46, que ao invés de se relatar as brigas e os conflitos que ocorreram, todas as ações são

resumidas a “cenar de pugilato”. Outro cenário que também é representado por apenas uma palavra é o presente na Figura 10, chamado de “Porcopolis”. Que representava uma cidade suja, sem saneamento e com vários tipos de animais pela rua (entre eles, os ratos).

Essas palavras, além de expressarem algo ou algum lugar, também foram utilizadas para apresentar possíveis características dos personagens que eram representados. Podemos observar isso na Figura 3, quando os moradores da Favella são chamados de “tratantes”, ou seja, pessoas que não possuem palavra, que prometem e não cumprem. Também quando os moradores da Favella são chamados de “ciscos”, na Figura 13. Não é dito apenas que são parasitas, mas também que eles são a sujeira que ocupa aquela região central da cidade. Na Figura 43 um dos moradores da Favella foi chamado de “Gaforinha”. O que o liga diretamente às suas características físicas, só que de modo pejorativo. Porque o gaforinha era a pessoa negra que tinha como característica um cabelo crespo, sujo e mal penteado. Outra palavra atribuída a pessoas aparece em duas charges distintas e com dois significados diferentes. Essa variação vai depender de qual local social cada um desses dois personagens está associado. Porque quando a palavra “bam-bam-bam” aparece relacionada a um negro, morador da Favella e com roupas características de um malandro (Figura 50) a palavra ganha um cunho pejorativo que significa alguém envolvido com atividades ilícitas. Porém, quando a mesma palavra aparece relacionada a Marinetti (Figura 45), um homem branco, europeu, que traria ideias de modernização para a cidade, ser um “bam-bam-bam” ganha o sentido de ser o maioral que irá transformar de trazer ordem.

Além de palavras, algumas expressões também foram utilizadas para dar alguns sentidos à conversa e expressarem questões maiores. Na Figura 5, durante um diálogo entre uma família que estava a sofrer com um despejo, é utilizada a seguinte expressão “tratam-se os ricos nas palminhas da mão e os pobres aos ponta-pés”. Ou seja, em plena crise habitacional não se há uma preocupação em relação para onde os pobres iriam habitar. Por outro lado, existe todo o tratamento mais atencioso para os grupos mais abastados da sociedade. Então os ricos estavam recebendo um bom tratamento, e os pobres estavam sendo escorraçados do centro da cidade. Por esse motivo, na Figura 4 e na Figura 10, as pessoas se sentem “no mato sem cachorro”. Porque dentro desse cenário de desigualdades eles não sabem a quem recorrer. E por isso também se sentem como “galinha em jacá” (

Figura 6). Jacá era um cesto artesanal utilizado no transporte de coisas. Era pendurado em um animal ou ficava no chão, ao canto, para guardar algo. Um espaço estreito que poderiam ser colocadas algumas galinhas para levarem para outro local. E essas pessoas se sentiam assim nas estalagens ou nas habitações improvisadas, em locais desconfortáveis e cheio de pessoas à sua volta.

Todos esses elementos compunham o cenário criado para ser pensado quem seriam esses moradores dos morros e que tipo de local era esse que surgia na cidade. Assim, cada charge e cada autor, com as suas características e pensamentos colaboraram com a construção dessas figuras, que aos poucos ganham características generalizadas e criam as bases para os estereótipos futuros sobre o que eram as favelas e os favelados.

CONCLUSÃO

Como foi visto no “CAPÍTULO III - Que tal, os da favela?”, essas primeiras características empregada pela sociedade carioca, em relação a quem seriam os moradores dos morros e como seria o cotidiano desses morros, na maior parte do tempo foram de cunho pejorativo e de críticas sobre a permissividade do Estado por tolerar aquela situação nas regiões mais importantes da cidade. Mesmo quando houve uma relativa defesa em prol dos moradores do Morro da Providência no ano de 1907, em relação a remoção destes desse local, não foi de oposição a ação, mas em oposição ao curto prazo estipulado. Foi tomado como algo que realmente deveria ter sido realizado, só que de uma forma mais humanizada. Já que não existia um projeto de realocação imediata de todas aquelas pessoas.

Outra defesa que aparece não é exatamente uma defesa, quando se trata da questão da água. O que fica claro é que não se tem uma preocupação com o abastecimento de água para os moradores dos morros. Mas existe uma insatisfação em relação a circulação desses moradores pela cidade em busca de água. E, mesmo quando é iniciado o movimento do modernismo, em que os morros, suas construções e os seus moradores são tomados como algo tipicamente nacional e que deve ser valorizado, não existe um apoio total dentro da sociedade. Na mesma década, começam as campanhas de Mattos Pimenta em prol da desocupação dos morros. Nessas charges, muitas vezes, encontramos as origens dos estereótipos construídos ao longo de décadas.

Como visto no “CAPÍTULO II - O Rio por fora e por dentro”, houve a tentativa de contemplar as principais temáticas encontradas dentro das fontes. Mas uma classificação dificilmente consegue contemplar todas as possibilidades, por isso foi necessário fazer escolhas. E, a partir dessas classificações, tentou-se pensar um pouco o que foi relevante para os chargistas em relação aos morros nesses períodos tão conturbados vividos no Distrito Federal. E além das temáticas desse capítulo, o que pode ser observado que outro assunto que mais chamou a atenção da redação de *O Malho* foi o ano de 1907. Assim, houve uma tentativa de aproximação tanto dos autores quanto do objeto. Ainda que exista a compreensão que não eram os moradores dos morros que falavam sobre si mesmo, mas pessoas que os observavam de fora a partir das suas lentes próprias. Através da crítica do humor, ultrapassaram a ideia de serem apenas desenhos e promoveram debates relevantes.

Uma questão que foi compreendida como relevante é que dentro dessas charges não foi encontrado apenas a opinião em relação ao local e aos que lá viviam. Foi encontrada uma série de figuras públicas que de algum modo estavam a pensar como proceder em relação a um dos mais novos problemas nacional daquele período.

Durante uma aula de metodologia do mestrado foi dito que ao analisarmos um processo não podemos esquecer que muitas coisas não acontecem por etapas, mas são eventos simultâneos que podem ter uma ligação direta ou não. E ao longo do mestrado foi possível realizar uma análise empírica sobre isso. O Brasil passou por efervescências políticas e crise econômica. A UFRRJ viveu vários momentos de lutas, perdas e conquistas. A pesquisa e a vida pessoal da pesquisadora também passaram por momentos de altos e baixos. E todos esses debates, problemas e soluções aconteciam muitas vezes de forma simultânea. E é nesse conjunto que o trabalho também foi produzido. Como tudo produzido pela humanidade, é fruto do seu tempo e do seu espaço.

Pensar em todo o trabalho que foi feito até a presente data é ter a sensação de que o trabalho não está a ganhar um ponto final, mas um ponto parágrafo. Foi um trabalho denso de pesquisa, com a análise de 1415 edições de um periódico. Trabalho no qual demandou quase todo o tempo da produção. Essa longa dedicação a parte prática em alguns momentos reduziu um pouco a dedicação a parte teórica do trabalho. Por isso, considero que uma etapa da pesquisa está sendo encerrada neste momento, mas que é necessário virem outras para que o objeto

amadureça mais e traga novas possibilidades. Mas infelizmente, os prazos estipulados sempre chegam ao fim. E parece que o prazo de dois anos chega ao fim em uma velocidade que traz a sensação de terem sido apenas poucos meses. Outra questão importante, que trago desta etapa, com um bom otimismo, é que por mais que já tenha sido analisado um número significativo de fontes, ainda não foi esgotado todo o potencial e ainda há muito para ser feito.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro, 1870-1930. **Espaços & Debates**, Ano 7, n. 21, 1987.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 2, p. 47 – 58, abr. 1986.

_____. **Evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: INPLARIO, 1997.

AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. **Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000.

ELIAS, N. Sugestões para uma teoria dos processos civilizadores. In: **O processo civilizador 2: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FALCON, Francisco. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 15, n. 30, 1995.

GARCIA, Graciela B.. História Regional e as escalas sobre o espaço: uma tentativa de desnaturalizar o evidente. In: Martins, Mônica; Sohiet, Elena. (Org.). *Encontros entre Economia e História*. 1ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011, p. 43-60.

GARDEL, André *O encontro entre Bandeira e Sinhô*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1996.

GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-RIO, 2013.

LUSTOSA, Isabel. Humor e política na Primeira República. In: **Revista USP: Dossiê 100 Anos de República**, nº 3, p. 53 – 64, set – non/1989.

MATTOS, Romulo Costa. **A “aldeia do mal”**: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República. 2004. 270 p. Dissertação mestrado em História - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MATTOS, Rômulo Costa. **Pelos Pobres! Campanhas pela construção de habitações populares e discursos sobre as favelas na Primeira República**. 2008. 275 f. (Doutorado em História) Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RODRIGUES, ANTONIO EDMILSON Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. v. 28 n. 1 (jan/jun 2015). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Livia F. P. **O povo no imaginário dos letrados: as representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho (1904-1908)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed., 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. (p. 251 – 390)

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930**. Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015. (recurso digital). p. 23-52.

VALLADARES, Licia. A Gênese da favela carioca A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n.44, p. 5-34, 2000.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (org.) **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. IUPERJ/Rio Fundo Editora, p. 81-112, 1991.

VAZ, Lílian Fessler. "Do cortiço à favela, um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro". In: SAMPAIO, M.R.A. (ed.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUIUSP Fabesp, 1988, p.39-52.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Que cara tem o Brasil?: culturas e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ANEXOS

A - Tabela resumida da pesquisa²⁰

Revista	Ano	Edição	Data	Nº de arquivos encontrados	Ano	Local	Data de acesso	Arquivo(s) encontrado(s) [notação]	Temática	Observação	Autor
O Malho	1904	Edição 0116	12/03/1904	1	III	Rio de Janeiro	9/1/17	O Malho_AnoIII_Rio de Janeiro_03dez1904_Circumstancia agravane_p.27	Polícia e segurança		Alfredo Cândido
O Malho	1905	Edição 0146	01/07/1905	1	IV	Rio de Janeiro	20/02/2017	O Malho_AnoIV_Rio de Janeiro_01jul1905_No Morro da Favella_p39.jpg	Polícia e segurança		Angelo Agostini
O Malho	1905	Edição 0150	29/07/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_AnoIV_Rio de Janeiro_29jul1905_Discussão do Problema_p22	Habitação, Epidemia e Saúde		Angelo Agostini
O Malho	1905	Edição 0155	02/09/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_AnoIV_Rio de Janeiro_02set1905_Descendo o Castello_p20	Habitação, Reformas urbanas		Angelo Agostini
O Malho	1905	Edição 0169	09/12/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_AnoIV_Rio de Janeiro	Habitação		Sem Assinatura

²⁰ Só foram utilizadas as linhas da tabela que continham as edições que continham alguma charge utilizada pela pesquisa.

								Janeiro_09dez1905_Tal Qual!_p06		
O Malho	1907	Edição 0227	19/01/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_19jan1907_p21	A falta de água	J. R. Lobão
O Malho	1907	Edição 0230	09/02/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_09fev1907_Medico e doente_p24	Epidemia e Saúde, precariedade, habitação	Sem Assinatura
O Malho	1907	Edição 0234	09/03/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_09mar1907_No Morro da Providencia_p33	Habitação, Reformas urbanas	A1
O Malho	1907	Edição 0238	06/04/1907	2	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_06abr1907_Capa; O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_06abr1907_No Morro da Favella_p.32	1)Precariedade; 2) Precariedade, Habitação, falta de água, reforma urbana	J. R. Lobão, A2
O Malho	1907	Edição 0242	04/05/1907	1	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_04mai1907_Quetes os da Favella_p32	Habitação, polícia e segurança, epidemia e saúde	Jayme *Esse caricaturista assinou algumas charges mas ninguém sabe qual é a sua verdadeira identidade*
O Malho	1907	Edição 0247	08/06/1907	1	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_08jun1907_Uma limpeza indispensavel_p20	Habitação, Reformas urbanas, precariedade, epidemia e	Alfredo Storni

									saúde, policia e segurança	
O Malho	1907	Edição 0248	15/06/1907	1	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_15jun1907_No Cattete_p7	Reforma urbana, policia e segurança	A1
O Malho	1907	Edição 0249	22/06/1907	2	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_22jun1907_Engenharia humana_p28; O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_22jun1907_Cantata na Cidade Nova_p38	1) Reforma urbana; 2) Reforma urbana	Augusto Rocha, A2
O Malho	1907	Edição 0252	13/07/1907	3	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_13jul1907_As conferencias do centro republicano radical_p9; O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_13jul1907_No Morro da Favella_p19; O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_13jul1907_A febre das conferencias_p20	1)Precariedade; 2) Precariedade, Habitação; 3) Precariedade, Epiemia e saúde	A1, A2, Alfredo Storni
O Malho	1907	Edição 0254	27/07/1907	1	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_AnoVI_Rio de Janeiro_27jul1907_Em pleno progresso_p30	Reforma urbana, falta de água, precariedade	J. Carlos
O Malho	1909	Edição 0330	09/01/1909	2	VIII	Rio de Janeiro	10/11/2017	O Malho_AnoVIII_Rio de Janeiro_09jan1909_Sal	1) Habitação, precariedade; 2) Epidemia e	Alfredo Storni, Augusto Rocha

								ada de raridades indigenas..._p35; O Malho_AnoVIII_Rio de Janeiro_09jan1909_Os frades de pedra_p47	saúde, habitação, precariedade, policia e segurança	
O Malho	1909	Edição 0377	04/12/1909	1	VIII	Rio de Janeiro	21/11/2017	O Malho_AnoVIII_Rio de Janeiro_04dez1909_Re vertere ad locum tuum_p46	Precariedade, polícia e segurança	A3
O Malho	1910	Edição 0431	17/12/1910	1	IX	Rio de Janeiro	06/12/2017	O Malho_AnoIX_Rio de Janeiro_17dez1910_Ma is uma..._p18	Polícia e segurança	Leônidas Freire (Léo)
O Malho	1911	Edição 0478	11/11/1911	1	X	Rio de Janeiro	06/12/2017	O Malho_AnoX_Rio de Janeiro_11nov1911_M ania das grandezas_p23	Reforma urbana	Alfredo Storni
O Malho	1912	Edição 0501	20/04/1912	1	XI	Rio de Janeiro	06/12/2017	O Malho_AnoXI_Rio de Janeiro_20abr1912_Ins tantaneo a lapis_p43	Habitção, precariedade, policia e segurança, falta de água, epidemia e saúde	Max Yantok
O Malho	1912	Edição 0508	08/06/1912	1	XI	Rio de Janeiro	06/12/2017	O Malho_AnoXI_Rio de Janeiro_08jun1912_Ex plorando La natureza..._p29	Reforma urbana	Max Yantok
O Malho	1913	Edição 0568	02/08/1913	1	XII	Rio de Janeiro	12/12/2017	O Malho_AnoXII_Rio de Janeiro_02ago1913_O crime de Paula Mattos_p46	Polícia e segurança	Max Yantok

O Malho	1914	Edição 0598	28/02/1914	1	XIII	Rio de Janeiro	09/12/2017	O Malho_AnoXIII_Rio de Janeiro_28fev1914_Na Favella_p14	Polícia e segurança	A4
O Malho	1914	Edição 0605	18/04/1914	1	XIII	Rio de Janeiro	11/12/2017	O Malho_AnoXIII_Rio de Janeiro_18abr1914_O Rio por fóra e por dentro_p33	Reforma urbana, habitação, precariedade, falta de água	Aryosto
O Malho	1915	Edição 0660	08/05/1915	1	XIV	Rio de Janeiro	02/01/2018	O Malho_AnoXIV_Rio de Janeiro_08mai1915_Posto policial 8º Districto_p23	Habitação, precariedade, polícia e segurança	Sem Assinatura
O Malho	1917	Edição 0752	10/02/1917	1	XVI	Rio de Janeiro	07/12/2017	O Malho_AnoXVI_Rio de Janeiro_10fev1917_Os sabios e os ignorantes encontro de opiniões_p16	Falta de água	Calixto Cordeiro (K.LIXTO)
O Malho	1917	Edição 0767	26/05/1917	1	XVI	Rio de Janeiro	07/12/2017	O Malho_AnoXVI_Rio de Janeiro_26mai1917_Juстиça para os miseraveis_p43	Habitação, precariedade, reforma urbana	A5
O Malho	1920	Edição 0929	03/07/1920	1	XIX	Rio de Janeiro	09/12/2017	O Malho_AnoXIX_Rio de Janeiro_03JUL1920_Projecto 2634 para o centenario_p11	Reforma urbana	A capa não estava disponível. Alfredo Storni
O Malho	1922	Edição 1017	11/03/1922	1	XXI	Rio de Janeiro	12/12/2017	O Malho_AnoXXI_Rio de Janeiro_11mar1922_Pe oramento da cidade_p37	Reforma urbana, chuva	Raul Pederneiras

O Malho	1922	Edição 1018	18/03/1922	2	XXI	Rio de Janeiro	12/12/2017	O Malho_AnoXXI_Rio de Janeiro_18mar1922_A lama da cidade_p23; O Malho_AnoXXI_Rio de Janeiro_18mar1922_M odas_p38	1) Chuva; 2) Chuva	Sem Assinatura, Sem Assinatura
O Malho	1922	Edição 1025	06/05/1922	1	XXI	Rio de Janeiro	12/12/2017	O Malho_AnoXXI_Rio de Janeiro_06mai1922_De pois do enxurro_p35	Chuva	Raul Pederneiras
O Malho	1922	Edição 1039	12/08/1922	1	XXI	Rio de Janeiro	28/12/2017	O Malho_AnoXXI_Rio de Janeiro_12ago1922_On de o therighy place_p25	Reforma urbana	Sem Assinatura
O Malho	1924	Edição 1126	12/04/1924	1	XXIII	Rio de Janeiro	03/01/2018	O Malho_AnoXXIII_Rio de Janeiro_12abr1924_Tu do perdido!..._p39	Habitação, precariedade, reforma urbana	A6
O Malho	1925	Edição 1170	14/02/1925	1	XXIV	Rio de Janeiro	03/01/2018	O Malho_AnoXXIV_Rio de Janeiro_14fev1925_A nobreza da favella_p36	Habitação	A6
O Malho	1926	Edição 1237	29/05/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_AnoXXV_Rio de Janeiro_29mai1926_Fa vella_capa	Habitação, precariedade, reforma urbana	Capa J. Carlos
O Malho	1926	Edição 1238	05/06/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_AnoXXV_Rio de Janeiro_05jun1926_O	Habitação, precariedade, reforma urbana	A7

								futurismo na Zona Braba_p24		
O Malho	1926	Edição 1239	12/06/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_AnoXXV_Rio de Janeiro_12jun1926_O aumento dos subsidios_p29	Habitação, precariedade	A7
O Malho	1926	Edição 1254	25/09/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_AnoXXV_Rio de Janeiro_25set1926_Tem costas largas..._p62	Epidemia e saúde	A7
O Malho	1926	Edição 1265	11/12/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_AnoXXV_Rio de Janeiro_11dez1926_Contra os Bungalatas_p24	Habitação, precariedade, reforma urbana	J. Carlos
O Malho	1927	Edição 1273	05/02/1927	1	XXVI	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_AnoXXVI_Rio de Janeiro_05fev1927_As sete maravilhas do Rio de Janeiro_p.42e 43	Polícia e segurança	Sem Assinatura
O Malho	1927	Edição 1279	19/03/1927	1	XXVI	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_AnoXXVI_Rio de Janeiro_19mar1927_Os morros santos_p35	Reforma urbana	Andrés Guevara
O Malho	1927	Edição 1297	23/07/1927	1	XXVI	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_AnoXXVI_Rio de Janeiro_23jul1927_Nunca mais!_p27	Habitação, precariedade	J. Carlos

O Malho	1927	Edição 1298	30/07/1927	1	XXVI	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_AnoXXVI_Rio de Janeiro_30jul1927_A Favella insultada_p10	Habitação, precariedade, reforma urbana	Théo	
O Malho	1927	Edição 1300	13/08/1927	1	XXVI	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_AnoXXVI_Rio de Janeiro_13ago1927_A desinfecção do Rio_p11	Reforma urbana	Théo	
O Malho	1927	Edição 1313	12/11/1927	1	XXVI	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_AnoXXVI_Rio de Janeiro_12nov1927_Monumento ao senador desconhecido[no alto do Morro da Favela]_p.25	Reforma urbana	Recorte das “Notas Sociaes” de um dos jornaes do anno de ‘958: [...] Noutro jornal, havia uma interessante reportagem sobre o “Monumento ao Senador Desconhecido”, obra d’arte magnífica, mandada construir pelo governo no alto do Morro da Favella. Depois de escrever o monumento,	Sem Assinatura

protestando
contra o
insulto de que
fora vítima
por parte de
alguns cães
vagabundos
que regaram
o mármore
cívico do
monumento,
o jornalista
dava, em
enorme
letras garrafadas,
a notícia
sensacional
de que um
grande
egiptólogo,
depois de
profundas
pesquisas,
chegava a
conclusões
positivas em
torno dos
nomes dos
Senadores
Desconhecidos.
Pelo
menos,
alguns deles
se
chamavam:
Carlos

										Barbosa, Ferreira Chaves, Costa Rodrigues, Carneiro Leão, Teixeira de Mesquita, Rocha Lima, Pereira de Oliveira. No numero seguinte do jornal, vinha uma tremenda contestação de outro sábio eminente. Sustentava este e provava, com farta documentaçã o, que nunca houvera senadores com taes nomes. (pág. 25)
Max Yantok	1927	Edição 1315	26/11/1927	1	XXVI	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_AnoXXVI_Rio de Janeiro_26nov1927_Ci rco de variedades_p60	Habitação, precariedade	Max Yantok

O Malho	1928	Edição 1335	14/04/1928	1	XXVI I	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_AnoXXVII_Rio de Janeiro_14abr1928_Aperfeiçoamento_Capa	Habitação, precariedade	Andrés Guevara
O Malho	1928	Edição 1342	02/06/1928	1	XXVI I	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_AnoXXVII_Rio de Janeiro_02jun1928_Oprestigio do samba_p13	Polícia e segurança	Di cavalcanti

B - Ilustrações

Figura 2- Circunstancia agravante



O Malho. Ano III. Rio de Janeiro. 03dez1904. Alfredo Cândido.

Figura 3 – No Morro da Favela



O Malho. Ano IV. Rio de Janeiro. 01jul1905. Angelo Agostini.

Figura 4 - Discussão do Problema



O Malho. Ano IV. Rio de Janeiro. 29jul1905. Angelo Agostini.

Figura 5 - Descendo o Castelo



O Malho. Ano IV. Rio de Janeiro. 02 set 1905. Angelo Agostini.

Figura 6 - Tal qual!



O Malho. Ano IV. Rio de Janeiro. 09dez1905. Sem Assinatura.

Figura 7 - Scenas cariocas: na base dos morros



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 19 jan1907. J.R. Lobão

Figura 8 - Medico e doente



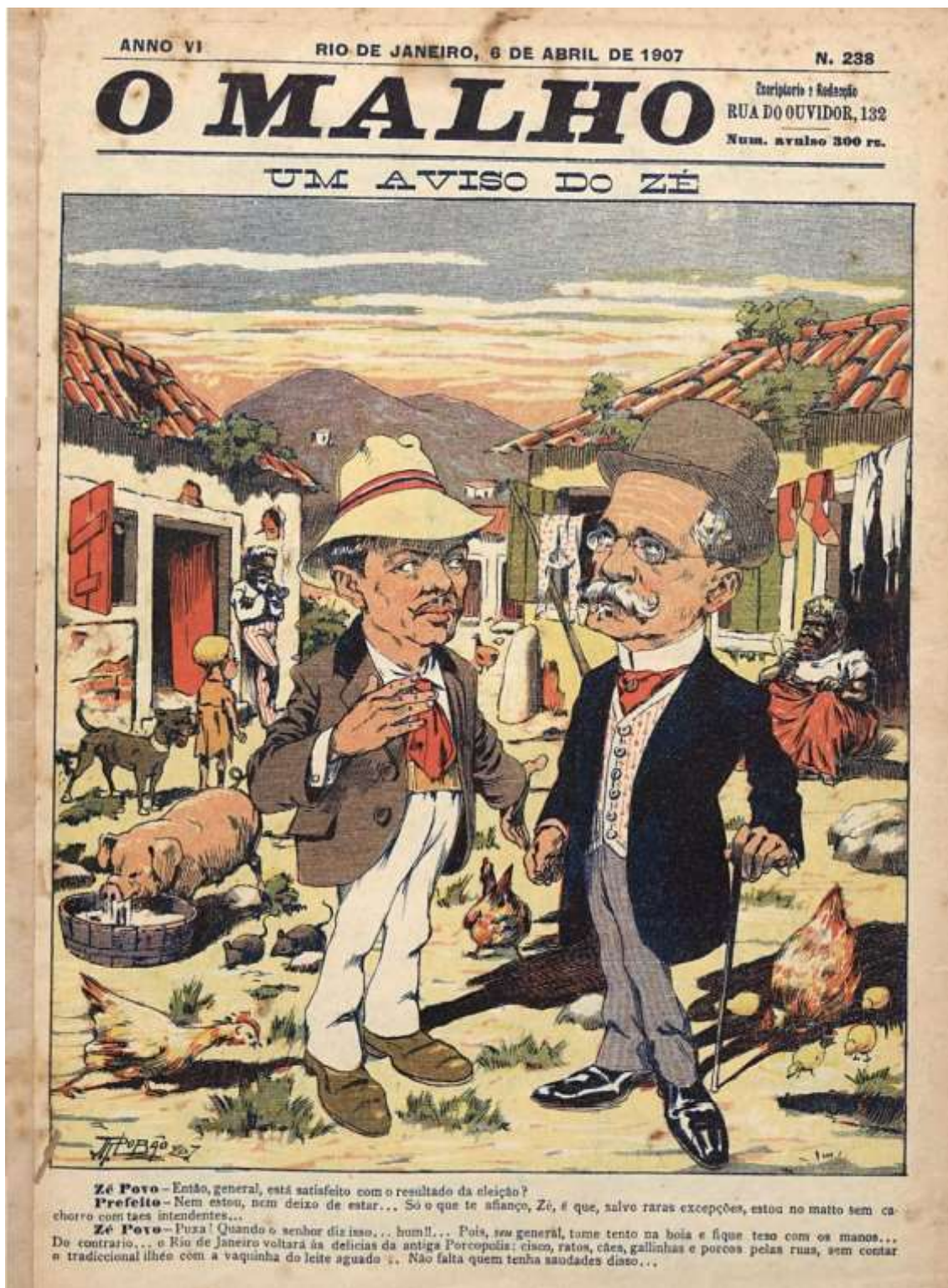
O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 09 fev 1907. Sem Assinatura.

Figura 9 - No morro da providencia



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 09 mar 1907. A1.

Figura 10 - Um aviso do Zé



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 06 abr 1907. J.R. Lobão.

Figura 11 - No morro da favella



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 06 abr 1907. .A2

Figura 12 - Que taes, os da favella?



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 04 mai 1907. Jayme.

Figura 13 - Uma limpeza indispensavel



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 08 jun 1907. Alfredo Storni.

Figura 14 - No Cattete



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 15 jun 1907. A1.

Figura 15 - Engenharia humana



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 22 jun 1907. Augusto Rocha.

Figura 16 - Cantata na cidade nova



Figura 17 - As conferencias do centro republicano radical



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 13 jul 1907. A1

Figura 18 - No morro da favella



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 13 jul 1907. A2.

Figura 19 - A febre das conferencias



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 13 jul 1907. Alfredo Storni

Figura 20 - Em pleno progresso



O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 27 jul 1907. J. Carlos.

Figura 21 - Salada de raridades indicenas...

SALADA DE RARIDADES INDIGENAS...

1) Eis aqui umas das preciosidades históricas da Capital; o chafariz secco do Largo do Paço... Por inutilidade já se confundiram com um micetário, mas a verdade é que este bello monumento archtectónico enfeita extraordinariamente o local em que se acha...

2) Há perto de um anno que o publico espera ansiosamente, que suppriman as taboas que seccndem os monumentos do Barro e Floriano; mas os encarregados dessas obras insistem em occultar a surpresa, mesmo porque... ainda nada está principando...

3) Esta é a Bandeira Nacional que serve ao Sr. Manoel Corrêa da Silva para promover as reuniões contra os impostos. Tem grande valor histórico...

4) O fructo infelix de dois annos de laboriosa gestação. Chama-se «Povoamento da Bôia». Do pais desconhecido, teve por mãe e sympathico Dr. Calmon...

5) Na perspectiva grandiosa dos edificios da Avenida Central destaca-se o casarão que hoje serve de local a varias direções. Foi baptizado pelo nome de «Barracão do papai» por seu filho do Lyceu de Artes e Officinas e do respectivo Methodo... Creemos que a Prefeitura teinha em conserval-o, em homenagem à tradição; e tambem uma reliquia histórica!

6) Isto é um melhoramento que devemos ao actual prefeito. É a velha cerca para o posto illuminativo do Largo da Carioca, destinado a illuminar... os nossos bichetos.

7) Modelo aperfeiçoado das casinhas que cobrem a serra de Santa Antônia. Conservam-se em esse lugar evidentes, para despertar a attenção dos estrangeiros, logo se transporte o Pão d'Assucar...

8) Caveira de Barro encontrada nas escavações feitas recentemente junto ao Conselho Municipal; Outra reliquia histórica de muita valor...

9) Mummy do Prefeito, em perfeito estado. Tem já dois annos de mumificação, e é garantida ainda por outros dois. Para a posteridade, se deixas duas vezes, e estas estão inscriptas nas placas supra. Com este bello conjunto de raridades, hem podemos limpar as mãos à parede...

Storni

O Malho. Ano VIII. Rio de Janeiro. 09 jan 1909. Alfredo Storni.

Figura 22 - Os frades de pedra



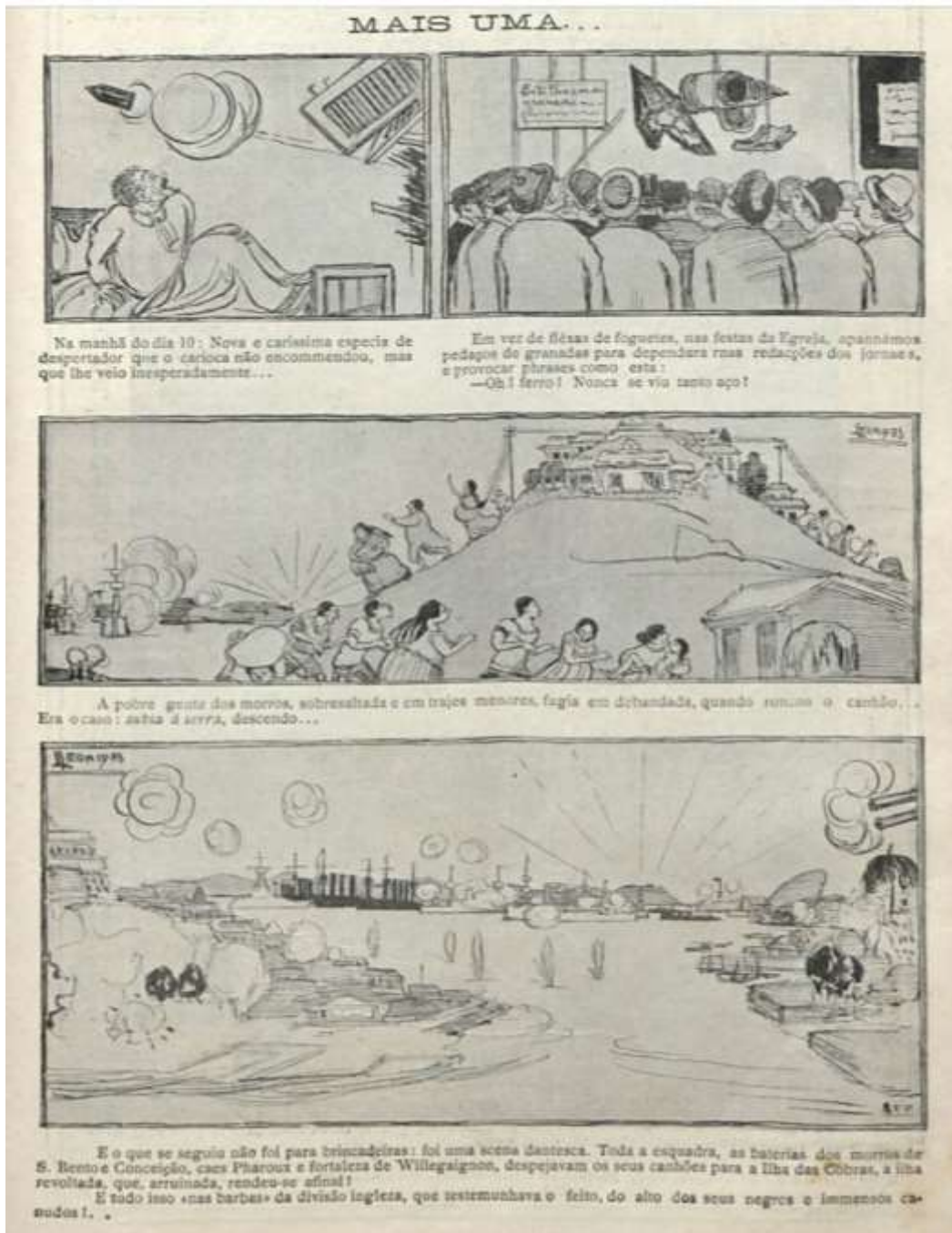
O Malho. Ano VIII. Rio de Janeiro. 09 jan 1909. Augusto Rocha

Figura 23 - revertere ad locum tuum



O Malho. Ano VIII. Rio de Janeiro. 04 dez 1909. A3.

Figura 24 - Mais uma...



O Malho. Ano IX. Rio de Janeiro. 17 dez 1910. Leônidas Freire (Léo).

Figura 25 - Mania das grandezas



O Malho. Ano X. Rio de Janeiro. 11 nov 1911. Alfredo Storni.

Figura 26 - Instantaneo a lapis



O Malho. Ano XI. Rio de Janeiro. 20 abr 1912. Max Yantok

Figura 27 - Explorando <<lanaturaleza>>



O Malho. Ano X. Rio de Janeiro. 08 jun 1912. Max Yantok

Figura 28 - O crime de Paula Mattos



O Malho. Ano XII. Rio de Janeiro. 02 ago 1913. Max Yantok

Figura 29 - Na favella



O Malho. Ano XIII. Rio de Janeiro. 28 fev 1914. A4.

Figura 30 - O Rio por fóra e por dentro



O Malho. Ano IV. Rio de Janeiro. 18 abr 1914. Aryosto

Figura 31 - Posto policial 8º districto



O Malho. Ano XIV. Rio de Janeiro. 08 mai 1915. Sem Assinatura

Figura 32 - Os sabios e os ignorantes: encontro de opiniões



O Malho. Ano XVI. Rio de Janeiro. 10 fev 1917. Calixto Cordeiro (K.LIXTO).

Figura 33 - Justiça para os miseráveis



O Malho. Ano XVI. Rio de Janeiro. 26 mai 1917. A5.

Figura 34 - Projecto - 2634 para o centenário



O Malho. Ano XIX. Rio de Janeiro. 03 jul 1920. Alfredo Storni.

Figura 35 - Peoramentos da cidade



O Malho. Ano XXI. Rio de Janeiro. 11 mar 1922. Raul Pederneiras.

Figura 36 - A lama da cidade



O Malho. Ano XXI. Rio de Janeiro. 18 mar 1922. Sem Assinatura.

Figura 37 - Modas



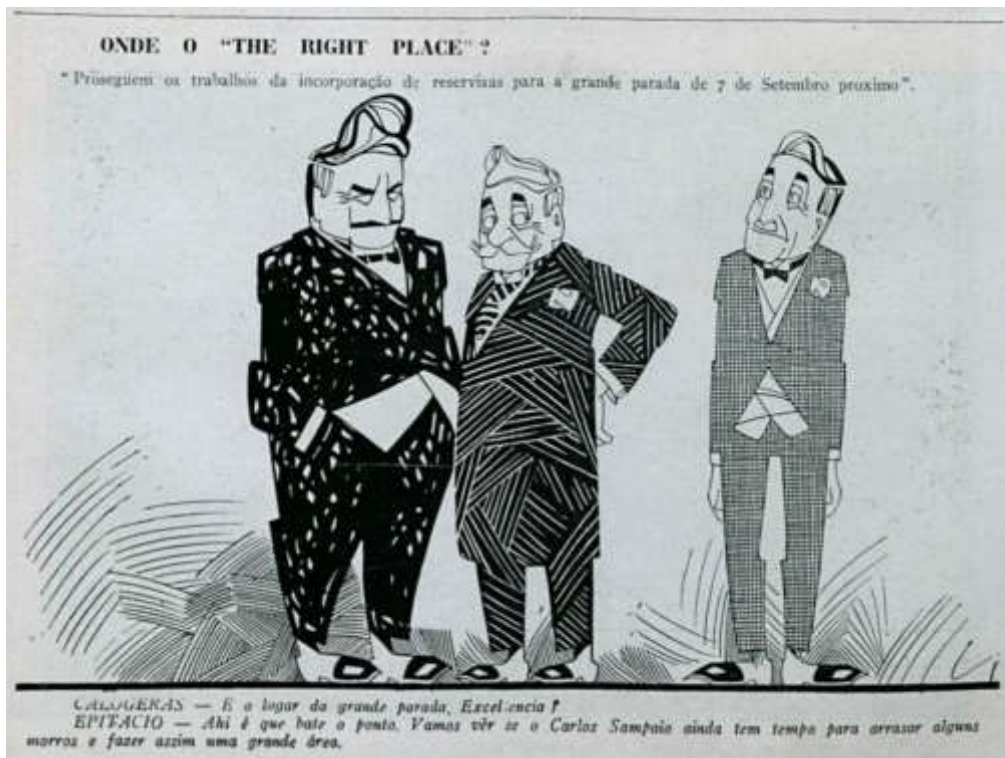
O Malho. Ano XXI. Rio de Janeiro. 18 mar 1922. Sem Assinatura.

Figura 38 - depois do enxurro



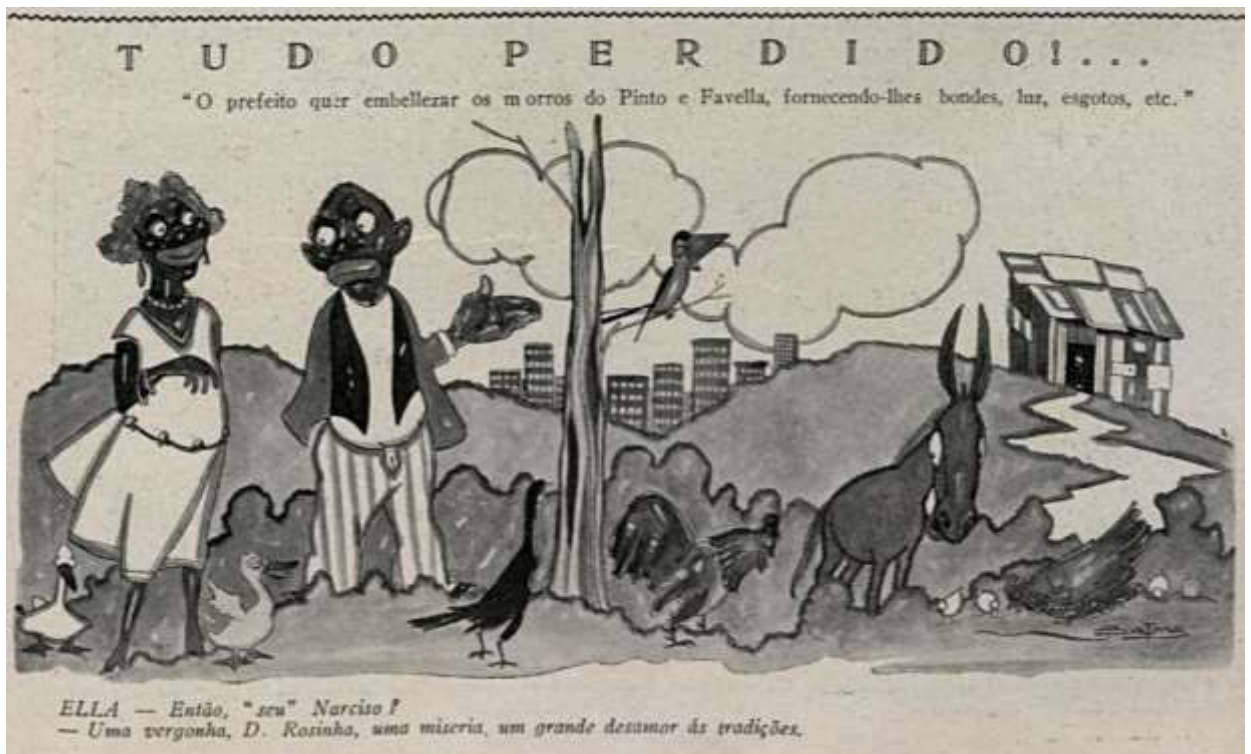
O Malho. Ano XXI. Rio de Janeiro. 06 mai 1922. Raul Pederneiras.

Figura39 - Onde o "the right place"?



O Malho. Ano XXI. Rio de Janeiro. 12 ago 1922. Sem Assinatura

Figura 40 - Tudo perdido



O Malho. Ano XXIII. Rio de Janeiro. 12 abr 1924. A6.

Figura 41 - A nobreza da favela



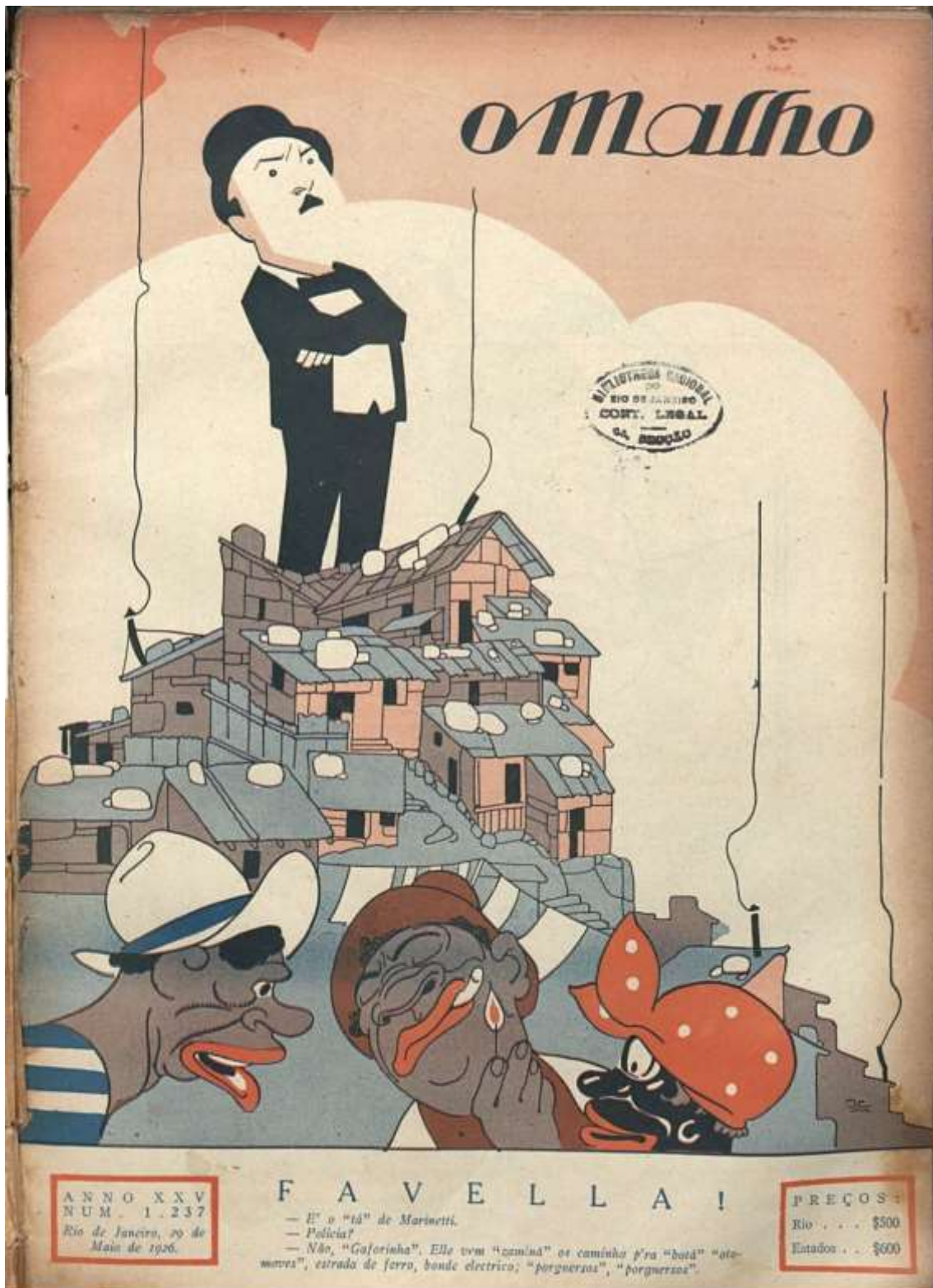
O Malho. Ano XXIV. Rio de Janeiro. 14 fev 1925. A6.

Figura 42 - O futurismo na "zona braba"



O Malho. Ano XXV. Rio de Janeiro. 05 jun 1926. A7.

Figura 43 - Favela!



O Malho. Ano XXV. Rio de Janeiro. 29 mai 1926. J. Carlos.

Figura 44 - O aumento dos subsídios



O Malho. Ano XXV. Rio de Janeiro. 12 jun 1926. A7.

Figura 45 - Contra os "Bungalatas"



O Malho. Ano XXV. Rio de Janeiro. 11 dez 1926. J. Carlos.

Figura 46 - Tem costas largas...



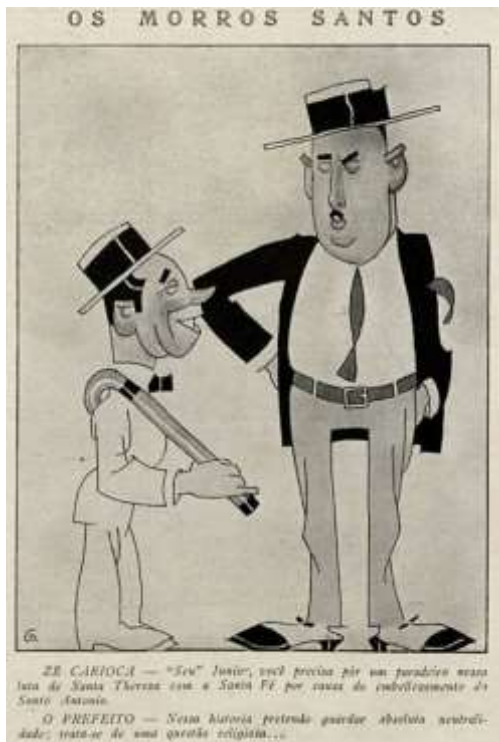
O Malho. Ano XXV. Rio de Janeiro. 25 set 1926. A7

Figura 47 - As setes maravilhas do Rio de Janeiro



O Malho. Ano XXVI. Rio de Janeiro. 11 fev 1927. Sem Assinatura.

Figura 48 - Os morros santos



O Malho. Ano XXVI. Rio de Janeiro. 19 mar 1927. Andrés Guevara

Figura 49 - Nunca mais!



O Malho. Ano XXVI. Rio de Janeiro. 23 jul 1927. J. Carlos.

Figura 50 - A Favella insultada



O Malho. Ano XXVI. Rio de Janeiro. 30 jul 1927. Théo.

Figura 51 - A desinfecção do Rio



O Malho. Ano XXVI. Rio de Janeiro. 13 ago 1927. Théo.

Figura 52 - Monumento ao senador desconhecido



O Malho. Ano XXVI. Rio de Janeiro. 12 nov 1927. Sem Assinatura.

Figura 53 - Circo de variedades



O Malho. Ano XXVI. Rio de Janeiro. 26 nov 1927. Max Yantok.

Figura 54 - Aperfeiçoamento



O Malho. Ano XXVII. Rio de Janeiro. 14 abr 1928. Andrés Guevara.

Figura 55 - O prestígio do samba

O PRESTÍGIO DO SAMBA

Até bem pouco tempo, o Morro da Mangueira era quasi desconhecido do resto da cidade.

Situado entre a estação que lhe dá o nome e um grande trecho da rua D. Anna Nery, só se lhe ouvia falar delle, quando a policia subia a collina, para ir buscar lá em cima algum "pilantra" foragido ou um "bamba" qualquer necessario ás averiguações da 4ª auxiliar.

Então, o noticiario dos jornaes se occupavam detalhadamente do facto, porque os habitantes do Morro da Mangueira — quasi sempre — recebiam as autoridades de maneira pouco gentil.

Um dia, porém, um compositor popular teve a idéa de fazer um samba, mexendo com um dos mais acatados personagens do Morro — o Claudionor.

E a canção humilde das favelas invadiu, de repente, os nossos salões mais chics.

Toda gente contou:

"Eu fui a um samba
Lá no Morro da Mangueira,
Uma cabrocha
Me falou desta maneira:
Não vá fazer
Como fez o Claudionor
Que, p'ra sustentar familia,
Foi bancar o estivador!..."

O actor Pozzi, que chegava da Europa nessa occasião — querendo fazer figura — espalhou pelas rodas theatraes, escripta em francez marca barbante, uma versão do festejado samba, que vae aqui fielmente reproduzida:

"Je etê dans un sambe
A la colline de la mangueirra,
Une cabroche m'a parlé
De tal manieirra:
Tu vas pas faire
Comme a fait le Claudionôr
Que, pour nourir sa familie,
A banqué le estivadôr!..."

Foi um gozo!...

Já toda gente olhava o Pozzi como um rapaz de espirito, quando chegou de Paris o Sr. Leopoldo Frôes.

Alguem se lembrou de cantar ao festejado galã a espiituosa creação do collega, e, qual não foi o pasmo do informante, quando ouviu do Sr. Frôes que aquillo era muito seu e que o Sr. Pozzi era um pirata, um descarado que avancava na sua obra prima, com que Paris passara noites adoraveis na grande sala do Moulin Rouge.

Desde então, o Claudionor passou para o rol dos homens notaveis deste paiz de notabilidades e o Morro da Mangueira — favela humilde e ignorada — arrou cordões de bandeirinhas de papel e deu a todos os seus habitantes um direito de equiparação aos collegas da Favela e do Morro do Pinto.

Porque, hoje, quando a roda dos malandros discute um assumpto de interesse da "classe", o morador do Morro da Mangueira já é tratado em igualdade de condições... Oh! prestito do samba... Paiz adoravel!

O MALHADO

Nunca dissera o verdadeiro nome...

Nasceu na Mortona, para os lados da Saude, onde em outras épocas, viveram os mais celebres malandros da cidade.

Ainda pequeno, o Malhado ficára orphão de mãe — o unico parente que conhecera.

Recolhera-o, aos cinco annos, uma familia italiana: um sapateiro, a mulher e a filha — a Russa — como a chamavam todos.

Andou o tempo, e, como precisasse saber alguma coisa, todas as tardes, depois do trabalho da officina em que se mettera, o Malhado frequentava o Lyceu.

Muito vivo, depressa galgou os melhores logares entre os collegas.


A cooivencia fel-o olhar demais para a Russa, e, um dia, tentou falar ao sapateiro, que o correu de casa; negro não pôde casar com gente branca!

O Malhado preparou a mala e sahio, mas levou a pequena...

Os velhos morreram; elle voltou à Mortona com a amante.

Certa vez, uma carroça de polvora, que subia a ladeira, explodiu, elle vinha do trabalho e ficou todo queimado. A cara era-lhe uma chiaga enorme; foi para a Santa Casa a morrer. Dois mezes depois, contudo, ficava curado, e, ao regressar, encontrou a Russa com outro... Matou os dois!

Mas, como queria muito à companheira, fez com que um collega da cadeia lhe tatuasse no braço um coração (Segue no fim do numero)



D. CAVALCANTI

O Malho. Ano XXVII. Rio de Janeiro. 02 jun 1928. Di Cavalcanti.